

Crianças e adolescentes nas páginas do jornal : uma infância perigosa ou uma infância em perigo? (Criciúma, 1970 -1990).

Elisangela da Silva Machieski y Silvia Maria de Fávero Arend.

Cita:

Elisangela da Silva Machieski y Silvia Maria de Fávero Arend (2013). *Crianças e adolescentes nas páginas do jornal : uma infância perigosa ou uma infância em perigo? (Criciúma, 1970 -1990)*.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/elisangela.da.silva.machieski/2>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pfV4/cnO>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



UDESC

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PÁGINAS
DO JORNAL: UMA INFÂNCIA PERIGOSA OU
UMA INFÂNCIA EM PERIGO?**

ELISANGELA DA SILVA MACHIESKI

FLORIANÓPOLIS, 2013



ELISANGELA DA SILVA MACHIESKI

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PÁGINAS DO JORNAL:
UMA INFÂNCIA PERIGOSA OU UMA INFÂNCIA EM PERIGO?
(CRICIÚMA, 1970 -1990)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Silvia Maria Fávero Arend

FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA

2013

M146 c Machieski, Elisângela da Silva
Crianças e adolescentes nas páginas do jornal : uma infância perigosa ou uma infância em perigo? (criciúma, 1970 -1990) / Elisângela da Silva Machieski . – 2013.
169 p. : il. ; 21 cm

Bibliografia: p.145-165

Orientadora: Silvia Maria Fávero Arend

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado em História, Florianópolis, 2013.

1. Infância – História. 2. Crianças – Criciúma. Adolescentes – 2. Criciúma. 4. Infância – legislação. 5 Mídia impressa. 6. Discurso jornalístico. I. Arend, Silvia Maria Fávero (Orientadora). II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestrado em História. III. Título

CDD: 305.230981642 – 20.ed.

ELISANGELA DA SILVA MACHIESKI

**“CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PÁGINAS DO JORNAL: UMA
INFÂNCIA PERIGOSA OU UMA INFÂNCIA EM PERIGO? (CRICIÚMA
- 1970-1990)”**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

Orientador:



Doutora Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:



Doutor Ailton José Morelli
Universidade Estadual de Maringá

Membro:



Doutora Luciana Rossato
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 13 de março de 2013.

Ao meu nono Antonio Machieski pelos sorrisos que me “arrancou” na infância.

Ao meu irmão Fernando e à minha irmã Priscila, por fazerem feliz a criança que fui e sou.

Ao meu pai e minha mãe, sem os quais não sou.

E, por fim, a todas as crianças e adolescentes de Criciúma que dividiram parte de sua vida com esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Trago no olhar visões extraordinárias,
das coisas que abracei de olhos
fechados.

Florbela Espanca

Uma plantinha precisa de muito para crescer; precisa ser cercada de cuidados para que se desenvolva e se torne árvore: terra fértil, alimentação, cuidados de jardinagem, situações estas, que podemos associar a muitos momentos da vida.

Armava-se um temporal quando resolvi escrever parte destes agradecimentos. O processo de escrita estava para acabar, enquanto eu aguardava em uma sala de espera num hospital da cidade de Criciúma; minha irmã passava por uma cirurgia, pois, há alguns dias havia sofrido um acidente. A chuva começou a cair forte. Lembrei-me de casa, daquele cantinho verde, do cheiro de terra molhada. Esta mesma terra das quais nossos pais tiravam e tiram o sustento de nossa família, e que tantas vezes serviram de brincadeira. Como esquecer os famosos bolinhos de lama, e a vez em que o Fernando, meu irmão, literalmente os comeu e não só de brincadeirinha, como era para ser! A chuva me trouxe, também, uma recordação recente: o último temporal. Os cadernos e o computador na varanda, minha nona em casa, sozinha. A sensação horrível de chegar e vê-la em estado de choque: parte da casa descoberta e alagada.

Assim é o processo de escrita. Passamos por altos e baixos; por situações de euforia, de realização, permeadas por momentos de pessimismo, de estresse. Mas ela estava pronta. Finalmente. A plantinha havia crescido, estava prestes a se tornar árvore.

Agradecer ...

Obrigada, uma palavra tão corriqueira, que me parece tão insuficiente. Queria ter tido a criatividade de inventar uma palavra que pudesse expressar toda a gratidão que sinto agora. Uma palavra que repassasse este sentimento. Lamento, não tive. Mesmo assim, não poderia deixar de agradecer, mesmo que de maneira tradicional.

Professora doutora *Silvia Maria de Fávoro Arend*: primeiro por ter aceito e abraçado minha pesquisa; depois, e não menos importante, por

não ter desistido desta orientanda, , mesmo em meus momentos de crise, melancolia, drama e afins. Suas mãos me guiaram pela escrita acadêmica, mas tantas outras vezes me abraçaram compartilhando o verbo viver.

Elton Laurindo da Costa: começo agradecendo a hospedagem. As noites em Floripa ficaram bem mais agradáveis a teu lado. As manhãs com nescau quentinho também. Obrigada pelas tuas leituras, pelas tuas sugestões, teus sorrisos e bicos. Maktub (!?)

Luana Wassileski Mendes: agradeço todas as tuas sugestões, dicas, risadas e broncas, mas sou grata, principalmente pela amizade desde... Oi? Melhor deixar pra lá.

Rita de Cássia Guimarães, “nega véia”, me alcança o par de meias, pois o coração já está quentinho. Obrigada por me fazer companhia nas madrugadas solit(d)árias de escrita e tua presença imprescindível em minha vida.

Adílio da Silveira Neto: amigo querido, agradeço por todas as tuas leituras e colaborações, por todos os convites feitos para me tirar da tensão da dissertação, mesmo que quase todos eu tenha recusado. Assim, estendo meus agradecimentos ao *Lucas Araújo* por todas as vezes em que nos aturou, dissertando pelas mesas dos bares afora.

Antonio Machieski: obrigada por acreditar que sou capaz. Tua ausência aqui, nono, ainda lateja no peito. *Regina Machieski:* por todas as vezes em que conteve seus dias ruins porque eu estava estudando.

Pedrinha Laurindo da Costa: obrigada pelas risadas, pelas conversas e pelas ligações diárias para saber se eu estava bem, se havia dormido e me alimentado.

Giani Rabelo, Marli de Oliveira Costa, Lisiane Potrikus Martinello, Rosângela Storck, Daniel Boeira, Ailton José Morelli e Ismael Gonçalves Alves, por todo o incentivo, apoio e contribuições.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Udesc, em especial ao professor dr. *Reinaldo Lohn*, por suas aulas cheias de sarcasmo, aprender assim foi bem legal. À professora dra. *Janice Gonçalves*, exemplo de organização; aprender em sua companhia foi gratificante. À professora dra. *Luciana Rossato:* primeiro, pela pessoa prestativa que foi ao ser minha co-orientadora; segundo, por todas as suas sugestões para que este trabalho ficasse melhor; assim, estendo os agradecimentos ao professor doutor *Paulino Cardoso*, pelas contribuições de ambos durante a qualificação, pois foram de grande valia.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Udesc, que muito colaboraram com suas dicas, sugestões, piadas, risadas,

lamentações e desesperos, pelos quais, todos e todas, tenho imenso carinho. Nós esbarramos por aí, nas idas e vindas da vida acadêmica.

Nem só de escrita vive uma pós-graduanda. *Ana Luiza, Tâmyta, Kika, Pedro, Jackson, Jeferson, Renato, Mauro*, os espaços pós-Faed foram muito mais bacanas com vocês. Lá, todos os projetos se tornam demasiadamente interessantes, ou não. *Lara e Jaque*: obrigada pela acolhida, pelos cafés e por todas as risadas (e os choros também). *Scheyla*, ter-te ao meu lado nestes dias, mesmo que virtualmente, foi muito importante. Foste tu o meu melhor presente da Faed. *Ane*, meu primeiro contato na capital, obrigada por me guiar, me ajudar, me orientar; foste imprescindível tanto na academia quanto fora dela.

Aos novos amigos e amigas, *Sandor, Milena, Carina, Tissiano, Midia e Thor*: Florianópolis ficou muito mais bacana na companhia de vocês.

Ao pessoal do *Peti*, *professoras e professor, alunas e alunos*, pelas risadas, pela paciência, por compreender minhas ausências quando ainda fazia as disciplinas. Agradeço também à *Ana Olga* por ter facilitado minha vida ao me liberar para eventos e cursos. Assim como às professoras e amigas do *EJA* (*Gabi Biella, Dóris Dagostin, Carine Calegari e Raquel*), sou grata também aos meus *queridos alunos e alunas*.

Às meninas do curso de museologia: *Raquel, Roseli, Josiane e Iara*, por me recepcionarem tão bem no retorno pós-abandono.

Ao dr. *Giancarlo Bremer*, por ter acolhido minha ideia e por todo seu empenho ao tentar fazer com que os processos de “abrigo” chegassem até mim. A ideia não morreu; a vida acadêmica segue.

Às *meninas da Casa da Cultura Neusa Nunes Vieira*, por toda a disponibilidade e prestatividade.

À amiga *Telma Feliciano*, minha poliglota favorita, agradeço a generosidade ao elaborar o abstract deste trabalho.

Ao *Fumdes*, por bancar esta pesquisa.

A uma força maior, a que chamo *Deus*, por me amparar nos momentos difíceis e me dar paz em meio a esse turbilhão de acontecimentos ruins que se atravessaram no processo de escrita.

Por fim, aos de casa: *Maria de Lourdes da Silva Machieski*, a mulher mais guerreira que conheço, minha inspiração de força e coragem; *Horlando Machieski*, o homem que no passado me deslumbrava ao fazer o arco-íris, hoje exemplo de paciência e bondade; *Fernando da Silva Machieski*, minha salvação em assuntos digitais, minha risada em

momentos angustiantes; *Priscila da Silva Machieski*, minha diversão, minha euforia, minha vontade de ser melhor, sempre.

A vocês antes de tudo preciso pedir desculpas por toda ausência e, quando presente, pela falta de paciência. Por todas as vezes que ficaram sussurrando porque eu estava a escrever. Por isso, e por todas as vezes que me disseram: “tudo vai dar certo”, mesmo quando o contrário parecia acontecer. Eu amo vocês.

Agradeço a todos e todas por fazerem brotar esse jardim de ideias (inclusive aos que ficaram nas entrelinhas e no coração).



Joaquín Salvador Lavado, Quino.



RESUMO

MACHIESKI, Elisângela da Silva. *Crianças e adolescentes nas páginas do jornal: uma infância perigosa ou uma infância em perigo?* (Criciúma, 1970 – 1990). 2013. Dissertação. 169 f. (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente). Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis.

Na sociedade brasileira, a infância pobre tornou-se, ao longo do século XX, alvo de um processo de normalização. O discurso médico, pedagógico, psicológico, jurídico e midiático lançou luz sobre este problema social. A instauração do Código de Menores, em 1927, pode ser interpretada como possibilidade de resposta a questão que desde então se considerava problema. Foi nesse movimento em busca por uma definição da infância que o termo *menor* foi sendo construído, tendo como baliza fatores de ordem social, econômica, moral e não apenas o quesito idade. A segregação entre ser criança e ser *menor* perdurou até o segundo Código de Menores, sancionado em 1979. Nem termo nem segregação foram substituídos. Na década de 1980, marcada por movimentos sociais, a legislação “*menorista*” foi alvo de críticas, juntamente com outros fatores que levaram à inclusão de artigos destinados especificamente ao público infanto-juvenil na Constituição Federal de 1988. Na década de 1990, com o advento do Estatuto da Criança e Adolescente, rompeu-se definitivamente com o estereótipo do *menor*. Tendo em vista este processo histórico, a proposta desta pesquisa consistiu em destacar permanências e rupturas no discurso jornalístico na questão infanto-juvenil na cidade de Criciúma/SC, tomando como fonte dois periódicos específicos: o Jornal da Manhã e o jornal Tribuna Criciumense. O recorte temporal compreendido entre 1970 e 1990 foi articulado para incluir as três legislações destinadas ao problema criança-adolescente. O discurso da imprensa, compreendido como uma construção realizada por sujeitos inseridos em determinado contexto temporal e territorial, faz uso de representações sociais em torno do assunto. Deste modo, através das peças jornalísticas selecionadas e os discursos por elas produzidos e divulgados constituem a fonte para o estudo e a reflexão da questão a respeito, procurando distinguir o dilema ou ambiguidade entre ser criança e ser menor, ou ser um perigo e estar em perigo.

Palavras-chave: Infância(s). Legislação. Mídia impressa. Discurso jornalístico

ABSTRACT

In Brazilian society, a poor childhood has become, over the twentieth century, the subject of a normalization process. The medical discourse, pedagogical, psychological, legal firms and media shed light on this social issue. The establishment of the Juvenile Code in 1927, can be interpreted as a possible answer to a question that has since considered problem. It was this movement in search of a definition of childhood that the term 'minor' was being built, having as target factors of social, economic, moral and not just require age. Segregation between being a child and being under age lasted until the second Code of Minors, enacted in 1979. Neither word nor segregation was replaced. In the 1980s, marked by social movements, legislation "menorista" was the target of criticism, along with other factors that led to the inclusion of articles aimed specifically at children and youth in the Federal Constitution of 1988. In the 1990s, with the advent of the Child and Adolescent definitely broke with the stereotype of the minor. Given this historical process, the purpose of this research was to highlight continuities and ruptures in the journalistic discourse in question the juvenile in the town of Crickhowell / SC, taking as source two journals: the Journal and the Morning Tribune newspaper Criciumense. The time frame between 1970 and 1990 was articulated to include the three laws intended 'children and adolescents'. The speech of the press, understood as a construction performed by subjects inserted in a given territorial and temporal context, makes use of social representations around the subject. Thus, selected journalistic pieces, preedited speeches and published articles selected by them are the source for the study of the question and for reflection about, trying to distinguish the dilemma or ambiguity between being a child or minor / be danger and be in danger.

Keywords: Childhood. Legislation. Print media. Journalistic discourse.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Criciúma Criança	20
Figura 2: Campanha Adote uma Criança	22
Figura 3: O engraxate	54
Figura 4: Herói ou bandido?	74
Figura 5: Campanha de Natal	76
Figura 6: Adolescentes considerados autores de ato infracional	82
Figura 7: Meninas dividiram um crepe em comemoração ao dia das crianças	102
Figura 8: Adolescente considerado infrator	113
Figura 9: Técnica fotográfica	114
Figura 10: Técnica fotográfica	115
Figura 11: “Gang mirim”	116
Figura 12: Charge: os menores.....	120
Figura 13: Charge: os menores.....	120
Figura 14: Adolescentes trabalhando em olaria	126
Figura 15: Prostituição infantil: um problema sem solução	131
Figura 16: Vítima de abuso sexual	134
Figura 17: Vítima de abuso sexual.....	134
Figura 18: Menina vítima de abuso	136
Figura 19: Agressões contra menina	139
Figura 20: Menino agredido pelo pai	140
Figura 21: Criança sofre espancamento	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Elaborado com informações sobre as peças encontradas nos jornais	32-33
Tabela 2: Abuso sexual na imprensa na década 1990	133

LISTA DE ABREVIATURAS

AFASC	Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma
AME	Abrigo do Menor
CBIA	Fundação Centro Brasileira para a Infância e a Adolescência
CEPEC	Centro Evangélico de Proteção e Educação às Crianças
CER	Centro Educacional Regional
CIP	Centro de Internação Provisória
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMT	Centro do Menor Trabalhador
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FPDCA	Fórum Permanente das Entidades não governamentais dos Direitos das Crianças e Adolescentes
FUCABEM	Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização Nações Unidas
PDS	Partido Democrático Social
PETI	Programa de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNBEM	Política Nacional do Bem-Estar do Menor



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - PEQUENOS DESVALIDOS, OS MENORES.....	37
1.1 - JORNAL, O CONTEXTO: 1970	37
1.2 - COMO UM TERRENO BALDIO, OS MENORES ABANDONADOS	42
1.3 - GATUNOS MIRINS, MENORES DELINQUENTES	48
1.4 - PROFISSIONAIS DA ESCOVA, O MENOR TRABALHADOR.	53
1.5 - EM PAUTA NOVAS PREOCUPAÇÕES: EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL.....	61
CAPÍTULO II - UM PÉ LÁ E OUTRO CÁ: ENTRE SER MENOR E SER CRIANÇA.....	65
2.1 - O JORNAL, O CONTEXTO: 1980.....	65
2.2 - MENOR CARENTE: CRIANÇAS PEDINTES, OS MENINOS DE RUA E AS CRIANÇAS ABRIGADAS.....	71
2.3 - OS MENORES (COM PROBLEMAS DE CONDUTA).....	79
2.4 - TRABALHADOR MENOR	84
2.5 - UMA NOVA ÓTICA: A CRIANÇA EM PERIGO?	87
CAPÍTULO III - NAS PÁGINAS POLICIAIS, CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO.....	95
3.1 - O JORNAL, O CONTEXTO: 1990.....	95
3.2 - INFÂNCIA ABANDONADA E A INFÂNCIA ABRIGADA.....	100
3.3 - ADOLESCENTE INFRATOR	113
3.4 - O MENOR TRABALHADOR VERSUS EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL	121
3.5 - CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RISCO: ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	128
3.6 - EDUCAR OU PUNIR? CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS.....	151

INTRODUÇÃO

Versos... não.

Poesia... não.

Um modo diferente de contar velhas histórias.

Cora Coralina, 1965

O sol lançava seus primeiros raios da manhã, saudava o ano – 1990 - que há pouco se iniciara. Da janela do ônibus, uma menina observava as ruas da cidade que adotaria como sua. Há, porém, quem diga que a menina é que fora adotada pelas ruas. Seus olhos eram grandes, os cabelos pretos na altura dos ombros, um corpo franzino. Usava um vestido branco puído, porém limpo. Nos pés, uma sandália e, nas costas, uma pequena mochila. Desceu do ônibus, olhou para cima, “Rodoviária de Criciúma”, era o que estava escrito, segundo a mulher a quem a menina havia interpelado. C-r-i-c-i-ú-m-a, ficou Carolina a murmurar; olhava letra por letra, até quando as conseguiu decorar. Carolina não sabia ler, mas gostava de juntar as letras; gostava de suas combinações. Achava, mesmo sem lhes saber o significado, que as palavras, sem exceção, eram de uma beleza sem tamanho. Ficou olhando a placa por um tempo, quando foi interrompida pela repentina curiosidade de conhecer o interior da rodoviária.

No curto trajeto entre a frente da estação e o seu interior, Carolina pensava em conhecer a cidade, até ver o quiosque de doces, localizado no centro, bem embaixo da escada que dava acesso ao segundo pavimento. Seus olhos brilhavam, mas não diferente de qualquer outra criança que por ali passasse. Foi tateando o vidro; circulou por todo o quiosque. Não queria perder nenhum detalhe. Olhava doce por doce. Pegou duas moedas na mochila e comprou algumas balas; achou um cantinho para sentar; com suas guloseimas se deliciou.

Lembrou que havia resolvido conhecer a cidade, mas, quando se deu conta, o dia findava. A distração com aquele mundo de doces fez com que a noite chegasse mais rápido. Decidiu descansar. Procurou um lugar no qual pudesse dormir. Achou um cantinho e lá, algumas páginas de jornal de dias atrás. Folheou, pois, como dito anteriormente, ela gostava de olhar letrinhas, mas nesse jornal uma imagem lhe chamou a atenção. Eram três crianças. Uma menina e dois meninos, um dos quais afrodescendente. Pareciam felizes, talvez pelos sorrisos. Ficou surpresa. Abaixo das crianças estava aquele mesmo nome da placa da rodoviária.

Figura 1: Criciúma Criança



Fonte: Jornal da Manhã, edição especial 110 anos de Criciúma.

Olhava admirada. Era o nome da cidade. E antes de dormir, ela também ficou feliz. Pensou: aqui deve ser um lugar de crianças felizes, quem sabe eu...

Ajeitou o jornal para que lhe servisse de cobertor; estava ela coberta de esperança.

“Circulando, circulando”, falava-lhe o guardinha, enquanto com um pé lhe cutucava as costas. Levantou assustada; precisava comer. Foi até a lanchonete, pegou as últimas moedas da mochila e comprou um salgado. Comeu rápido; era preciso conhecer a cidade. Saiu a caminhar. Acompanhava o fluxo. Seguiu por uma rua, na verdade uma avenida, caminhou um pouco, observava os carros que iam de lá pra cá, avistou uma praça, resolveu conhecê-la. Caminhou mais um pouco e chegou à Praça Nereu Ramos. Gostou da igreja, talvez mais pelo relógio da torre. Carolina gostava também de números, embora, como às letras, não os identificasse. Achou engraçado: de qualquer ângulo da praça era possível ver o relógio, pois em cada lado existia um; na verdade, eram seis.

Voltamos à praça. Em frente da igreja existia um jardim, quase um labirinto verde, muitas plantas e árvores, árvores grandes. Havia ali vários bancos de madeira. Sua disposição lembrava uma sala, tipo de estar. Carolina sentou num deles e se pôs a observar as luminárias, que eram de uma beleza estranha; um poste do qual brotavam duas hastes, uma para cada lado, e em cada uma delas três grandes bolas, maiores que as de futebol. Foi surpreendida por um comentário: “À noite elas ficam bem mais bonitas”, falou o menino sorrindo. Foi assim, nesse jardim, que conheceu Ratinho, 13 anos. Ele havia chegado à cidade de ônibus e, assim como ela, o primeiro local que conheceu foi a rodoviária. Ratinho vinha de uma cidade vizinha, denominada Sombrio.

O garoto falou-lhe um pouco da cidade, afirmou ser a Praça Nereu Ramos a principal, talvez por estar na área central, talvez porque nela se encontrasse a Igreja Matriz São José. Mas, o que realmente importava, segundo Ratinho, era o fluxo de pessoas. Muita gente circulava por ali, de um lado para o outro, o que sempre rendia umas moedas.

Despediu-se apressado. Tudo fora muito rápido, mas isso não impediu que Carolina gravasse o rosto de seu novo amigo. Cada qual seguiu seu caminho. O trajeto de Carolina não se alterava; ia e voltava, dia após dia, da rodoviária à Praça Nereu Ramos, pelo mesmo trajeto, ao longo do qual pedia umas moedas. Dormia sempre no mesmo lugar, talvez porque ali se sentisse segura, talvez fosse o encantamento pelas letrinhas dos jornais que, além de amontoados no canto, lhe serviam de cobertor.

Em um dia como outro qualquer, nessas idas e vindas, Carolina encontrou novamente o amigo que havia conhecido outro dia. Conversaram um pouco. Carolina contou a Ratinho que pouco havia conhecido da cidade. Ratinho, sensibilizado com o fato, convidou-a para um passeio. Caminharam até a Rua Santo Antonio, nos fundos da igreja matriz; passaram pela frente do Colégio São Bento e chegaram a outra praça, a Praça do Congresso. Lá existia um espaço grande de areia, e um parquinho com balanços, gangorras e escadinhas. Mas Carolina gostou mesmo foi do lago, um lago enorme; atravessou a pontezinha e chegou à pequena ilha. Carolina e Ratinho brincaram por algum tempo. Riram de doer a barriga. O menino perguntou se ela já havia passeado de ônibus pela cidade. Ao ouvir a resposta negativa, ele pediu para que ela o seguisse.

Caminharam um pouco até chegar à Avenida Centenário. Lá pararam em um ponto de ônibus. Ratinho falou a Carolina que essa era a principal avenida, pois ela “cortava” toda a cidade. “Disseram-me, uma vez, que por aqui passava o trem, mas eles mudaram os trilhos de lugar. Já pensou numa coisa dessas?” Os dois sorriram. Entraram no ônibus e partiram rumo ao Bairro Santa Augusta. Ratinho puxou Carolina pela mão: “Anda, vamos perder o ponto perto do Bairro da Juventude”. Carolina já havia ouvido sobre o tal Bairro da Juventude¹, mas não lembrava direito.

¹ Bairro da Juventude é uma instituição filantrópica. Oferece, atualmente, programas que oferecem desde educação infantil a ensino profissionalizante. Foi fundada em 1949, por iniciativa dos membros do *Rotary Club*, em sistema de internato. Em 1954, os padres rogacionistas passaram a gerir a instituição. Os padres deixaram a instituição em 1975, ano em que o sistema de internato deixou de funcionar. Um conselho diretor, que substituiu a antiga gerência da instituição, responderia pelas políticas de execução das atividades, além de se responsabilizar

Desceram. Carolina perguntou a Ratinho o que era esse tal Bairro da Juventude. Ele explicou que era um lugar aonde as crianças iam para estudar, mas que não sabia ao certo. Ao olhar o *outdoor* em frente à instituição, ela lembrou que já havia visto aquela fotografia nas páginas do jornal, e a associou ao símbolo da instituição.

Figura 2: Campanha Adote uma Criança



Fonte: Jornal da Manhã, 1991.

Carolina queria parar e observar o local mais de perto. Ratinho puxou-a pelas mãos, queria lhe mostrar outro lugar. Atravessaram a Avenida Centenário, e partiram rumo ao misterioso local. Finalmente chegaram. Um paredão branco. A menina estava intrigada, cheia de curiosidade para ver o que havia do outro lado do muro. Ratinho parou e ficou olhando. Carolina perguntou quando eles iriam entrar. Ele riu e respondeu: “Espero que nunca”. Ratinho sentiu uma imensa necessidade de ir até lá, não sabia ao certo por que. Talvez pelos amigos, talvez por ele mesmo. Ficaram os dois ali, sentados, silenciosamente, observando o paredão do Presídio Santa Augusta. Ratinho levantou-se, chamou-a para ir. Carolina nada entendeu. Caminharam novamente em direção à Avenida Centenário, pegaram o ônibus e pararam na rodoviária. O dia havia sido muito legal. Despediram-se. Esta foi a última vez que

pela contratação de um diretor executivo. Ver: MIRANDA, Antônio Luiz; SELAU, Mauricio da Silva. *Bairro da Juventude: 50 anos de história: a filantropia na poeira do carvão*. Criciúma: Editora Unesc, 2003.

Carolina viu Ratinho. Procuras, em vão. A Praça do Congresso. A Praça Nereu Ramos. Rua por rua. Nada.

Uma noite qualquer, Carolina viu uma foto que a deixou intrigada. Era ele, Ratinho. Seu amigo estava no jornal. Não entendia por que Ratinho cobria os olhos com a mão, mas de uma coisa tinha certeza, diferente das três crianças, as que havia visto no jornal do dia no qual chegou, ele não estava feliz.

Quería descobrir o que as letrinhas falavam. Dobrou o jornal. Colocou-o na mochila e dormiu com a ideia de achar alguém disposto a ler para ela a notícia.

Acordou ansiosa. Abordou algumas pessoas que ali passavam. Algumas respostas negativas antes de conseguir uma pessoa disposta. A reportagem dizia:

Por volta das 11h30, o gerente da loja Fretta notou que o menor R.R.S, de 13 anos estava roubando um barbeador e já tinha “surrupiado” uma taça de cristal e o deteve, chamando imediatamente os policiais militares da tropa de choque [...] que o conduziu até o 1º Distrito. Lá chegando os policiais civis de Sombrio reconheceram RRS, que está com mandato de prisão expedido pelo juiz daquela comarca. O menor deverá ser encaminhado para a Fucabem.²

Carolina agradeceu a moça. Não conseguia disfarçar as lágrimas. Olhou novamente a foto. Embora não aparecessem as grades, Carolina sabia que Ratinho estava preso. Estaria ele atrás do alto muro branco? Afinal o que era liberdade, perguntava ela a si mesma. Correu entre as pessoas, perdeu-se na multidão. E de Carolina ninguém nada mais soube. Talvez tenha mudado de cidade, talvez tenha crescido. Quem sabe tenha ela encontrado, aqui ou acolá, a cidade da criança feliz. De Ratinho quase nada sabemos, além de haver sido “pego” ao roubar um estabelecimento comercial e da possibilidade de haver sido enviado à Fucabem. A única certeza que temos é que ele sumiu das páginas do jornal. Em nenhuma outra reportagem ele foi mencionado e em nenhum outro jornal sua foto foi encontrada.

Ficção ou realidade? Carolina não existiu, pelo menos não com esse nome, ou exatamente com essa história, mas a sua muito pode colaborar para nos fazer compreender a que será aqui narrada. Infância,

² Menor é preso ao roubar uma loja. Jornal da Manhã, n° 1276, 7 de junho de 1990, p. 9.

ou melhor, infâncias, no plural, assim como a de Carolina, tantas outras crianças passaram despercebidas, porém, estas crianças pobres que circularam pelas ruas de Criciúma ganham espaço, voz e vez nesta narrativa histórica.

Ao contrário de Carolina, outras crianças existiram. Estas poderiam chamar-se João, Thiago, Daniel, Fernando, Luana, Daniela, Carolina, Amanda, assim como qualquer outro nome popular nas décadas de 1970, 1980 e 1990. Mas esses meninos e meninas não tinham nome, escolaridade, alguns e algumas nem endereço. Quase sempre maltrapilhos/as e sujos/as caminhavam pelas ruas da cidade, às vezes em grupos, outras, solitários/as. Em algumas situações, talvez, passassem despercebidos/as; em outras, eram motivo para gritaria, corre-corre e safanões. E continuavam a circular... A Praça Nereu Ramos e a Rodoviária Central eram seus locais preferidos. Isto pode ser associado ao grande fluxo de pessoas durante todo o dia. Recebiam um trocado aqui e outro acolá e, entre esses, ouviam palavras ríspidas.

Antes de prosseguir, é preciso entender o conceito de infância. Segundo a historiadora Sílvia Maria de Fávero Arend, podemos denominar infância “um conjunto de práticas que as pessoas experimentam em uma determinada idade da vida, entre o nascimento e os 18 anos” (ARENDE, 2007; p. 20). Poder-se-ia, assim, afirmar que todas as crianças brasileiras passam pelas mesmas experiências? Não. As crianças vivenciam experiências diversas, e isto permite afirmar que há pluralidade de infâncias.

Infância, ao que se refere ao conceito moderno do termo, é entendida como uma etapa formadora, na qual o indivíduo se desenvolve, em um espaço considerado digno. O conceito pode ser, ainda, interpretado como um conjunto de discursos que idealizam a trajetória de vida de crianças e adolescentes. Pode-se, neste espaço, fixar a atenção em quatro tipos de discursos: o jurídico, o médico, o religioso, e o pedagógico.

Estes campos, produtores de saber, quando referentes ao público infanto-juvenil, produzem diferentes discursos. Estes últimos, por sua vez, ora se encontram, ora se repelem, mas são e sempre foram responsáveis por difundir e normalizar este segmento populacional. Compartilha-se, aqui, a concepção dos discursos na ótica do historiador Ailton José Morelli:

Os discursos dos educadores e dos puericultores estão mais relacionados com a criança em geral. Normalmente trabalham com a noção de criança

em um estado ideal, o "futuro cidadão" e a "criança sadia", incluindo a noção desenvolvida posteriormente de saúde mental. No caso da igreja e do setor judiciário, podemos verificar um discurso mais voltado à ação direta sobre a "criança" em situação de desamparo — no caso do discurso religioso estamos nos atendo à ação mais voltada para a caridade. Entendemos por estado de desamparo a falta de algum elemento básico à vida e formação de criança, como a abandonada ou órfã, em situação de miséria, sem "orientação moral adequada", inclusive quando ela é enquadrada como "delinquente" ou "infrator". Como todos esses discursos estão em constante relação, a ideia de criança também pode ser vista como produto do conflito entre as noções de criança sadia e de criança em situação de desamparo. Dentro desse conflito surge um novo termo, possuindo como objetivo definir o oposto à "criança": a construção do termo "menor" (1996, p. 39).

Durante o século XX, a criança e o/a adolescente pobre se tornaram alvo do discurso médico, pedagógico, psicológico, jurídico e midiático. A origem social do problema gerava dúvidas que ao Poder Judiciário cabia resolver. A instauração do Código de Menores, em 1927, veio como possibilidade de resposta ao que então se considerava problema. Foi nesse movimento, ou seja, na busca por uma definição da infância, que o termo *menor* foi sendo construído, tendo como baliza fatores de ordem social, econômica, moral e não apenas o quesito idade – inferior a 18 anos. Segundo a psicóloga Irene Rizzini, durante grande parte do século XX a representação social do menor era a seguinte:

Menor não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos conforme mandava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que, proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral, e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver

e anda em bandos com companhias suspeitas (1993, p. 96).

Deste modo, o/a *menor* passou a ser sinônimo de criança *abandonada* e/ou *delinquente* que, excluído/a do cenário escolar, perambulava pelas ruas, em oposição à noção de infância considerada civilizada. Cabe ressaltar que a noção de abandono, aqui utilizada, difere do conceito de infância abandonada que prevaleceu no Brasil até meados do século XIX. Os/as *órfãos/as* ou os/as *expostos/as* estudados por Maria Luiza Marcilio (1996) retratavam outro tipo de abandono, no qual, em geral, não se conheciam ou identificavam os/as progenitores/as. Esta percepção de infância abandonada ampliou-se no final do século XIX e início do século XX, quando a ideia de abandono, que até então tinha conotação de orfandade, passou a se relacionar com aspectos morais e materiais, os/as chamados *órfãos/as de pais vivos*. Segundo Arend, a partir de 1930 “prevaleceu a noção de abandono associada à infância e juventude pobre ou que estivesse fora dos padrões estipulados pela norma familiar burguesa” (2010; p. 356).

A *infância abandonada e delinquente* é um tema que dilacera por sua atualidade. Assim, pode ser pensado com o propósito requerido pela perspectiva da história do tempo presente. Não apenas por seu recorte temporal com origem em passado recente, ou um passado-presente, mas pela renovação de lidar com novos temas, novos problemas, novos objetos (CHAUVEAU; TÉTART, 1999; p 34). Neste estudo, não se objetiva justificar a legitimidade do campo de pesquisa em História do Tempo Presente, ou sobre ele argumentar, pois já está suficientemente sedimentado nos meios acadêmicos.

A falta de recuo entre o historiador ou a historiadora e o seu objeto de estudos, o excesso de fontes documentais, assim como a não-conclusão dos fatos e/ou dos processos, a questão objetividade versus subjetividade, são apenas algumas das críticas à História do Tempo Presente. Estas questões foram debatidas, e as respostas, em sua maioria, pensadas em três instâncias: na cívica, na crítica e na ética do/a historiador/a³. Todas deveriam ser pensadas como fio condutor, devendo servir de crivo à própria tarefa do historiar, seja um passado longínquo, seja um passado recente.⁴ Compartilha, este trabalho, da convicção de

³ Ver: PADRÓS, Enrique Serra. *Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente*. Anos 90 [Online], 11.19 (2004): sem paginação. Web. Acesso em: 7 fev. 2013.

⁴ Utilizaram-se como base para estas reflexões os seguintes estudos: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. São Paulo: Edusc, 1999.

Serge Bernstein e Pierre Milza, segundo os quais “a história do presente é primeiramente e antes de tudo história” (1999; p 127), uma história que problematiza o passado através de questões com origem no presente. Sendo assim, a infância pobre, neste trabalho, pensada pelo mote da menoridade, é uma questão do século XX que chega com veemência ao século XXI.

Ao caminhar pelas ruas da cidade de Criciúma, tão lembrada pelo ‘ouro negro’ retirado de seu subsolo, encontra-se o Monumento ao Mineiro erguido na Praça Nereu Ramos, em 1946, em comemoração ao título de Capital Brasileira do Carvão.⁵ Este monumento tem o intuito de preservar uma determinada memória, associada à noção de progresso. De maneira diferente, não é possível perceber qualquer indício de meninos e meninas em situação de rua, os/as *menores*, protagonistas da versão da história que será aqui narrada. Na referida praça, nenhum monumento, imagem, som ou cheiro remete a esses/as ‘pequenos/as desvalidos/as’ que viviam pelas ruas da cidade no contexto do recorte temporal selecionado. Teriam eles/as existido? Seria isto fato ou apenas boato?

Na mesma praça está localizada a Casa de Cultura Neusa Nunes Vieira, onde se situa o Arquivo Municipal Pedro Milanez. Neste espaço, encontra-se um conjunto de jornais que serviram de fonte documental para o presente trabalho. Ao contrário do monumento ao mineiro, que salta aos olhos quando se caminha pela praça, os vestígios das crianças e adolescentes se diluem em pilhas de jornais; para serem encontrados, seria necessário tempo e paciência. Assim, algumas tardes foram dedicadas a esta pesquisa, na tentativa de encontrar mais sobre as crianças e adolescentes que circulavam pelas ruas da cidade.

Da janela do arquivo via-se a Praça Nereu Ramos. Com o jornal em mãos, fez-se uma viagem no tempo: à praça e a três diferentes décadas, à ditadura civil-militar, à redemocratização e à democracia dos anos de 1990. Estes são os marcos temporais deste estudo.

A escolha do recorte temporal tem razão por se utilizar como base a vigência das três legislações destinadas ao público infanto-juvenil. Buscava-se uma perspectiva de leitura, compreendida entre as décadas de 1970 e 1990, na intenção de conferir as permanências e rupturas do discurso jornalístico. É preciso, portanto, considerar que

HOBSBAWM, Eric J. O presente como história. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PORTO JÚNIOR, Gilson (Org.). *História do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2007.

⁵ Ver: AUGUSTINHO, Aguinaldo. *Praça Nereu Ramos: o coração de Criciúma*. Florianópolis: Editora Samec, 2007.

cada década, do recorte temporal selecionado, teve a vigência de diferentes legislações. O Código de Menores de 1927, o primeiro a ser proposto, marcava a década de 1970; o segundo, instituído em 1979⁶, teve vigência durante toda a década de 1980; por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, sancionado em 1990, este se encontra em vigor até os dias atuais.

Aos poucos, os protagonistas desta narrativa histórica iniciavam sua circulação por entre as páginas dos jornais. Eram crianças e adolescentes pobres que circulavam, moravam, furtavam, engraxavam, corriam, brincavam, esmolavam nas ruas da cidade de Criciúma e região. Neste momento, é importante lembrar a cultura institucional que prevalecia durante o século XX, quando as políticas assistenciais, destinadas ao público infanto-juvenil, eram centralizadoras e repressivas.⁷ Como duas faces de uma mesma moeda, adotava-se uma postura ambígua em relação às crianças e adolescentes pobres: de um lado, pela defesa, por considerar que necessitavam de proteção. Do outro, pela ameaça e o constrangimento, que era o que esse segmento impunha à sociedade na qual estava inserido. Era preciso livrar o espaço das ruas deste *mal social*.

Conhecer fontes documentais, que também, como se quer, pode ser considerada pesquisa, é, no fundo, com método, querer saber como, quando e por que crianças e adolescentes viraram notícia. É perceber como os mais diversos discursos – o policial, o jurídico, o militante, o médico, ou o do senso comum – se cruzam ou se identificam com o da imprensa. Seria possível perceber, nos diferentes tempos, uma mudança? Continuariam as crianças e adolescentes pobres com o mesmo caráter ambíguo, variante entre ser perigoso e estar em perigo?

As fontes que subsidiam esta narrativa histórica são reportagens, notícias, editoriais e foto-notícias, diversas formas de registro jornalístico, que, ao longo deste trabalho, serão chamadas de peças, matérias ou apenas de notícias. Todas foram publicadas em dois jornais da região sul do estado de Santa Catarina - Tribuna Criciumense e

⁶ Faz-se importante ressaltar que anterior à instauração do segundo Código de Menores, a FUCABEM instituiu algumas mudanças no cenário de atendimento direcionado ao público infanto-juvenil.

⁷ Ver: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: AMAIS, 1995. p. 99-168. RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã. *A institucionalização de crianças no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Jornal da Manhã - e selecionadas por abordar temáticas referentes ao público infanto-juvenil.

O jornal *Tribuna Criciumense* foi fundado em 1955, por José Pimentel. Até 1999 tinha uma tiragem semanal, quando passou a ser publicado diariamente. Sua longa trajetória fez com que fosse adquirido por diferentes grupos, tais como, o Grupo Catão e a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá (MACHADO, 2000; p 80). Inicialmente, sua circulação se restringia ao município de Criciúma, e somente no final da década de 1970 atingiu outras cidades da região. Já o *Jornal da Manhã*, fundado em 1983, começou com duas publicações semanais e circulação em Criciúma e municípios vizinhos.

A opção por esses dois periódicos não foi aleatória. Algumas informações são relevantes para que se entenda o motivo. Primeiro, deve-se destacar que ambos os jornais foram e ainda são os principais periódicos que circularam – e ainda circulam – no município de Criciúma e região. Outro fator de grande relevância foi a disponibilidade de uma longa série. O jornal *Tribuna Criciumense*, embora com algumas edições ausentes, possui uma longa série no acervo do Arquivo Histórico Pedro Milanez. Já o *Jornal da Manhã* foi consultado parte no Arquivo Histórico, parte na Biblioteca Professor Eurico Back, da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

A utilização dos jornais como fonte histórica não é nenhuma novidade. Não cabe aqui acompanhar todo o processo de aceitação da mídia impressa como fonte documental para a historiografia. É importante, porém, ressaltar que toda hierarquização de fontes estabelecida no século XIX e início do século XX em busca da “verdade” dos fatos, que por sua vez apontava a falta de neutralidade e credibilidade na utilização do jornal como fonte, já estava superada.

Na década de 1970, no Brasil, alguns trabalhos de cunho historiográfico já utilizavam o jornal como fonte documental. Mas foi na década de 1980 que os impressos passaram a ser usados de forma mais sistemática. Aos poucos, o jornal, assim como as demais mídias impressas, constituiu-se em fonte privilegiada para a história. Para a historiadora Maria Helena Capelato, “o periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época” (1988, p. 13).

Ao ser utilizado como fonte, o jornal, deve ser entendido como algo produzido por um sujeito que está inserido em determinado contexto, temporal e territorial, e impregnado pelos discursos que nele circulam. Da mesma maneira, considera-se o discurso jornalístico como formador de opiniões, resultando na influência que exerce sobre seus

leitores. Percebe-se, assim, uma via de mão dupla, ou seja, o discurso jornalístico pode ser considerado, ao mesmo tempo, como fruto de um contexto que se alimenta dos vários outros discursos que nele circulam, assim como é responsável pela formação de opinião das pessoas que vivem no contexto em questão. É através desta partilha, de quem escreve e de quem lê, que se produzem outros discursos e se constroem sujeitos. Ao se utilizar os jornais, deve-se levar em conta que sua produção é realizada por critérios objetivos e subjetivos. Compartilha-se, assim, da ideia de Silvia Helena Zanirato, segundo a qual:

Todo o jornal tem uma perspectiva que orienta o modo de produzir a notícia, de veicular a informação, de propagar ideias e valores culturais, de forma que os fatos registrados não se constituem em verdades, mas sim em construções humanas, onde há toda uma subjetividade implícita. Por detrás de toda a notícia registrada subjaz uma “visão de mundo”, dos jornalistas e dos proprietários do jornal, o que implica em reconhecer que as reportagens precisam ser avaliadas enquanto linguagens produtoras de significados em relação a uma situação contextualizada historicamente (1999, p. 327).

A intenção aqui não é entender as notícias como reveladoras de um real, mas pensar que produzem “verdades”, e estas, por sua vez, são construídas mediante a conjuntura de um determinado espaço e temporalidade. Assim, a ideia não é procurar pela versão mais verossímil, marcada pela ação-lupa de buscar o que aconteceu. De acordo com Foucault (2008), o discurso não significa apenas o que é dito, mas deve ser entendido como prática. Segundo Durval Albuquerque Júnior, o discurso, para Foucault é o próprio acontecimento histórico e não apenas uma representação deste acontecimento (ALBUQUERQUE JR, 2007; p. 103).

Além da análise discursiva, as fontes serão pensadas dentro da proposta idealizada pela jornalista portuguesa Cristina Ponte (2005; p. 178), que distingue análise diacrônica de sincrônica.

Inicialmente, procurou-se identificar as temáticas apresentadas no jornal em uma perspectiva diacrônica: O que e como foi noticiado? Se houve mudanças nas formas discursivas, quais foram as fontes de informação? Quais foram registradas ao longo do tempo?

Já a análise sincrônica visa pensar no que é comum nos diferentes jornais no mesmo período, ou no que difere, e na existência ou não de uma agenda partilhada.

Selecionar notícias nos jornais que trabalhassem com a temática da infância não foi fácil. Ao serem folheados, apresentavam, no contexto de cada período, fragmentos de cenas da cidade. O trabalho exigiu atenção. Bastava um piscar, uma pequena desatenção e pronto, perdia-se uma peça. Esta questão pode ser associada à inexistência de seções, principalmente na década de 1970 e 1980. Espirros à parte, quando a pesquisa foi finalizada, contava-se com um conjunto de aproximadamente 600 peças sobre diferentes temáticas no campo da infância. Deste grande grupo foram selecionadas 434 peças, segregadas por temas, as quais abordaremos no decorrer deste trabalho.

O presente trabalho se guia pela visão de Durval Muniz Albuquerque Jr. de que a história é uma narrativa que não “inventa” seus dados. O historiador e a historiadora, ao ter acesso às fontes materiais deixadas pelas gerações passadas, interpretam-nas a partir dos problemas do tempo presente. Sendo assim, “o acontecimento, o evento em História não é, pois, um dado transparente, que se oferece por inteiro, ou em sua essência, mas é uma intriga, um tecido que vai ser retramado e refeito pelo historiador” (ALBUQUERQUE JR., op. cit.; p. 63).

Assim, “a arte de inventar o passado”, proposta por Albuquerque (2007), pode ser aqui pensada como a arte de confeccionar uma colcha de retalhos. Catados aqui e acolá, esses fragmentos eram restos de tecidos, fragmentos de um passado recente, que estavam na cesta à espera de uma organização. Era preciso pôr ordem no caos para depois coser. Retalhos coloridos, um grande número de peças, era preciso alinhar. Depois de uma leitura inicial, foi criado um banco de dados. Os pequenos pedaços de tecido foram segregados por tonalidade. Este processo utilizou como base estudos interdisciplinares, pois, assim como a história, outras ciências humanas também dedicaram-se aos estudos da infância no Brasil.

Assim ficaram definidos os seguintes grupos temáticos: 1) criança abandonada: prática de mendicância, situação de rua, situação de acolhimento, criança carente; 2) Criança trabalhadora: engraxate, pequeno trabalhador, exploração do trabalho infante-juvenil; 3) criança em situação de risco: abuso sexual, exploração sexual, violência física; 4) criança e/ou adolescente com prática de infração; 5) criança; 6) criança/adolescente e educação; 7) criança/adolescente e saúde; 8) criança/adolescente e drogas; 9) eventos; 10) juizado de menores e vara

da infância; 11) instituições de atendimento ao público infanto-juvenil: Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor (Fucabem)/ Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), Centro Educacional Regional (CER), Casa do Caminho, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Tutelar, Assessoria Especial, assuntos família, Abadeus, Abrigo do Menor (AME), Centro de Internação Provisória (CIP), Bairro da Juventude; 12) Legislação: Código de Menores, Estatuto da Criança e do Adolescente, leis e portarias municipais.⁸ Depois de definidos os grupos temáticos, passou-se a inventariar as peças encontradas. No quadro 1, o resultado do referido trabalho.

Quadro 1: Elaborado com informações sobre as peças encontradas nos jornais

Temática	1970	1980		1990		Total
Jornais	TC	TC	JM	TC	JM	
Criança abandonada	6	8	3	3	14	34
Prática de mendicância		6			1	7
Em situação de rua			2	1	4	7
Em situação de acolhimento	1			1	4	6
Criança carente		2	1	1	5	9
<i>Menor abandonado</i>	5					5
Criança trabalhadora	13	4		4	11	32
Engraxate	12	3		2		17
Pequeno trabalhador	1	1		1	2	5
Exploração trabalho infanto-juvenil				1	9	10
Criança em situação de risco	2	2	9	2	65	80
Abuso sexual	1		4	1	37	43
Exploração sexual	1			1	8	10
Violência física		2	5		20	27
Criança e/ou adolescente com prática de infração.	12	5	3	4	50	74
Criança	1	2			10	13
Criança/adolescente e educação		1			2	3
Criança/adolescente e saúde		6		1	6	13
Criança/adolescente e drogas					5	5
Eventos	3	16		1	6	26
Juizado/Vara da Infância		4		6	10	20
Instituições de atendimento ao público infanto-juvenil	30	12	2	14	64	122
Centro Educacional Regional – CER					9	9

Continua.

⁸ Cabe ressaltar que algumas temáticas não foram abordadas de maneira direta, permanecendo apenas nas entrelinhas quando associadas às temáticas aprofundadas nesta pesquisa.

Continuação.

Casa Caminho					1	1
Fucabem/Funabem	6	8	2			16
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente				7	8	15
Conselho Tutelar				1	14	15
Assessoria Especial assuntos família					4	4
Abadeus				4	14	18
Abrigo do Menor		2		2	7	11
CIP					5	5
Bairro da Juventude	24	2			2	28
Legislação		1	1	2	8	12
Estatuto da Criança e Adolescente				2	8	10
Código de Menores		1				1
Portarias e leis municipais			1			1
Total por jornal (década)	67	61	18	37	251	434
Total por década	67	79		288		

Fonte: Tribuna Criciumense e Jornal da Manhã nas décadas de 1970, 1980 e 1990

Finalmente alinhavado, este material será apresentado em três blocos. Esta divisão foi articulada tendo como critério a vigência das três legislações destinadas ao público infanto-juvenil. Assim, essa segregação, em três grupos, foi o primeiro critério para a seleção das peças utilizadas. O segundo, foi composto por um conjunto de fatores relacionados à publicação de cada uma das peças selecionadas: enredo, utilização ou não de fotografias e/ou imagens, página da reportagem, assim como o espaço a ela destinado. Por fim, as chamadas de capa e a publicação sequencial de algumas notícias, fatores determinantes na seleção destas peças. O compulsar destas notícias permitiu pensar em permanências e rupturas no discurso utilizado pela mídia impressa quando relativo à temática da criança e do adolescente.

Embora os jornais, sejam fontes de domínio público, os nomes aqui utilizados são fictícios. Esta precaução se pauta pelo critério de facilitar o entendimento da narrativa sem identificar personagens, considerando que algumas peças ou não apresentavam o nome ou, se o faziam, utilizavam apenas as iniciais, referindo-se a crianças e adolescentes. Os únicos nomes reais constantes no trabalho são os dos/as profissionais associados/as às instituições de atendimento ao público infanto-juvenil.

Outra opção a destacar foi a de empregar expressões do contexto de cada período. Para isso, tem-se recorrido ao itálico para identificar os termos encontrados nos documentos, seja com base no discurso dos jornais, seja das leis.

Esta narrativa histórica foi estruturada em três capítulos. Estes, por sua vez, articulam-se entre si. Durante este trabalho, com o olhar centrado no discurso jornalístico, procurou-se conhecer as experiências de crianças e adolescentes pobres da cidade de Criciúma.

O primeiro capítulo, intitulado "Pequenos desvalidos, os menores", tem como referência o Código de Menores de 1927. O recorte temporal relativo a esta etapa situa-se na década de 1970. Neste período, o Brasil se encontrava sob o regime civil-militar. Associada à Política da Segurança Nacional, a Funabem buscava dar fim ao processo de marginalização dos infantes. A política de recolhimento de crianças e adolescentes era então praticada de maneira veemente. Neste capítulo, portanto, se investigou a presença de chamado "ciclo" marginalizante, utilizando os termos mais recorrentes no período: *menor abandonado*, *menor pedinte* e *menor delinquente*, da mesma maneira que se tem analisado as discussões vinculadas à temática da infância e adolescência em âmbito nacional nas páginas dos jornais da cidade de Criciúma.

No final da década de 1970, a legislação relativa ao público infanto-juvenil sofria alterações. O primeiro código de menores cedia espaço ao novo código, em 1979.

A década de 1980 iniciava-se com um novo código de leis destinado ao atendimento de crianças e adolescentes. Sua base consistia na doutrina da situação irregular. Este contexto, marcado por intensas mudanças no campo social e político, constitui o segundo capítulo deste estudo, denominado "Um pé lá e outro cá: entre ser menor e ser criança". Com este, buscou-se identificar e analisar a influência do interdiscurso na produção jornalística na cidade de Criciúma, perguntando até que ponto os mais variados discursos (médico, jurídico, psicológico, dentre outros) podiam ser percebidos nas páginas do Jornal da Manhã e do jornal Tribuna Criciumense.

O terceiro e último capítulo se intitula "Nas páginas policiais, crianças e adolescentes em situação de risco". Perceberam-se com maior evidência, nesta etapa, as mudanças no discurso jornalístico. Este fato pode ser associado à instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Despontava então uma nova ótica sobre público infanto-juvenil: criança e adolescente considerados como sujeitos de direito. Verificaram-se nas páginas dos jornais a mudança, ainda que sutil, de uma infância perigosa para uma infância em perigo.

Por fim, as lentes foram ajustadas para perceber uma interpretação, sempre nas páginas dos jornais, dentre as muitas possibilidades relativas à história da infância e da juventude, assim como no aporte à história do tempo presente. Para caracterizar a infância aqui focalizada, empregaram-se termos como *infância abandonada*, *desmoralizada*, *desprotegida*, *desamparada*, *desvalida*, *desviada*, *descuidada*, dentre tantos outros sinônimos. As crianças e adolescentes pobres da cidade de Criciúma deixaram a sombra do mundo adulto e tiveram exposta, neste estudo, sua trajetória.



CAPÍTULO I - PEQUENOS DESVALIDOS, OS MENORES

Por qué en las épocas oscuras se escribe
con tinta invisible?

Pablo Neruda

1.1 - JORNAL, O CONTEXTO: 1970

O cenário inicial da década de 1970 ainda configurava pujança do regime civil-militar desde o golpe em 1964. Foi ainda neste contexto repressivo, da década anterior, que foi decretada, pela Lei Federal 4.513, a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), tendo como objetivo maior a formulação e implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, PNBEM.

Neste período, o Brasil apresentava um ritmo acelerado no processo de urbanização, marcado por um momento intenso de migrações internas e, como consequência, um grande aumento da pobreza e das periferias urbanas. O mencionado processo de marginalização dos infantes ocorria em paralelo com o desenvolvimento dos centros urbanos. O número de crianças e adolescentes que circulavam pelas ruas aumentava. Neste período, o caráter de prevenção da considerada marginalidade se juntava à Política de Segurança Nacional, não sendo apenas o *menor* o foco deste processo. Segundo o antropólogo Arno Vogel:

O processo de prevenção, entretanto, não está voltado apenas para esses menores. Tem outro objetivo ainda. Constitui uma ‘advertência moral para todos’, no sentido de que não se interrompa a tradição ‘desse modelo de moralidade pública’ que é a família brasileira. Para reservá-la, torna-se necessário atacar as causas exógenas da marginalização do menor que provém do ‘meio ambiente’. Uma delas é a rua, ‘fonte de todos os vícios, lugar dos ‘perigos vários’ que rondam o menor. A outra é o lar em estado de desequilíbrio, pois o menor é, antes de tudo, vítima do mal estar doméstico (2009; p. 301).

A doutrina da Segurança Nacional e o perigo que estes *menores* em processo de marginalização ofereciam à “ordem pública” fizeram com que a política da institucionalização se tornasse ainda mais forte

que nas décadas anteriores, apesar de, na apresentação da publicação “Política Nacional do Bem-Estar do Menor em Ação”, Mario Altenfelder, presidente da Funabem, ter afirmado que:

Foi planejada e estruturada visando o atendimento da criança em vias de marginalização ou marginalizada onde quer que ela se encontre, resguardando-a, protegendo-a e oferecendo-lhes meios e elementos técnicos necessários e indispensáveis à sua recuperação e ao seu desenvolvimento (1973; p. 7).

Mesmo que o fragmento acima afirme que o atendimento destinado ao público infante-juvenil aconteceria onde estes se encontrassem, situação contrária pode ser evidenciada. Segundo Irma e Irene Rizzini, 53 mil crianças teriam sido recolhidas e internadas, no Brasil, entre 1967 e 1972 (2004; p 37). Assim, tanto a sistematização para manter a “ordem”, quanto o próprio trabalho realizado pela Funabem para romper com o ciclo marginalizante pareciam não surtir o efeito almejado. Este fato pode ser conferido nos dados obtidos no relatório final da Comissão Parlamentar do Inquérito, realizada em 1975, denominada CPI do Menor.

De acordo com o seu diagnóstico, havia no Brasil cerca de 25 milhões de menores carenciados e/ou abandonados; 1/3 da população infante-juvenil encontrava-se em estado atual ou virtual de marginalização (VOGEL, 2009; p. 305).

Durante este período, ainda vigorava no Brasil o primeiro Código de Menores. O decreto nº 17.943 foi instituído em 1927 e teve o desígnio de firmar uma legislação específica de proteção e assistência à infância considerada *abandonada e delinquente*. Tratava-se de um estatuto ambíguo: ao mesmo tempo em que se afirmava protecionista, tinha em seu corpo inúmeros dispositivos inspirados no Código Penal de 1890. Com um forte teor moralista, o Código de Menores de 1927, além de funcionar como uma regulamentação do trabalho realizado pelos/as menores, havia sido articulado com a ideia de normalizar a infância pobre. Alguns artigos tipificavam os menores em três grupos: *abandonado/a, delinquente, e trabalhador/a*.

Em seu artigo 26, caracterizava como *menor abandonado* os que, com idade inferior a 18 anos, se encaixassem, no mínimo, em uma das seguintes características:

- I. que não tenham habitação certa, nem meios de subsistencia, por serem seus paes fallecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja, guarda vivam;
- II. que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistencia, devido a indigencia, enfermidade, ausencia ou prisão dos paes, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda;
- III. que tenham pae, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para com o filho ou pupillo ou protegido;
- IV. que vivam em companhia de pae, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à pratica de actos contrarios à moral e aos bons costumes;
- V. que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem;
- VI. que frequentem logares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida;
- VII. que, devido à crueldade, abuso de autoridade, negligencia ou exploração dos paes, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:
 - a) victimas de mãos tratos physicos habituaes ou castigos immoderados;
 - b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensaveis à saude;
 - c) empregados em occupações prohibidas ou manifestamente contrarias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saude;
 - d) excitados habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem;
- VIII. que tenham pae, mãe ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, condemnado por sentença irrecorrivel;
 - a) a mais de dous annos de prisão por qualquer crime;
 - b) a qualquer pena como co-autor, cumplice, encobridor ou receptador de crime committido

por filho, pupillo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra estes.⁹

De acordo com tal artigo, diferentes situações poderiam resultar na declaração de abandono administrativo de um infante. O código, na sequência de seus artigos, definia de maneira precisa algumas categorias para o *menor abandonado* como os *vadios*, os *mendigos* e os *libertinos*. Os primeiros viviam em casa dos pais, tutores ou guarda, porém, mostravam-se avessos ao recebimento de instruções e resistiam ao trabalho; assim, vagavam pelas ruas e outros lugares públicos¹⁰.

Os *mendigos* eram os que habitualmente pediam esmola ou donativos¹¹. Por fim, a definição dos *libertinos*. Com forte teor moralista, estes eram associados à prática da prostituição, de atos obscenos em vias públicas ou, ainda, como frequentadores de locais identificados como prostíbulos¹².

Já os *menores delinquentes*, autores de infrações ou cúmplices de crimes ou contravenções, eram segregados/as, pelo mesmo código, em três grupos, tendo por parâmetro a idade. O primeiro grupo englobava os/as *menores* com idade inferior a 14 anos. O segundo, os/as *menores* com idade entre 14 e 18 anos. Por fim, os/as *menores* com idade compreendida entre 18 e 21 anos.

O artigo 68 afirmava que o/a *menor* com idade inferior a 14 não poderia ser submetido/a, em hipótese alguma, a processo penal. Neste caso, as autoridades competentes colhiam o depoimento, registravam o fato e aferiam seu estado físico, mental e moral, assim como a situação social, moral e econômica dos pais, mães ou tutores/as.

Segundo Irma Rizzini, esta divisão dos *menores* em *abandonados* e *delinquentes* presente no Código de Menores de 1927:

Já comumente utilizada pela literatura especializada do início do século, é adotada oficialmente pelo Estado com o decreto nº 16.272 de 20/12/1923, que aprovou o “regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes”. O decreto é bastante preciso na definição de cada classe do menor, utilizando-se

⁹ BRASIL. Decreto n.º 17. 943 A, de 12 de outubro de 1927, capítulo IV, Art. 26.

¹⁰ Id. *ibid.*, capítulo IV, Art. 28.

¹¹ Id. *ibid.*, capítulo IV, Art. 29.

¹² Id. *ibid.*, capítulo IV, Art. 30.

de subcategorias numa tentativa de abarcar todo o universo do menor (1993; p. 41).

Esta tipificação do discurso judiciário - *menor abandonado, menor delinquente e menor trabalhador* - foi adotada pelo discurso jornalístico.

Na década de 1970, estes eram alguns dos personagens do jornal da cidade de Criciúma. A cidade então vivenciava um período de grande prosperidade. Segundo o historiador Dorval do Nascimento, neste período houve um grande crescimento da atividade carbonífera, que pode ser associado à crise do petróleo ocorrida entre 1973 e 1979 (2004, p. 390). Junto com o ar poluído pelos resíduos do carvão, era possível aspirar o ar de modernidade que se instalava na cidade. A retirada da estrada ferroviária daria espaço a uma avenida que “cortaria” a cidade, efetuando ligação entre o centro e os demais bairros. Assim foi inaugurada, em 1976, a Avenida Axial, juntamente com a rodoviária da cidade. Em 1978, com um projeto proposto pela Câmara de Vereadores, em função da comemoração dos 100 anos da cidade, a avenida passou a chamar-se Avenida Centenário (ANTONIO, 2003; p 119). Ainda no último ano da década de 1970, a Praça Nereu Ramos era transformada em calçadão e ganhava status de “sala de estar da comunidade”.

O ano de 1970 marcava 15 anos de publicações do jornal Tribuna Criciumentense, que continuava, desde a sua fundação em 1955, semanal. Sua circulação já alcançava grande parte dos municípios da região sul de Santa Catarina. No início da década, estava sob a responsabilidade de Gundo Steiner, passando, em 1975, para a de Altair Bitencourt. Antes de abordar a estrutura do jornal, cabe ressaltar que em nenhum momento, durante a pesquisa, se percebeu qualquer interferência da censura no período da ditadura civil-militar (nenhuma página em branco, receita de culinária, quadros escuros ou qualquer outro indício foi encontrado que apontasse para este fato).

O jornal tinha, em média, dez páginas, podendo chegar a 16. Não era organizado por seções, mas sempre manteve o editorial na página dois. O jornal tinha como foco notícias da cidade, e apenas raramente tratava de fatos em esfera estadual e/ou federal. As matérias não levavam assinaturas e havia algumas colunas, mas estas não eram fixas. Podem-se citar: “Em sociedade”, com Dilney Torres, que tratava de eventos, festas e afins; Crônicas; “Rádio e TV”, que apresentava a programação da TV e assuntos do mundo dos artistas; “O Corneteiro”, curtinhas sobre futebol; “Coluna Por um Bom Dia”, notas curtas sobre o

cotidiano da cidade; “Coisa da Vida”, tratava sobre relacionamentos afetivos, era assinada por Otaner e Renato Tiago Pereira.

Antes de prosseguir, é importante ressaltar que, neste capítulo, foram utilizadas apenas as edições do jornal *Tribuna Criciumense*, tendo em vista que o ano de lançamento do *Jornal da Manhã* aconteceu após este período. Nas páginas destas edições, selecionadas como recorte temporal na década de 1970, reservava-se um grande espaço aos/às *menores*. Foram encontradas 67 peças que versavam sobre a temática da infância. Seis tratavam da questão do *menor abandonado* ou em *vias de marginalização*; 13, sobre a temática do *menor trabalhador*, das quais 12 destinadas aos *menores engraxates*. Outras 12 abordavam a temática do *menor delinquente*. Em vez de *menores*, uma das peças os chamou de *crianças*; das outras, duas versaram sobre a questão da violência sexual.

Estas duas últimas peças podem ser associadas à nova ótica que se estava construindo sobre a *criança*. É possível uma associação entre este novo olhar e as inúmeras denúncias contra as práticas punitivas e repressoras vividas durante o regime civil-militar. As denúncias foram ganhando corpo ao longo da década de 1970, juntamente com os movimentos que vão desestabilizar o regime.

1.2 - COMO UM TERRENO BALDIO, OS MENORES ABANDONADOS

Crianças, em letras garrafais, era o título da primeira peça associada à temática da infância na década de 1970. Publicada em 7 de março de 1970, tinha como assunto principal a educação e a formação da criança. Março era o mês que marcava o início do ano letivo e as “crianças alegres, saltitantes e barulhentas”¹³ voltavam a circular pelas calçadas da cidade. A preocupação do autor do texto, Olindo Rosso, se destinava à formação da personalidade dessas crianças, dada a importância da educação de parte dos mestres, mas, principalmente, dos pais. Dentre muitos trechos, destaca-se:

Crianças, enquanto vossos pais e mestres procuram a melhor formação para vós, andais alegres. Caminhai pelas nossas calçadas falando e brincando. Assimilai a vida como inspirais o ar e vos alimentais. Exigi deles que sejam pais não só na ordem física, mas principalmente e acima de

¹³ ROSSO, Olindo. Crianças. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 761, 7 de março de 1970, p. 8.

tudo, na ordem psicológica. Crianças, a árvore que se enfeita, enfeita a floresta. A flor que se colore, colore o jardim. A criança que prepara o futuro engrandece e enobrece a família humana. Não quereis ser espinho, mas flores da humanidade.¹⁴

A seleção desta peça não aconteceu por acaso, ou apenas por ser a primeira a tratar da temática da infância. A escolha se deu por algo mais. Para iniciar, é importante ressaltar que nela não há qualquer menção, ao menos de maneira direta, à expressão *menor*. As crianças ali apresentadas eram as que frequentavam uma escola, que tinham família, eram as “crianças-flores”. Quem ou quais seriam os “espinhos”? Diferente destas, havia as crianças *maltrapilhas*, que circulavam pelas ruas e barravam as pessoas com a prática da mendicância. Aliás, estas últimas nem ao menos eram chamadas de crianças; eram simplesmente *menores*. Como afirma o cientista político Edson Passetti, “ser menor é mais que ter menos de dezoito anos. Aliás, os que são filhos de “famílias organizadas” são crianças e jovens; menores são os outros” (1985; p. 23).

Nessa década, ainda, foram encontradas seis peças que tratavam do *menor abandonado*. Esta circunstância pode ser associada ao número reduzido de peças que abordavam a temática do *menor pedinte*. Uma forte associação entre *menor abandonado* e *menor pedinte* era facilmente identificada nas páginas do jornal. Em alguns casos, não era possível perceber a diferença na utilização das duas expressões, levando à interpretação de que a temática *menor abandonado* só aparecia nas páginas do jornal Tribuna Criciumense personificada no *menor pedinte*.

A primeira peça que justificava a afirmação sobre a ausência dos *menores abandonados* foi publicada em dezembro de 1973, intitulada “Menores continuam preocupando”, como aponta o fragmento:

O problema da mendicância em nossa cidade, felizmente já não existe; a Associação Feminina de Assistência Social, com desprendimento e boa vontade, conseguiu contornar a situação, banindo do nosso meio os esmoleres de outros municípios, enquanto que os realmente necessitados de nosso

¹⁴ Id. *ibid.*

município estão sendo ajudados por aquela instituição¹⁵.

Para o leitor descontextualizado, a notícia afirmava apenas o fim da mendicidade. No entanto, quem acompanhava a leitura do jornal, sabia do *problema da mendicância* que, divulgada desde a década de 1950, ganhara ênfase na década de 1960¹⁶, e fizera com que os *menores pedintes* se tivessem tornado, no período anterior, os personagens principais das páginas desse jornal, quando o tema era o público infanto-juvenil. A peça “mendicância atinge proporções alarmantes”, datada do final do final da década de 1960, mais precisamente de 1968, remete à situação acima explicada.

Não há dia, não há hora em que não batam em nossa porta ou vejamos às ruas velhos maltrapilhos e menores esfaimados que com seus olhos tristes nos pedem um troco, um pão. Dando-nos de volta pela caridade momentânea o esperançoso “Que Deus lhe ajude”! A mendicância sempre existiu em nossa cidade, mas de uns tempos pra cá tem aumentado em proporções alarmantes e urge que enfrentemos este fato, como um novo e grave problema que deve ser selecionado.¹⁷

A maioria das peças que tratava da temática na década de 1960, assim como o fragmento transcrito, buscava uma solução para o problema. Passaram-se oito meses da peça até ser publicado o título “Problema da mendicância deverá ser solucionado”¹⁸. A matéria noticiava uma reunião - da qual participaram algumas autoridades, representantes de clubes de serviço, clero e imprensa -, que tinha por objetivo acabar com a mendicidade. Ao que tudo indica, somente cinco anos depois é que o *problema* teria sido realmente solucionado.

O jornal indicava ainda que a década de 1970, diferente das anteriores, havia sido marcada por medidas de erradicação da

¹⁵ Menores continuam preocupando. *Jornal Tribuna Criciumense*, n.º 964, 29 de dezembro de 1973, p. 3.

¹⁶ Foram encontradas três peças que tratavam da temática da mendicidade, praticada pelo público infanto-juvenil, na década de 1950, e quatro peças na década de 1960.

¹⁷ Mendicância atinge proporções alarmantes. *Jornal Tribuna Criciumense*, n.º 497, 30 de janeiro e 6 de fevereiro de 1965, p. 1.

¹⁸ Problema da mendicância deverá ser solucionado. *Jornal Tribuna Criciumense*, n.º 688, 28 de setembro de 1968, p. 1.

mendicidade, fato que resultou na ausência dos *menores pedintes* das páginas do jornal (e quiçá das ruas).

Voltamos à notícia publicada em dezembro de 1973. Embora afirmasse sua erradicação, uma peça, publicada em março de 1972, apresentava indícios de que até esse período os *menores pedintes* continuavam circulando pela cidade. O artigo, intitulado “Criciúma poderá contar com asilo de menores”, apresentava a reivindicação de uma instituição que “pudesse abrigar os menores delinquentes e os menores esmoleiros perambulantes”.¹⁹ Se existia a reivindicação, é provável que eles continuassem a circular pelas ruas da cidade, mesmo sem aparecer nas páginas dos jornais. Pode-se, aqui, pensar não na erradicação da mendicidade nesse período, de pouco mais de um ano, mas em uma diminuição considerável de sua circulação pelas ruas centrais, fato que explica, eventualmente, sua ausência das páginas dos jornais.

Ao apresentar o problema como solucionado, o jornal apontava uma nova preocupação: a *marginalização do menor*. Três peças abordaram diretamente a temática. A primeira delas, já aqui utilizada, se intitulava “Menores continuam preocupando”. Esta, na conclusão, afirmava que o *problema do menor* atingia, no município de Criciúma, “grande proporção, e a tendência era aumentar cada vez mais o número de menores marginais se uma providência não fosse imediatamente tomada. Esperava-se, continua a matéria, que, a exemplo dos mendigos, também o caso dos menores fosse efetivamente equacionado”.²⁰

A segunda peça, datada de 5 de janeiro de 1974, divulgava a participação da Afasc²¹ no primeiro encontro do plano de prevenção da *marginalização do menor* na região sul do País. Cabe lembrar que esta discussão fazia parte do contexto nacional, como anteriormente citado. É provável que a participação neste encontro tenha possibilitado algumas discussões dentro da própria Afasc, pois, em maio do ano seguinte, a publicação da peça “Marginalização do menor” apresentava a necessidade de interromper o *ciclo marginalizante* ao qual, destino,

¹⁹ Criciúma poderá contar com asilo para menores. Jornal Tribuna Criciumense, nº 870, 18 de março de 1972, p. 12.

²⁰ Menores continuam preocupando. Jornal Tribuna Criciumense, nº 964, 29 de dezembro de 1973, p. 3.

²¹ Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma, fundada em 1973. Constitui-se de uma entidade não-governamental, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, que tem como missão prestar assistência social e educacional. Fonte: www.afasc.com.br. Acesso em: 4 set. 2012.

segundo o jornal, dos *menores abandonados*. A solução apresentada resultaria:

do atendimento de suas necessidades básicas, para cujo atendimento a sociedade deve oferecer as devidas condições, condensam em torno de cinco elementos fundamentais e que são saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social. [...] Há a necessidade de serem implantados programas nas áreas urbanas, onde o problema é mais agudo, procurando interromper o ciclo marginalizante.²²

Os elementos fundamentais - “saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social” - apresentados pela Afasc ao jornal *Tribuna Criciumense* foram pontos elementares propostos pela Funabem, com a premissa inspirada na Declaração dos Direitos da Criança, para o *bem-estar do menor* (FUNABEM, 1976, p 7). A partir de então, o *menor* passou a ser apresentado/a como problema social, posto que seu abandono, moral e material, acabaria por torná-lo *pequeno/a criminoso/a*.

É possível perceber no discurso jornalístico a presença de um *ciclo marginalizante: menor abandonado - menor pedinte – desvio de conduta - menor delinquente*. De acordo com os princípios da Funabem, à *prevenção da marginalidade* cabia:

cuidar das situações de abandono de fato, características das áreas urbanas com forte densidade demográfica, liminares ou “deterioradas”, marcadas pela presença de “menores em atividades lucrativas”, “menores em condições de permanente ociosidade”, “menores em atividades moralmente perigosas”, “mendicância”, “delinquência” ou “vício”, “promiscuidade nas condições de habitação” (VOGEL, 2009, p 296)

Tocava-se aí um ponto crucial: a questão do internamento. Os discursos sobre a nova política de atendimento nacional ao público

²²Marginalização do menor. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.038, 31 de maio de 1975, p. 12.

infanto-juvenil, as inúmeras tentativas para romper com o considerado ciclo marginalizante chegavam à cidade de Criciúma. A ideia de “mudar comportamentos não pela reclusão, mas pela educação na reclusão” (PASSETI, 2010, p 357) era facilmente identificável nas páginas do jornal. Voltaremos a isto ao tratar os *menores delinquentes*.

Voltamos ao início, ou melhor, à peça utilizada para abrir este subcapítulo. O autor, ao escrever a notícia, fez uso de metáforas para representar a criança. De fato, em determinado momento apontava a criança como flor. Na peça, “O menor abandonado”, publicada em 20 de janeiro de 1979, Antonio Soares, ao definir o menor abandonado, também fez uso de metáfora ao responder à seguinte indagação: Como caracterizar um *menor abandonado*?

Trata-se de uma criança sem nome, sem família, sem sociedade, sem nacionalidade. É o menor abandonado. Trata-se de uma criança sem saúde, sem alimentação regular, sem desenvolvimento físico e psíquico equilibrado e normal. Trata-se de uma criança sem direitos e sem deveres, sem amor, sem compreensão, sem carinho, abandonada como um terreno baldio.²³

Conforme o fragmento transcrito, o autor utilizou o termo *criança* ao se referir ao *menor abandonado*. Inicialmente, o texto demonstrava uma preocupação maior com o *menor*. Como um terreno baldio, precisava de cuidados para voltar a produzir. Porém, o final apresentado foi um tanto diferente:

Após estas considerações, quem poderá deixar de reconhecer que o problema do menor deve ser equacionado a fim de procurar-lhe uma solução adequada. Caso isso não venha a ocorrer, a própria sociedade partilhará da multiplicação dos indisciplinados rebeldes, dos descontentes e insatisfeitos, dos transviados e vagabundos, dos candidatos às drogas e à degeneração, dos futuros povoadores das prisões [...] dos marginais de toda a ordem que entristecem a família humana.²⁴

²³ O menor abandonado. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.256, 20 de janeiro de 1979, p. 8.

²⁴ O menor abandonado. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.256, 20 de janeiro de 1979, p. 8.

Encerra-se a década de 1970 quando os chamados *menores abandonados* ainda apresentavam um caráter ambíguo. Assim como propunha o jornal, era preciso romper com o *ciclo marginalizante*, tirá-los da rua e, não menos importante, livrar deles as ruas.

1.3 - GATUNOS MIRINS, MENORES DELINQUENTES

Na última semana do mês fevereiro de 1974, Daniel, um *menor*, sem idade definida, entrou em um estabelecimento comercial, localizado no centro da cidade, e se “apropriou” de dois mil cruzeiros. Porém, o plano não saiu como o almejado e ele foi “pego” pela polícia. Depois de devolver o valor furtado, foi posto em liberdade. Alguns dias depois, foi novamente levado à delegacia de polícia por ter realizado a mesma prática. A notícia o apresentava como personagem, mas não o principal, pois, assim como ele, existiam tantos outros a circular pelas ruas centrais da cidade. A peça afirmava que, ao não ser preso, o *menor* reincidiria na prática do furto e concluía: “a continuar assim, muito em breve a cidade estará infestada de perigosos marginais, com possibilidades mínimas de recuperação”.²⁵

Assim como ele, muitas outras crianças e adolescentes foram associadas à expressão *menor delinquente*. A questão da criança e do/a adolescente autor de ato infracional era constantemente comentada na década de 1970. Foram encontradas 12 peças que versavam sobre a temática desse *menor*. Em sua maioria, não tratavam de situações específicas, como a do caso acima. Ao contrário, versavam sobre a temática de maneira ampla, como *problema dos menores delinquentes*.

Em 31 de março de 1973 foi publicada a peça “Menores praticam delito e continuam impunes”, iniciada da seguinte maneira:

É notório que setenta por cento dos crimes de furtos e roubos em nossa cidade, são praticados por menores, os quais depois de descobertos pela polícia, que muitas vezes, empreende insano trabalho de investigações, são simplesmente interrogados e postos em liberdade. E o que é pior é que continuam praticando o mesmo delito, tornando-se elementos considerados nocivos a

²⁵ Menores viram cidade do avesso. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 972, 23 de fevereiro de 1974, p. 9.

sociedade em que vivem e sem nenhuma perspectiva de recuperação.²⁶

Já na primeira informação do fragmento, questiona-se a quantidade de artigos encontrados sobre a chamada *delinquência infantil*. Afinal, eram 12, no total. O dobro em número, se comparado aos da temática do *menor abandonado*, de apenas seis. O fato de atribuir um índice de 70% dos furtos e roubos da cidade aos *menores* pode ser interpretado como justificativa para que os *menores delinquentes* abrohassem nas páginas do jornal. Não há como não concordar com a afirmação de Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins, de que os jornais, assim como outras formas de mídia da informação, “não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público” (DE LUCA; MARTINS, 2006, p. 11).

Nesta mesma edição, publicada em março de 1973, foi noticiado, na página nove, o caso de Antonio, Geraldo e Jorge, flagrados em tentativa de furto. Foram os três enviados à delegacia. Lá confessaram a autoria de um arrombamento recente na mesma residência. No episódio anterior, a do furto, haviam levado uma quantia em dinheiro, relógios, uma espingarda de ar comprimido, uma faca prateada e calçados. Ao informar que havia sido instalado inquérito, a peça concluía:

mas, como sempre acontece, continuarão impunes por não haver em nossa cidade, e nem em Santa Catarina, um estabelecimento especializado em recuperação de menores que praticam delitos dessa natureza.²⁷

O caso de Antonio, Geraldo e Jorge, assim como o de Daniel, narrado na abertura do subcapítulo, acusava a questão da impunidade e, conseqüentemente, a da reincidência na prática do furto. As peças seguintes, publicadas no mesmo jornal, eram carregadas de valores morais e continuavam a abordar com ênfase a mesma questão. Porém, que até então estava nas entrelinhas passou a ser explicitamente exposto: a grande preocupação com a população e a cidade de Criciúma.

²⁶ Menores praticam delito e continuam impunes. *Jornal Tribuna Criciumense*, n° 926, 31 de março de 1973, p. 4.

²⁷ Id. *ibid.*

É alarmante o índice de menores que em nossa cidade, enveredam pela senda do crime, constituindo-se em uma grande ameaça à tranquilidade e a segurança da população cricumense. Os roubos realizados na última semana foram praticados por menores que depois de fornecerem esclarecimentos à polícia foram liberados sem nenhuma medida punitiva ou qualquer providência no sentido de recuperá-los. Esses pequenos marginais são reincidentes e continuam fazendo das suas, por saberem que a idade lhes assegura o privilégio de permanecerem impunes.²⁸

Assim como este fragmento, as matérias do início da década de 1970 foram marcadas por discussões a respeito da questão da impunidade. No entanto, na peça “menores praticam delito e continuam impunes”, de março de 1973, pode-se perceber, na fala do juiz da comarca, a existência da prática de enviar os adolescentes autores de atos infracionais ao presídio Santa Augusta. De acordo com o juiz Heliodoro Franzói:

No afã de minorar o problema, arbitrariedades até, tem sido cometidas, quando esses menores são recolhidos a Cadeia Pública, permanecendo detidos na ala das mulheres presidiárias, o que não poderia acontecer em hipótese alguma. Os inquéritos instaurados acabam sendo arquivados, por que não existe em nossa cidade um estabelecimento que possibilite a regeneração dessas crianças. E para onde vamos recolher os menores infratores?²⁹

Mesmo que a matéria afirmasse, inicialmente, uma impunidade, inclusive em seu título era evidente que a ação de deter os adolescentes que haviam cometido um ato infracional na Cadeia Pública acontecia. Não seria isso uma punição? É provável que a resposta fosse positiva. Ao que tudo indica, acontecia na cidade de Criciúma situação contrária ao que dispunha o artigo 86 do Código de Menores de 1927, que

²⁸ Menores viram cidade do avesso. *Jornal Tribuna Criciumense*, n° 972, 23 de fevereiro de 1974, p. 9.

²⁹ Menores praticam delito e continuam impunes. *Jornal Tribuna Criciumense*, n° 926, 31 de março de 1973, p. 4.

afirmava que nenhum/nenhuma menor de 18 anos, recolhido/a por qualquer motivo, poderia ser destinado/a à prisão comum.³⁰

Ainda em 1973, seis meses após a edição que mencionava a fala do juiz, foi publicada, em 22 de setembro, uma peça que apresentava uma novidade no que se referia à temática do *menor delinquente*. É importante ressaltar que a questão da impunidade continuava presente, porém acrescida de uma forte discussão sobre o recolhimento deles ao presídio Santa Augusta.

Furtos aconteciam em Criciúma. Nada era poupado - comércio, residências, escolas. Os prejuízos beiravam 11 mil cruzeiros. Uma *quadrilha de marginais tarimbados* era a dedução do delegado. Este reuniu comissários e agentes de polícia e traçou um plano para prender o *bando*. Chegaram à *quadrilha* após investigações. Eram dez *menores*, divididos em três grupos. Em cada um deles havia um líder, também *menor*, que coordenava as ações e contatava os receptores. A polícia não poderia enviá-los para o Presídio Santa Augusta, pois, “segundo afirmaram, não oferece condições de recuperação a estes garotos que estão enveredando pela senda do crime”.³¹ Enfim, a polícia não sabia o que fazer com os *gatunos mirins*.

Assim como os leitores do jornal Tribuna Criciumense da década de 1970, não sabemos o desfecho desta história. Mas é possível deduzir que, diferentemente da história de Daniel, na qual a preocupação estava em ser o *menor* colocado em liberdade após cometer a infração, na história dos *gatunos mirins* a preocupação maior era não enviá-los ao Presídio Santa Augusta.

Foi a partir da notícia dos *gatunos mirins* que se iniciou, nas páginas do jornal Tribuna Criciumense, a discussão de enviar as crianças e adolescentes, autores de prática infracional, ao presídio da cidade. Porém, somente em 1976, passados três anos, é que o assunto foi abordado de maneira direta. Com o título “Presídio não recupera menores”, a peça apresentou a fala de Dizelda Coral Benedet, diretora do Bairro da Juventude, que afirmava:

Os menores que apresentam problemas de conduta não podem ser trancafiados numa cadeia pública, para onde são enviados os marginais, pois ao invés de se reabilitarem, tornando-se reintegráveis a sociedade, acabam se pervertendo cada vez

³⁰ BRASIL. Decreto n° 17. 943 A, de 12 de outubro de 1927, capítulo VII, Art. 86.

³¹ Menores preocupam as autoridades. Jornal Tribuna Criciumense, n° 951, 22 de setembro de 1973, p. 8.

mais, transformando-se em elementos altamente nocivos e perigosos à coletividade.³²

Em janeiro de 1977, um ano após essa fala, foi publicada a peça “o menor delinquente em Criciúma”, na qual se descrevia seu perfil: faixa etária compreendida entre sete e 19 anos, situação de *penúria*, motivo que os induziria a prática ilícitas. Tudo isto se somava à “inadequada formação no seio da família, porque o menor delinquente, via de regra, é filho de casais desajustados e que vivem em constantes conflitos”.³³ Ainda nesta peça, foi apresentada a fala do delegado Everaldo da Silva:

O problema do menor delinquente é uma questão social que preocupa as autoridades, não só em nosso município, mas também no país inteiro, atingindo maior gravidade nos centros mais desenvolvidos. Admito que na capital do carvão, a delinquência juvenil está se tornando um caso bastante sério.³⁴

E qual seria a solução para a situação? Tanto na fala do delegado, quanto na de Dizelda, a sugestão apresentada era a implementação de uma casa especializada no atendimento aos *menores delinquentes* da cidade. Embora uma matéria de 1972 apresentasse rumores a respeito da construção de um *asilo* para acolher os *menores delinquentes*,³⁵ o fato não chegou a se concretizar. Em 1976, nova peça foi publicada. Esta solicitava a criação de uma instituição destinada à “recuperação de menores que já enveredam pelo caminho da marginalização”.³⁶ Porém, de acordo com os jornais, a década de 1970 se concluiu sem a referida instituição.

As matérias encontradas nessa década reforçam o estereótipo do *menor delinquente*, a começar pelas expressões utilizadas para definir o adolescente autor de prática infracional. Dentre as variações: *pequenos*

³² Presídio não recupera menores. Jornal Tribuna Criciumense, nº 1.101, 17 de janeiro de 1976, p. 10.

³³ O menor delinquente em Criciúma. Jornal Tribuna Criciumense, nº 1.154, de janeiro de 1977, p. 1.

³⁴ Id. *ibid.*

³⁵ Criciúma poderá contar com asilo para menores. Jornal Tribuna Criciumense, nº 870, 18 de março de 1972, p. 12.

³⁶ Estabelecimento para recuperar menores. Jornal Tribuna Criciumense, nº 1.109, 13 de março de 1976, p. 8.

criminosos, gatunos mirins, pequenos marginais, pequenos criminosos, delinquentes juvenis, menores marginais. Ainda que o delegado Everaldo da Silva afirmasse que os menores delinquentes eram um problema social, as peças associavam a questão a valores morais. Ao mesmo tempo em que se buscava “salvar” o *menor delinquente*, almejava-se também livrar a população do perigo que ele representava. Não teria esta questão um caráter dúbio? Fica a pergunta: a quem queriam eles proteger?

1.4 - PROFISSIONAIS DA ESCOVA, O MENOR TRABALHADOR

Sentado na calçada, próximo ao meio fio, os pés descalços tocavam a rua. Tudo estava deserto. As lojas fechadas. A rua sem circulação de pessoas. Apenas o garoto, braços cruzados e apoiados sobre a maleta que estava em seu colo. Olhava o além, ou melhor, não olhava para a máquina que registrara sua fotografia.

Seria esta uma fotografia do cotidiano do garoto, que, ali sentado, antes de iniciar a movimentação da rua, com a abertura do comércio esperava por seus clientes? Seria uma fotografia-montagem, na qual se havia pedido ao garoto que ali sentasse e não olhasse diretamente para as lentes da câmera? Quanto à ausência de pessoas, pode-se pensar na possibilidade de um horário de pouca circulação naquele local ou, então, que os responsáveis poderiam ter solicitado às pessoas que aguardassem um tempinho antes de passar. Inúmeras possibilidades podem ser pensadas para interpretar a fotografia, mas é inegável o tom de dramaticidade. Um garoto só, descalço, a olhar para o nada. O tom dramático não fica apenas na foto. O texto curto que a acompanhava, intitulado “Engraxate também tem vez”, vinha impregnado de drama.

Ser engraxate não é apenas constituir-se numa praga, segundo o pensamento de alguns, que deve ser escorraçada do centro da cidade. Ser engraxate é também, e muito principalmente, ganhar a vida, sustentar uma família com a escova, a graxa, batuque do pino e o pó dos sapatos dos outros, numa idade em que a maioria das crianças de melhores condições econômicas só pensa em brincar. Engraxate é “homem” que trabalha: sim senhor. E como luta, como disputa, como enfrenta a concorrência, como gosta de agradar, como zela pelo freguês. É malcriado também, nada mais,

porém, do que qualquer criança engomada. Mas com o freguês nunca. Só com o concorrente. Escola ele frequenta: a da vida.³⁷

Embora, curta, cinco pequenos parágrafos, a peça ocupava meia página, localizada na parte superior do jornal. O tamanho da publicação pode ser associado, inicialmente, à data em que a peça fora publicada: 1º de maio de 1970, comemoração do dia do trabalho, uma espécie de homenagem ao *pequeno trabalhador* que, diferentemente do *menor delinquente*, buscava alternativa que não as infrações ou, como afirmava o jornal, *o submundo do crime*. Mas ao concluir sua leitura, se percebe que a peça havia sido construída para elogiar uma campanha organizada pelo Clube dos Castores³⁸, que, por sua vez, visava a uniformizar os engraxates. Voltando à fotografia do garoto só, sentado na calçada, parece que, melhor que descrevê-la, seria mostrá-la (Fig. 3).

Figura 3: O engraxate



Fonte: Tribuna Criciumense, 10 de abril de 1971

³⁷ Engraxate também tem vez. Jornal Tribuna Criciumense, n º 769, 1º de maio de 1970, p. 14.

³⁸ Clube dos Castores era um pequeno grupo, formado por jovens da classe média alta, vinculado ao Lyons Club. Tinha por objetivo a realização de atividades beneficentes. Dentre estas ganhou destaque a campanha para uniformizar os engraxates.

Ressalte-se que esta foi a única fotografia, associada à temática da infância, encontrada entre 1970 e 1979, e por duas vezes utilizada pelo jornal. A primeira, na peça selecionada para abrir este subcapítulo; a segunda, numa espécie de sequência a esta, embora publicada aproximadamente um ano após, em abril de 1971, com o título “A vez dos engraxates”.

Esta última tratava de uma nova entrega de uniformes, realizada pelo mesmo clube para os engraxates.

Embora a fotografia, nas duas peças, seja a mesma, o tom dramático da primeira cedia espaço, na segunda, aos elogios ao Clube dos Castores.

Uma iniciativa que desde o início mereceu apoio total da população foi aquela do Clube dos Castores, quando uniformizou os engraxates, dando-lhes uniforme de inverno e verão, botas e caixas apropriadas a seus afazeres. Agora após um ano: o mesmo grupo fará a entrega de novos uniformes.³⁹

Além das duas já citadas, outras dez peças abordaram a temática do engraxate. Porém, as dos anos seguintes, diferentemente destas duas, tomaram outro rumo. Tratariam do que o jornal denominava *problema do engraxate*. A peça, publicada em 7 de setembro de 1973, tratou da não-utilização das fardas disponibilizadas aos meninos engraxates. Novamente, nesta notícia, se elogiava a iniciativa do grupo do Clube dos Castores. A peça concluía com a exigência de que medidas fossem tomadas:

Quando o uniforme foi adotado, não regateamos aplausos à iniciativa por ser das mais meritórias e plenamente compatíveis com o progresso de nosso município. Porém, agora, a maioria deixou de trajar o vistoso fardamento e está havendo ainda a infiltração de molecotes mal educados que deveriam ser impedidos de exercer essa atividade de acordo com o critério que anteriormente era adotado no cadastramento dos engraxates.⁴⁰

³⁹ A vez dos engraxates. Jornal Tribuna Criciumense, n.º 819, 10 de abril de 1971, p. 1.

⁴⁰ Engraxates sem farda. Jornal Tribuna Criciumense, n.º 949, 7 de setembro de 1973, p. 9.

Com este fragmento, rompeu-se a ideia de que um engraxate trabalhava, que poderia ser responsável pelo sustento da família; passou a ser considerado *molecote mal-educado*. Há uma mudança no discurso jornalístico, no qual o *profissional da escova* passou de enaltecido a *engraxate-problema*.

Ainda no mesmo ano, em outubro, foi publicada uma crônica, assinada apenas por Olindo, com o título “engraxate”. Segue-se um trecho dela:

É bacana sua proposta.
 (Entramos na Praça Nereu Ramos)
 - O senhor quer engraxar? – Não.
 O melhor mesmo é deixar para os outros resolverem o problema que você acenava.
 - Seu moço, vamos lustrar os sapatos? – Já lustrei.
 Outros dizem, o trabalhador não deve ser cavalo, mas cavalheiro.
 - Vamos passar um paninho? – Logo mais.
 Você dizia? Sabe, não se pode prestar bem atenção nos temas em foco.
 - Vamos tirar o pó? – Já tirei.
 Está vendo, a gente é quase agredido nesta Praça.
 - Vamos engraxar? Passar um paninho? Tirar o pó? – Não... Não... Não.
 O que?! Minha avó, é o teu tio?!
 Espero não ter dito isso. Mas numa invasão desta, tudo é possível.
 Paramos um pouco. Contamos 25 engraxates, num pequeno espaço.
 Eh! 25 engraxates. [...]
 Está passando da hora. Falamos em limpeza da cidade, embelezamento das casas. E preparar o ambiente para os turistas. Nada fazemos para ordenar isso? É preciso institucionalizar esse trabalho.⁴¹

A crônica proporcionava a ideia de quão difícil era caminhar pela Praça Nereu Ramos, tamanho o número de engraxates e, conseqüentemente, das vezes em que as pessoas eram barradas com a oferta do referido serviço. Através destas duas notícias no ano de 1973,

⁴¹ Engraxate. *Jornal Tribuna Criciumense*, 27 de outubro de 1973, p. 5.

temos divulgados os três principais problemas apontados pelo jornal Tribuna Criciunense em relação aos meninos engraxates.

O primeiro é o fato de os adolescentes não utilizarem uniformes; segundo, a concentração de um número de meninos em um único local e, por último, a utilização de palavras consideradas de baixo calão. Pode-se perceber, também, que a grande preocupação do jornalista está não nas condições de trabalho dos *menores engraxates*, mas na “imagem” da cidade.

Em um intervalo superior a um ano, os engraxates deixaram de “circular” pelas páginas dos jornais. Em fevereiro de 1975, a peça “engraxates não criarão mais problemas” permite afirmar que, embora ausentes das páginas dos jornais nesse intervalo de tempo, não estiveram longe das ruas, nem longe dos considerados abusos criticados pelo jornal. A peça a seguir se concentrou em apresentar uma série de normas com o objetivo de equacionar os que problemas relativos aos meninos engraxates. Eis parte destas regras:

Poderão, doravante, exercer a atividade somente os menores com idade entre sete e doze anos, e o número de engraxates não será superior a vinte e cinco. [...] A família do menor engraxate é igualmente responsável por seu trabalho que será desenvolvido de segunda a sábado, dentro do horário estabelecido. É terminantemente proibido o exercício de atividades no sábado à noite, bem como aos domingos. Foram também, esquematizados horários para que em período de aulas esses menores não sejam prejudicados. Os engraxates não mais poderão permanecer aglomerados na via pública, deverão obedecer a escalas de trabalho aos diversos pontos fixados e assinar seu ponto na prefeitura. [...] As medidas adotadas visam sanar os abusos que comumente eram constatados nos logradouros públicos da cidade, onde menores maltrapilhos se aglomeravam, perturbando a tranquilidade dos transeuntes e causando outros transtornos inconcebíveis.⁴²

⁴² Engraxates não criarão mais problemas. Jornal Tribuna Criciunense, nº 1023, 15 de fevereiro de 1975, p. 12.

Por aproximadamente dois anos os *profissionais da escova* não apareceram nas páginas do jornal. Em junho de 1977, o periódico publicou: os “engraxates voltaram a preocupar”. A peça apresentava, novamente, forte apreensão do jornal com a “imagem” da cidade.

Esses garotos esfarrapados, causam uma péssima impressão notadamente àqueles que passam por Criciúma e tem de nosso município, o mais elevado conceito. [...] Acreditamos que seja este o momento de serem tomadas providências, com o intuito de acabar com esses episódios desagradáveis, e que contrastam com o conceito de cidade desenvolvida que ostenta Criciúma em toda Santa Catarina.⁴³

A peça concluída com a afirmação de que o jornal nada tinha contra os que, dentre eles, trabalhavam, mas com a falta de uma severa fiscalização, pois a ausência desta resultaria no que o jornal chamou de *desencaminhamento desses menores*. De maneira um pouco diferenciada, dois meses após, em agosto de 1977, a peça “*Engraxates voltam a criar problemas*” lembrava, de maneira saudosa, a falta de padronização dos uniformes e das caixas utilizadas pelos *menores engraxates*, assim como as lembranças que este período havia deixado:

No momento um quadro estarrecedor pode ser observado no centro da cidade, onde se encontram menores maltrapilhos, exercendo a atividade de engraxate, perturbando muitas vezes os transeuntes, e causando uma péssima impressão às pessoas que oriundas de outras cidades, aqui aportam. Sabemos que a solução do problema não é uma tarefa fácil, mas nem por isso deve o órgão responsável ficar omissos. [...] A verdade é que os menores engraxates não podem ficar marginalizados.⁴⁴

Nas duas últimas peças, distintas das anteriores, o *menor engraxate* foi apontado não apenas como problema para a imagem da

⁴³Engraxates voltam a preocupar. Jornal Tribuna Criciumense, nº 1.176, 25 de junho de 1977, p. 8.

⁴⁴ Engraxates voltam a criar problemas. Jornal Tribuna Criciumense, nº 1.185, 27 de agosto de 1977, p. 9.

cidade, mas também abordava certa preocupação com sua *marginalização*. Segundo o jornal, o problema existia e deveria ser resolvido. Mas, qual seria a solução? De alguma maneira, a solução foi apresentada nas linhas das peças até aqui mencionadas.

O primeiro problema, ao menos o mais abordado nas peças, seria uma nova uniformização. Em sequência a isto, alguma instituição deveria reestabelecer as normas já propostas em 1975 e que acabaram por se perder com o passar dos anos, principalmente no quesito pontos de trabalho e horários estabelecidos. Mas quem deveria assumir a responsabilidade pelo *menor engraxate*? As últimas quatro peças podem ser utilizadas para responder, ao menos parcialmente, a essas indagações.

Na primeira, publicada em 12 de novembro de 1977, Dizelda Coral Benedet, diretora do Bairro da Juventude, afirmava estar disposta a assumir o problema dos *menores engraxates* desde que contasse com o apoio da prefeitura de Criciúma:

Se não contarmos com nenhum tipo de apoio, nada poderemos fazer com vistas a solução do problema, pois todos sabem que, atualmente, a instituição vem trabalhando com dificuldades, principalmente de ordem financeira. Temos interesse em encontrar uma solução para o caso e acreditamos mesmo que não seja uma tarefa difícil de ser cumprida. Tudo depende porém do apoio que receberemos.⁴⁵

Na segunda peça, na edição seguinte, a Afasc, em sentido contrário ao que havia sido proposto pelo Bairro da Juventude, veio prestar esclarecimentos e afirmar que o problema do *menor engraxate* não era de sua competência, uma vez que a instituição fora:

[...] criada com a finalidade de promover a reintegração social de pessoas carentes e que vivem marginalizadas, não possuindo as mínimas condições de gerir sua subsistência. Presentemente adultos e crianças são por elas assistidos, através de clube de mães, corais infantis, cursos diversos e fornecimento periódico de roupas e alimentos. [...] Poucos são os recursos que dispõe para enfrentar o

⁴⁵ Dizelda: assumo problema do engraxate. Jornal Tribuna Criciumense, nº 1.195, 12 de novembro de 1977, p. 1.

cumprimento da missão que lhes cabe. Por esse motivo, não tem a entidade, condições de tomar para si o encargo de também resolver o problema do menor engraxate em Criciúma. [...] A associação não está se omitindo ao assim se posicionar, mas apenas, defini suas atribuições, para demonstrar que o problema do menor engraxate foge a sua competência.⁴⁶

O jornal, ao mesmo tempo em que afirmava ser o *menor engraxate* um problema, “cobrava” também uma solução. Os jornalistas questionaram as instituições com vistas a encontrar uma possível saída. As duas peças são resultado da empreitada realizada pelo jornal, que, como mostraram os fragmentos, continuava sem resposta ou, ao menos, sem uma resposta capaz de solucionar o que se considerava problema.

Outras duas foram publicadas em resposta a esta pergunta que continuava “em aberto”. Em março de 1978, o jornal publicava uma peça na qual afirmava que o *problema do engraxate* se tornava ainda mais grave. De acordo com o articulista, “breve a Praça Nereu Ramos será transformada em calçada e, por isso, o problema dos engraxates deve começar a ser analisado desde já, porque, do contrário, não será o local aprazível que todos almejamos”.⁴⁷

Conforme se afirmou, a grande maioria das peças apresentava preocupações em relação à péssima imagem que o *menor engraxate* proporcionava à cidade de Criciúma. Apenas duas matérias haviam demonstrado alguma preocupação com a possível *marginalização* desse *menor*. Em nenhuma delas se viu preocupação em indagar a frequência escolar de parte destas crianças, a respeito da remuneração que recebiam, nem se a alimentação acontecia com dignidade. Findou-se a década de 1970 e a Praça Nereu Ramos foi transformada em um “calçada”. Mas o *problema do menor engraxate* continuava sem solução.

⁴⁶ Menor engraxate não é problema da Afasc. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.195, 19 de novembro de 1977, p. 1.

⁴⁷ Problema do engraxate se agrava. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.210, 4 de março de 1978, p. 1.

1.5 - EM PAUTA NOVAS PREOCUPAÇÕES: EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL

Era setembro do ano de 1978. Circulavam pela cidade rumores de um possível estupro e incesto. E não foram apenas boatos. O caso havia sido confirmado. Tudo acontecera na pequena cidade de Siderópolis, município vizinho de Criciúma, onde moravam as irmãs Alice e Aline, de 12 e 14 anos, respectivamente. Luiz Porfírio mantinha relações sexuais com Aline, sua filha mais velha. O caso chegou ao conhecimento da polícia por denúncia de uma tia das adolescentes, quando Alice, a filha mais nova, revelou o assédio sexual sofrido. Aberto o inquérito, o pai confirmou que mantinha relações sexuais com Aline fazia aproximadamente um ano. O inquérito ainda estava em andamento, mas, como medida preventiva, ele era mantido preso. Ainda segundo a notícia, o pai devia responder pelo crime de estupro.⁴⁸ Não se encontrou nas páginas do jornal o final deste caso, mas, segundo o Código Penal de 1940, em seu artigo 213, o estupro tinha como penalidade reclusão, que poderia variar de três a oito anos.⁴⁹

O caso de Aline e Alice foi noticiado em letras garrafais: “estuprou a própria filha”. Essa foi a primeira peça que abordou o tema da violência sexual nas páginas do jornal *Tribuna Criciumense*. O texto se localizava na parte superior, em três curtas colunas, mas suficientes para se destacar dentre as outras da mesma página que versavam sobre assuntos variados. Além da localização e do título, outros detalhes não poderiam deixar de ser mencionados. A matéria, ao referir-se a Aline, utilizou uma única vez a expressão *menor*, ao mencionar que ela tinha idade inferior a 14 anos. Nos outros momentos, ela foi identificada apenas como *filha*. Para os jornalistas, o problema principal parecia ainda ser a prática do incesto.

A segunda peça encontrada sobre a temática foi publicada em 8 de abril de 1972. Esta mereceu destaque por sua chamada na capa. Primeiro, porque as chamadas de capa não eram frequentes, à época. Segundo, e não menos importante, era seu título: “Mendigagem e prostituição de menores: uma análise da prostituição e da mendigagem na capital do carvão”.⁵⁰ O espaço destinado à peça era o editorial, na página três.

⁴⁸ Estuprou a própria filha. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 843, 18 de setembro de 1971, p. 12.

⁴⁹ BRASIL. Decreto lei nº 2.848, 1940, Título VI, capítulo I, Art. 213.

⁵⁰ Mendigagem e prostituição de menores. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 875, 8 de abril de 1972, p. 3.

Como apontava o título, os temas centrais da peça eram: *mendicância* e *prostituição*. Esta iniciava com a afirmativa de quão corriqueiras se haviam tornado as duas atividades na cidade. Assim como os *menores pedintes* a circular pelas ruas a pedir trocados, a *prostituição* de meninas entre 12 e 13 anos não causava mais estranheza. Mas qual seria a relação entre *menores pedintes* e a *prostituição de menores*?

Nós respondemos que a mendicância praticada por crianças – e aí nos referimos às meninas – é o primeiro grande passo a senda do mercado da carne. Justificamos nosso modo de pensar com a alegação, pura e simples, de que uma garotinha com doze anos de idade, quando seu corpo começa a apresentar os primeiros sinais da metamorfose da infância para a puberdade, passa a ser observada pelos homens – nem todos – e por seus próprios companheiros de mendicância com outros olhos. Quando a menina – que citamos para exemplificar – atinge um aludido período de sua vida, já conhece tudo sobre a vida sexual. Aprendeu em suas andanças pela cidade, ao mais das vezes acompanhadas por garotos, e na promiscuidade de sua casa. A vaidade feminina – ninguém pode negar que ela exista – manifesta-se, e ela já não tem mais coragem de vestir os trapos que possui para implorar a caridade alheia. Passa a observar as outras. Nota que elas usam roupas melhores. As mais velhas [...] aconselham-nas a fazer como elas. Promete dinheiro e roupas. A garotinha iludida pelas promessas e sem uma orientação segura acaba concordando e passa a mercadejar o seu próprio corpo.⁵¹

Embora com forte teor moralista e machista, a peça terminava afirmando que a sociedade era culpada por tal situação. Cabe também ressaltar que a peça não fez uso da expressão *menor*. Nesse momento, é importante que se toque num ponto ainda não abordado: a questão das relações de gênero no âmbito do universo infanto-juvenil. Ao pensar gênero na dinâmica social, constata-se que a construção de

⁵¹ Id. *ibid.*

masculinidades e feminilidades acontece em meio a processos atravessados por símbolos, discursos, práticas, representações sociais nas quais as identificações vão se (re)articulando e ocupando diferentes posições.

As meninas não foram citadas nas peças que abordavam o ato infracional e as relações de trabalho. Somente nas matérias sobre violência sexual que elas apareceram. Nessa peça que abordava a temática da *prostituição* encontrou-se a informação de que havia meninas na prática da mendicância. Por que nas outras peças elas não haviam sido incluídas? Seria por uma questão de gênero, ou apenas pelo uso da linguagem universal com o padrão pautado no masculino? É provável que, ao tratar da mendicância, se possa considerar a linguagem universal. Mas, nos demais casos, permanece a dúvida.

Voltamos às duas publicações que versavam sobre a violência sexual. Diferente das demais publicações do período, mesmo não utilizando as expressões vítima ou situação de risco, as duas matérias apresentavam indícios de que o discurso sobre a infância, no jornal Tribuna Criciumense, estava lentamente tomando outros rumos. Talvez fosse esse um primeiro passo para a mudança da representação social de criança-perigo para criança em perigo.



CAPÍTULO II - UM PÉ LÁ E OUTRO CÁ: ENTRE SER MENOR E SER CRIANÇA

Se as coisas são inatingíveis, ora, não há motivos para não querê-las. Que triste os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas.

Mário Quintana

2.1 - O JORNAL, O CONTEXTO: 1980

Um conjunto de movimentos no campo do social e do político compõe o cenário da década de 1980. Este processo também se verificou em relação à infância no Brasil. O período da redemocratização foi marcado por uma efervescência de movimentos sociais. Entre o verão de 1984 e o outono de 1985, as ruas do País, principalmente das grandes capitais, foram tomadas por enormes movimentações populares. Os partidos de oposição ao regime reuniam multidões no movimento “Diretas Já”, que, iniciado em 1983, ganhava força. Associados a estas grandes manifestações, surgiram vários movimentos sociais, oriundos de diversas matizes ideológicas, que colocavam em pauta a discussão dos direitos políticos, civis e sociais.

O Regime Militar, implantado em 1964, dava seus últimos suspiros. Um processo lento e gradual de abertura política já havia se iniciado quando, em janeiro de 1985, era eleito, pelo Congresso Nacional, o novo presidente do Brasil: Tancredo Neves. Porém, dias antes da posse, Tancredo foi internado, assumindo então José Sarney, seu vice. No mês seguinte, com a morte do presidente, José Sarney ocupou oficialmente o cargo de presidência da República. Antes desses acontecimentos, o ano de 1979, declarado pela Organização Nações Unidas (ONU) Ano Internacional da Criança, foi marcado também pela revogação do Decreto Lei nº17.943. O Código de Menores de 1927 cedia espaço, em 10 de outubro de 1979, ao novo código de menores.

O decreto lei nº 6.697 instaurava o novo Código de Menores, norteado pela doutrina jurídica da situação irregular, na qual os/as menores - crianças e adolescentes considerados fora da norma, em situação de abandono e/ou de rua, carência, vitimização e de infração penal - eram vistos e tratados como “patologia social”. O código dispõe, em caráter de assistência, proteção e vigilância aos/as menores que até 18 anos se encontrassem em situação irregular, assim como os da faixa

etária entre 18 e 21 anos, em casos expressos em leis. Diferente do anterior, o Código de Menores de 1979 apresentava, em seu primeiro artigo, que as medidas de caráter preventivo se aplicavam a todas as pessoas com idade inferior a 18, independente de sua situação. Porém, continuava a segregar a infância pobre da infância não-pobre, o *menor* da criança.

Em seu artigo 2º, considerava o/a menor em situação irregular quando:

- I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 - a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 - b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III - em perigo moral, devido a:
 - a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 - b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
- IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI - autor de infração penal.⁵²

No artigo citado, pode-se perceber que o Código de Menores de 1979 era permeado por valores morais. Atribuía ao *menor* o papel de réu em função de suas atitudes, assim como das de sua família. O juizado de menores teria então o poder de decidir qual seria o melhor destino para o infante.

O código de 1979 foi alvo de duras críticas na década de 1980, oriundas de diferentes setores da sociedade. Segundo Irene Rizzini:

A mobilização social que emergiu nos anos 80 levou um considerável questionamento das práticas vigentes e possibilitou a participação de novos atores em iniciativas geradas fora do

⁵² BRASIL. Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979. Capítulo I. Artigo 2º.

âmbito governamental e das esferas jurídicas e policiais. É o caso do movimento de militância em defesa da criança em diversas situações nas quais elas estão mais vulneráveis (2000; p. 14).

Como exemplo desta mobilização, pode-se citar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), fundado em 1985. Agregava educadores/as, militantes de diversas áreas que, somados aos meninos e meninas em situação de rua, buscavam pelos direitos da criança e do adolescente. A MNMMR defendia a ideia da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, diferente de outros discursos, circulantes nos primeiros anos da década de 1980, que concebiam crianças e adolescentes como objeto de proteção social, de controle, disciplinamento e repressão social (PINHEIRO, 2005; p. 169).

A preocupação com a situação em que se encontravam as crianças e adolescentes do Brasil, neste período, mobilizou a criação da Pastoral do Menor. Segundo a socióloga Ângela Pinheiro, as atividades iniciaram-se na arquidiocese de São Paulo, em 1978, espalhando-se por inúmeras dioceses do País, principalmente nos primeiros anos da década de 1980. Além da criação da pastoral, a Igreja Católica elegeu a criança como temática para a Campanha da Fraternidade de 1987. Em Criciúma, a Pastoral do Menor iniciou suas atividades em 1988. O jornal *Tribuna Criciumense*, publicou em abril de 1987, a peça: “Menor: a face empobrecida de Deus”, na qual trazia informações referentes à Campanha da Fraternidade, e finalizava com a convocação dos catarinenses em prol dos *menores*.

Também a Igreja de Santa Catarina com suas peculiaridades próprias, é convidada a uma ação que possibilite aos menores de nosso estado, uma situação, no mínimo mais justa e mais humana. São 500 mil menores famintos e carentes que perambulam nos 199 municípios de Santa Catarina. O simples fato desses nossos irmãos empobrecidos serem frutos de uma estrutura social injusta, exige de todos nós, cristãos ou não, uma preocupação que se traduza em atos concretos de libertação do menor.⁵³

⁵³ GOEDERT, Bruno David. Menor: a face empobrecida de Deus. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1769, 18 de abril de 1987, p. 5.

A Pastoral do Menor e o MNMMR, associados a outros movimentos, foram responsáveis pelo Fórum Permanente das Entidades Não-Governamentais dos Direitos das Crianças e Adolescentes, FPDCA. A partir desta movimentação, a concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos foi espalhada país afora. De acordo com Ângela Pinheiro, o movimento caminhou de duas maneiras. Primeiramente, através de redes com estruturas capazes de levar as ideias aos mais diversos espaços do território nacional; segundo, com a produção de material informativo e educativo ressaltando a importância da Assembleia Nacional Constituinte (2005, p, 176)

Em outubro de 1988, era promulgada a Constituição Federal. Com um capítulo dedicado especificamente à criança e ao adolescente, rompia com a ideia da situação irregular e universalizava a noção de direito para todas as crianças e adolescentes. Vejamos os principais direitos garantidos no artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.⁵⁴

A constituição assegurou um amplo leque de direitos à criança e ao adolescente: garantia de educação para crianças de zero a seis anos (artigo 7º, item XXV); inimputabilidade penal definida até os 18; a proibição do trabalho até os 14 anos, com exceção da condição de aprendiz (artigo 7º, item XXXIII) (FALEIRO, 2009; p. 76). Em 1989, em dezembro, aconteceram as eleições diretas para a Presidência da República, vencidas por Fernando Collor de Mello.

Se a década de 1980 foi pródiga para o País no campo sociopolítico, o mesmo não se pode afirmar do campo econômico. Neste período, o carvão catarinense passava por uma grave crise. Publicada em 17 de agosto de 1985, a matéria de capa do jornal Tribuna Criciumense alertava sobre possíveis demissões devido à crise:

⁵⁴ BRASIL. Constituição Federal, 05 de outubro de 1988. Artigo 227.

A crise do carvão catarinense e de outros estados brasileiros, poderá ter consequências graves, principalmente na Região Carbonífera, onde os mineradores poderão demitir mais de dois mil mineiros, o que vai gerar sério conflito social no sul de Santa Catarina.⁵⁵

O desenvolvimento econômico da cidade estava fortemente ligado a um processo de crescimento populacional, uma vez que muitas pessoas se dirigiam para Criciúma em busca de trabalho nas mineradoras. De acordo com o historiador Emerson César de Campos, em 1987:

Após uma redução considerável dos subsídios que por mais de 40 anos foram fornecidos pelo governo federal à indústria extrativa do carvão mineral, o setor carbonífero se retraiu abruptamente, provocando desemprego e gerando uma crise social de grandes proporções. Após um período de intensas reivindicações e lutas, promovidas por movimentos sociais, sindicatos, organizações de bairros, imprensa e pelo próprio empresariado local, a cidade deixou de ser divulgada como a *capital brasileira do carvão* (2007, p. 1).

Esta baixa na extração do carvão, na cidade de Criciúma, repercutiu de maneira direta na redução do número de empregos no final da década de 1980. É provável, também, que tenha contribuído para o crescente número de crianças a vagar pelas ruas da cidade, naquela época. Ainda no que refere-se a cidade no contexto da década de 1980, os leitores do jornal *Tribuna Criciumense* contavam com publicação semanal, que custava Cr\$ 1.000. O jornal estava sob a responsabilidade da seguinte equipe técnica: diretor responsável, Altair Bitencourt; editores Eduardo Rocha e Aires Cardoso; a colunista, Zuleide Fernandes. O periódico contava com uma variação entre 10 e 14 páginas. Embora não se estruturasse por seções, a coluna *Sociedade*, assinada por Zuleide Fernandes, frequentemente se encontrava na página dois. Nas capas ainda não se faziam chamadas, variando entre notícias curtas ou um texto longo sobre um único assunto. No início da

⁵⁵ Crise pode acarretar em mais demissões. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.614, 17 de agosto de 1985. p 1.

década existiam as colunas “Musicalizando”, de Basílio Dalbó, geralmente na página dez. O Tribuna Esportiva, em 1985, encontrava-se na última página do jornal. Ainda não existia a seção denominada “classificados”.

Foram 61 peças sobre a temática da infância nas páginas do Tribuna Criciumense, que não apresentavam fotografias, em sua maioria, eram curtas. Treze peças foram matéria de capa, mas apenas uma ocupava a página inteira. As temáticas de capa variavam entre saúde, mendicidade, instituições e o caso dos engraxates.

Fundado em agosto de 1983, o Jornal da Manhã contava inicialmente com duas edições semanais. Desde seu lançamento, o jornal era organizado, nas seguintes seções: geral, política, economia, policial e esportes. A paginação seguia esta ordem, porém, dependendo do volume ou da importância do assunto em pauta, a seção variava em número de páginas. Ao contrário do Tribuna Criciumense, o Jornal da Manhã apresentava apenas chamadas de capa, ou, no máximo, algumas notícias bem curtas. Em meados de 1985, o jornal ganhou a coluna social assinada Beverly Costa.

O valor de um exemplar do Jornal da Manhã, no início de janeiro de 1985, era de Cr\$ 400,00. Em fevereiro, do mesmo ano, o valor passava para CR\$1.000,00, perdurando até dezembro, quando foi elevado para Cr\$ 2.000,00. Existem duas probabilidades para este aumento no valor do periódico. A primeira é que o preço refletia a crise financeira vivida pelo País, ou então, em uma segunda hipótese, buscava equiparar o preço ao do jornal concorrente, no caso, o Tribuna Criciumense. A equipe técnica do jornal era formada por: Djalma Frasson (gerente); Osmar Nunes (editor); Rogério Cardoso Cândido, João Floreano de Cordes, Roberto Amorin, Ernesto Grechi Filho(redatores); Olmar da Silva Vieira Júnior (diagramação). Circulava nas cidades de Criciúma, Içara, Araranguá, Urussanga, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Florianópolis, Orleans, Maracajá, Turvo, Jacinto Machado, Timbé do Sul, Meleiro, Tubarão, Siderópolis e Sombrio.

Dezoito peças trataram da temática da infância em suas páginas do Jornal da Manhã na década de 1980. Foram encontradas dez peças que apresentavam fotografias; destas, apenas cinco eram de crianças.

Diferente do período anterior, pode-se perceber, ainda que sutilmente, a divisão em dois blocos: as crianças e adolescentes infratores, e as crianças e adolescentes em situação de risco. Isto pode estar associado com o final da Ditadura Civil-Militar, período marcado por várias denúncias de práticas punitivas em exagero contra crianças e

adolescentes. A partir destes fatos, somados à promulgação da Constituição Federal e ao anúncio do Estatuto da Criança e do Adolescente, surgia a concepção de que crianças e adolescentes eram sujeitos de direito. Isto pode ser percebido, ainda que de maneira discreta, neste período, nos jornais da cidade de Criciúma.

2.2 - MENOR CARENTE: CRIANÇAS PEDINTES, OS MENINOS DE RUA E AS CRIANÇAS ABRIGADAS

O relógio da igreja matriz marcava 17h30 horas e quando Carlinhos, Rodrigo, Mateus, Pedro e Luiz sentaram em um dos bancos da Praça Nereu Ramos. Os meninos juntaram-se depois de um dia de muito corre-corre. Cada um tinha um roteiro diferente, mas a mesma tarefa: esmolar! Para um aqui, puxa outro ali e assim iam pedindo uns trocados. Estavam animados ao contabilizar a soma de mais de 60mil cruzeiros, valor que seria dividido entre os cinco. O grupo comemorava o sucesso do valor arrecadado em mais um dia de “pedincha”. Tamanha a euforia, não perceberam que eram observados. Estavam ainda dividindo o valor, aproximadamente 12 mil cruzeiros para cada, quando perceberam a aproximação de algumas pessoas. Carlinhos, Rodrigo e Luiz se esquivaram, cada um para seu lado. Mateus e Pedro, os mais jovens, não deveriam ter idade superior a dez anos, continuaram ali sentados.

As pessoas sentaram-se ao lado dos garotos e iniciaram uma conversa amistosa. Depois de certo grau de entrosamento, os adultos indagaram sobre a origem do dinheiro que os garotos possuíam. Mateus, com um ar de inibição, resolveu nada falar. Ao contrário, Pedro revelou que tinha conseguido o dinheiro através de doações e não parou por aí. Informou, ainda, que do valor de 12 mil cruzeiros, parte que lhe coube da divisão, ficaria com sete mil, pois os outros cinco ele entregaria a uma pessoa de nome... Pedro olhou para Mateus e resolveu deixar a frase incompleta. Os adultos insistiram em saber o nome da pessoa para qual iria parte do dinheiro; em resposta, as crianças saíram correndo, cada qual para um lado.⁵⁶

Esta cena virou notícia no Tribuna Criciumense, com o título: “A máfia da esmola invade Criciúma”. Uma peça de capa que ocupava praticamente a página inteira, dividindo espaço apenas com duas notas de publicidade, aliás, bem pequenas. Em grande parte da reportagem se

⁵⁶ Máfia da esmola invade Criciúma. Jornal Tribuna Criciumense, nº 1.484, 2 de maio de 1984, p. 1.

usou a expressão *garotos* ao se referir aos cinco personagens do banco da praça, mas em dois momentos específicos a peça fez uso da expressão *menor*, especialmente ao citar um possível aliciamento sobre essas crianças. Eis o trecho:

Hoje essas inocentes crianças são ludibriadas para tomarem parte do plano infame, amanhã ou depois poderão ser facilmente aliciadas e treinadas para executar pequenos assaltos em residências, casas comerciais e até mesmo trabalhando no centro da cidade e nos pontos de maior movimentação como trombadinhas. Está na hora de alguém fazer alguma coisa para acabar com essa máfia de aliciadores de menores, caso contrário, consequências piores poderão advir futuramente.⁵⁷

O *menor pedinte* estava novamente em cena, porém, com uma nova denominação: *crianças e garotos pedintes*. Embora, durante a década de 1970, a situação tenha sido considerada equacionada pelo trabalho realizado pela Afasc, na década de 1980 esses personagens (re)aparecem na pauta dos jornais. Foram encontradas seis peças que tratavam a temática das *crianças pedintes*, todas no Tribuna Criciumense.

A peça utilizada para abrir este subcapítulo não foi a primeira a falar da temática na década de 1980, mas foi a primeira capa que teve seu espaço utilizado na íntegra para tratar de assuntos relacionados ao público infanto-juvenil. No entanto, da mesma forma que no caso dos *menores engraxates*, a preocupação do jornal não estava relacionada ao bem-estar das crianças, mas ao problema que elas criavam ou criariam, num futuro próximo, para a imagem da cidade. Com exceção desta peça, que foi capa, as outras eram curtas, quase sempre localizadas na parte central, alinhadas à direita e dividiam a página com outras pequenas notícias, cinco ou seis, que versavam sobre temas variados.

A primeira notícia a tratar do assunto na década de 1980 tinha como título: “Esmoleiros retornam a Criciúma”. A peça, publicada em setembro de 1980, informava que várias instituições estavam trabalhando no sul catarinense para erradicar a mendicância, porém, o número de *esmoleres* continuava a se multiplicar pelas ruas da cidade. Esta matéria não tratava com especificidade da *criança ou do adolescente pedinte*, mas da mendicidade de maneira geral, praticada

⁵⁷ Máfia da esmola invade Criciúma. *Jornal Tribuna Criciumense*, n° 1.484, 2 de maio de 1984, p. 1.

por todos os segmentos etários, orientando para que não se fizessem *doações de dinheiro*. A não-doação de esmolas pelas pessoas se converteria, no futuro, em uma contribuição muito mais digna para os infantes. A peça orientava que estes deveriam ser encaminhados à Afasc.⁵⁸

Cinco meses depois desta publicação, encontrou-se outra peça que abordava a temática das *crianças pedintes*. Publicada em fevereiro de 1981, apresentava o mesmo teor da peça anterior: orientação para não-doação de esmolas e encaminhamento a instituições que pudessem resolver o que se considerava problema. Nesta peça é especificada, ainda, a faixa etária das crianças, compreendida entre cinco e 12 anos.⁵⁹

Segundo a notícia, publicada em novembro de 1982⁶⁰, não importava o clima: sol, chuva, frio, calor, essas crianças iam para as mais movimentadas ruas de Criciúma, principalmente para a Praça Nereu Ramos, para pedir dinheiro. Aliás, o artigo informa que as crianças aceitavam somente dinheiro. A orientação não diferia das anteriores. A novidade agora era a informação sobre a Campanha de Erradicação de Mendicância no município de Criciúma, conforme trecho abaixo:

Cresce assustadoramente o número de pedintes no centro cricumense, principalmente nas imediações da Praça Nereu Ramos, no calçadão. São crianças portando cartazes feitos de papelão, papel comum e outras formas de solicitações à população, na tentativa de arranjar algum trocado. Dirigidas por adultos essas crianças ficam perambulando pelas ruas centrais e calçadão até a calada da noite, puxando o braço do transeunte, solicitando apenas dinheiro e, negando-se a pegar comida, que em muitos casos é oferecida. Se não bastassem as crianças, sujas de propósito para chocar os indefesos.⁶¹

Percebe-se aqui que o articulista transformou em vítimas os possíveis doadores, uma inversão de papéis, considerando o ato de estar

⁵⁸ Esmoleres retornam a Criciúma. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.278, 6 de setembro de 1980, p. 1.

⁵⁹ Crianças voltam a pedir esmolas. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.300, 7 de fevereiro de 1981, p. 9.

⁶⁰ Mendicância ainda é um grave problema no Sul. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.392, 13 de novembro de 1982, p. 10.

⁶¹ Pedintes invadem Criciúma. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.463, 10 de dezembro de 1983, p. 9.

sujo e maltrapilho como situação premeditada, ou tática, das crianças e adolescentes para chocar as pessoas que por ali passavam, e assim conseguir o objetivo que era a *caridade alheia*. Aliás, a expressão *abuso da caridade alheia* apareceu em todas as peças que tratavam da mendicância praticada pelo público infanto-juvenil, assim como era repetitiva a orientação pela não-doação de esmolas. Exatamente por este fato, o jornal elucidava a necessidade da campanha: dar fim a essa situação.

A última reportagem que tratou a temática datava agosto de 1985. O diferencial desta matéria foi o uso de voz especializada. Dilzeda Coral Benedet, representante da Funabem em Santa Catarina, afirmava: “Entregar ou dar esmolas a um menor abandonado só iria contribuir para aumentar o grave problema existente no país”⁶².

Em relação à solução, não foi possível identificar nos jornais se as crianças pedintes pararam de circular pelas ruas em busca de alguns trocados. Sabe-se, porém, que entre as páginas dos jornais eles não mais circularam.

Em 1985, no dia das crianças, uma peça foi publicada no Jornal da Manhã. A chamada da capa informava: “Herói ou bandido?” Abaixo, uma fotografia e a indicação da página: quatro.

Figura 4 : Herói ou bandido?



Fonte: Jornal da Manhã, 12 de outubro de 1985.

⁶² Dizelda diz que menor não deve receber esmolas. *Jornal Tribuna Criciumense*, n.º 1.602, 7 de agosto de 1985, p. 6.

Ao contrário da fotografia do menino engraxate, que teve como cenário a Praça Nereu Ramos, não há nesta imagem qualquer sinal, ponto referencial ou indício que permita identificar a cidade de Criciúma. Existe a possibilidade de ser uma dessas fotografias que circulavam em muitos jornais do País naquele período. Essa imagem terá, provavelmente, causado sensação de “calosidade” na garganta dos/as leitores/as da época. Afinal, este era, presumivelmente, um dos objetivos da matéria ao apresentar um novo personagem das páginas dos jornais de Criciúma: os meninos e meninas de rua!

O texto é composto de fragmentos do discurso proferido por Peter Taçon, no “I Seminário Latino-Americano sobre Alternativas de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua”. Assim como a foto, o teor da narrativa também era dramático.

O menino de rua é um problema de todos. Problema estrutural fruto da trama econômica internacional, em que se veem enredados os países em desenvolvimento. [...] os meninos mais pobres já sofreram demasiadamente – muitos condenados a morte, alguns a “viver” [...] Diz-se que um menino de rua é perigoso. Talvez sejamos mais perigosos que ele. Suas palavras, seus olhos sujos e seu mau cheiro são reflexos da nossa própria negação em reivindicar os seus direitos básicos.⁶³

A peça apontava a sociedade como responsável pela situação em que se encontra a população de meninos e meninas de rua. Outro fato, ao qual devemos prestar atenção, é que, embora tenha sido publicado no *Jornal da Manhã*, foi retirado de uma fala proferida em um seminário científico. Ambos, notícia e fotografia, podem ter sua publicação associada ao objetivo de mostrar que a realidade que acontecia nas grandes cidades era também notada em Criciúma. A publicação desta peça, a única a tratar da temática, se atrelava à discussão nacional sobre os meninos e meninas de rua, neste período. Segundo Irene Rizzini, “diversos estudos foram produzidos na segunda metade da década de 80, tentando estabelecer um perfil dos chamados meninos de rua” (1995, p. 26).

Isto tudo permite inferir que, aos poucos, uma nova visão sobre a criança e o adolescente, que sofria mudanças em âmbito nacional, chegava a Criciúma.

⁶³ Herói ou bandido? *Jornal da Manhã*, nº 110, 12 de outubro de 1985, p. 4.

No natal deste mesmo ano, 1985, circulava pelas ruas de Criciúma a edição n. 130 do Jornal da Manhã. A notícia informava sobre a discussão da proposta de municipalização do atendimento ao *menor carente*. Pela primeira vez esta expressão era utilizada pelos dois jornais. Durante uma reunião, o padre Raimundo Rabelo de Mesquita afirmou que existiam “dois tipos de menores carentes, os que ficam nas ruas e os que moram na periferia e formam a coroa de espinhos da nossa sociedade”.⁶⁴ O padre foi convidado pela representante da Funabem em Santa Catarina, Dizelda Coral Benedet, a apresentar as atividades que ele desenvolvia nos programas com crianças em situação de rua na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. A iniciativa de o convidar seguia a ideia, presente nos primeiros anos da década de 1980, de “aprender com quem está fazendo” (VOGEL, 2009, p. 308). As experiências com bom resultado no atendimento de crianças em situação de rua deveriam ser divulgadas através de diversos materiais, panfletos, vídeos, cartilhas. A atitude visava melhorias no atendimento a este segmento populacional.

Nesse mesmo período, no ano anterior, o Jornal da Manhã publicava uma única foto-legenda (Fig. 5)

Figura 5: Campanha de Natal



Fonte: Jornal da Manhã, 15 de dezembro de 1984.

⁶⁴ Menor carente: Comissão discutirá proposta de municipalização. Jornal da Manhã, nº 130, 25 de dezembro de 1985, p. 6.

Com cunho dramático, solicitava ao leitor o sentimento de compaixão, e assim sua aderência à campanha “Natal é amor”, iniciativa proposta pelo jornal. A fotografia era acompanhada da seguinte legenda:

Natal é amor, é paz, é felicidade. Mas nem todos podem desfrutar destes sentimentos quando a realidade do seu dia a dia é bem mais triste do que possamos encarar. Neste mês vamos pensar um pouco nas crianças abandonadas (nos velhos carentes), nas famílias necessitadas que existem tantas tão próximas a nós. Um simples gesto constitui para muito deles a possibilidade de um natal melhor. Não se negue a dividir o que para você não fará tanta falta. Proporcione a alguém um pouco de amor, paz e felicidade.⁶⁵

A legenda, no periódico, foi responsável por acentuar o tom dramático da imagem. Esta afirmação tem por base a utilização desta mesma imagem em edição anterior. Talvez passasse despercebida para o/a leitor/a da época, mas, meses antes, em abril do mesmo ano, a fotografia havia sido agregada à divulgação do Segundo Concurso Fotográfico da Semana do Meio Ambiente, que tinha como tema: Criciúma e a Poluição Ambiental.⁶⁶

Segundo Ivan Lima, “na fotografia de imprensa, a legenda faz à relação entre a imagem e o texto, referindo-se ao fato e, portanto, ao espaço e ao acontecimento, de forma mais específica” (LIMA, 1988, p. 31). Desta forma, o drama vivido por estas crianças ficou ainda maior com a presença da legenda.

Ainda na década de 1980, outros personagens passaram a circular nas páginas dos jornais: crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Foram encontradas duas peças, ambas no jornal *Tribuna Criciumense*, que versavam sobre o Abrigo de Menores (AME).

A primeira, publicada em agosto de 1984, trazia a informação que tal abrigo estava em funcionamento desde maio. Segundo a peça, a ideia de abrigar *menores* havia surgido de um grupo de pessoas da comunidade cricumense, mas faltava dinheiro para o terreno e a

⁶⁵Natal é amor. *Jornal da Manhã*, nº 29, 15 de dezembro de 1984, p. 5.

⁶⁶Criciúma e a poluição ambiental: Concurso fotográfico. *Jornal da Manhã*, 26 de abril de 1984, p. 11.

construção. Em uma das reuniões foi sugerido utilizar o espaço ocupado pelo Centro de Recuperação Física, construído em 1972 e funcionado por apenas três meses. Era necessária, porém, a autorização dos 800 sócios, tendo em vista que, mesmo desativada, aquela instituição legalmente ainda existia.

Em 27 de agosto de 1983 foi realizada uma assembleia com os sócios. Nesta reunião foi feita a doação de alguns dos títulos, o que conferia direito de uso, por tempo indeterminado, e de reforma do Centro de Recuperação Física para abrigar *menores*. A reforma que começou no mesmo mês, pós-reunião, durou até final de abril de 1984.

O abrigo passou a funcionar a partir do dia 5 de maio, com atendimento exclusivo para meninos; a manutenção dependia exclusivamente de doações da comunidade. Segundo Maria Lúcia Gonçalves, diretora do abrigo, neste período eram “atendidas 16 crianças, na faixa etária de 5 a 12 anos, com alimentação, roupas, dentistas e cuidados médicos”.⁶⁷ A peça era concluída com a fala da diretora sobre o objetivo da instituição, que era “abrigar as crianças soltas pelas ruas de Criciúma, mesmo aquelas que tenham passagem pela polícia e que se encontram em liberdade. Pretendemos também abrigar os órfãos, aquele que a família não dá mais conta”.⁶⁸

A segunda peça, publicada em agosto de 1988, tinha em seu título certo teor sensacionalista: “Abrigo de Menores pede socorro”. O texto passava a informação de que neste período eram 28 os *menores abrigados*, e que eles passavam por enormes dificuldades, a começar pela falta de afeto. Entre doações de materiais para revestimento do chão, móveis, dentre outras utilidades que poderiam contribuir com seu bem-estar, a peça terminava com o apelo de Albertina Thomas, diretora, às mulheres que dispusessem de tempo: pedia que viessem “dar um pouco de si aos pequeninos”.⁶⁹

Na década de 1980, a propósito da temática do *menor abandonado*, é curioso observar o caráter ambíguo entre as representações sociais de ser criança e ser *menor*. As *crianças pedintes* eram apresentadas como crianças, mas que precisavam de disciplina para que não se transformassem, no futuro, como apontavam as peças, em *marginais*. Era preciso tirá-las das ruas. Uma possível solução era o Abrigo de Menores. Seria esta de fato a solução para tirar as crianças

⁶⁷ Abrigo de menores de Criciúma atende 16 crianças. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.500, 7 de julho de 1984, p. 5.

⁶⁸ Id. *ibid.*

⁶⁹ Abrigo de menores pede socorro. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.871, 18 de junho de 1988, p. 9.

das ruas? Ao mesmo tempo, na década de 1980, através do exemplo da foto-legenda utilizada para a campanha de natal, a criança carente era apresentada como resultado de um problema social. Mudanças começavam a se operar na sociedade brasileira, seja no plano do discurso, seja no do social.

2.3 - OS MENORES (COM PROBLEMAS DE CONDUTA)

A necessidade de implantar uma instituição destinada aos menores delinquentes, presente na década anterior, continuou sendo tema de peças encontradas na década de 1980. Na década de 1970 foram duas reportagens no Tribuna Criciumense. A primeira, de 1972, apontava a necessidade de se construir um asilo para recolher *menores delinquentes*. Em 1976, a segunda, solicitava a construção de um local para a recuperação dos *menores* que haviam seguido pelo caminho da marginalização. Antes de prosseguir, uma observação de fundamental importância. Na década de 1980, os jornais substituem a expressão *menor delinquente*, utilizada na década anterior, por *menor com problemas de conduta*, ou apenas *menor*.

Em maio de 1980, a peça intitulada “menores com problemas de conduta”, foi publicada, no jornal Tribuna Criciumense, com o intuito de reivindicar a implantação de um estabelecimento dedicado a atender, exclusivamente, a estas crianças e adolescentes. Abaixo trecho da matéria:

A implementação de um sistema especializado, viria resolver um grave problema que continua relegado a segundo plano, pois o encaminhamento de menores ao Presídio Estatal Santa Augusta nunca foi a solução mais adequada. Misturados com marginais mais experientes, continuaram se aprofundando no precipício ao qual se encontram.⁷⁰

Esta mesma peça, conforme o fragmento selecionado, apresentou uma prática já existente no contexto da década anterior: encaminhar os *menores* ao Presídio Santa Augusta. Segundo o Código de Menores de 1979, no que diz respeito ao *menor com desvio de conduta* ou *autor de infração penal*, adotava-se, de acordo com cada

⁷⁰ Menores com problema de conduta. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.261, 3 de maio de 1980, p. 3.

situação, as seguintes medidas: liberdade assistida com o objetivo de vigiar, auxiliar, tratar e orientar o/a menor⁷¹, pois, assim, a autoridade judiciária fixava regras de conduta ao/à menor e designava uma pessoa ou serviço especializado para acompanhar o caso; colocação do/a menor em casa de semiliberdade, medida entendida como uma forma de transição/retorno para o meio social, devendo para isso utilizar os recursos oferecidos pela comunidade, como escolarização e profissionalização.⁷²

Por fim, ainda ao que se refere ao Código de Menores, a internação era somente utilizada quando em situações que fossem comprovadas de serem inviáveis as medidas anteriores, admitido que o/a menor deveria ser encaminhado/a a uma instituição adequada, somente podendo ser enviado a estabelecimento destinado a maiores se não houvesse alternativa de colocação, ou na falta de instalações para eles apropriadas. No caso de serem enviados a estabelecimentos para maiores, à condição de que se garantisse a incomunicabilidade entre um setor e outro.

O fragmento a seguir foi retirado da peça intitulada “menores colocam em alerta a polícia do Sul”, publicada em novembro de 1984, no *Tribuna Criciumense*. Esta peça pode ser somada à anterior, pois abordava a mesma temática:

Incentivados por marginais, copiando ações de “bandidos” nos filmes da televisão, menores vem agindo em todo o sul do estado, preocupando os policiais civis e militares, que além de suas tarefas diárias, não tem como deslocar essas crianças para lugares diferentes das celas comuns aos maiores. Eles agem de dia, sempre estudando com cuidado as pessoas que despreocupadamente, deixam de lado suas carteiras, guarda-chuvas, bolsas ou qualquer outro objeto. Mas, estes pequenos marginais, não escolhem suas vítimas, atacam idosos, jovens e crianças e, depois de surrupiarem o objeto, saem em louca disparada, com a pessoa assaltada correndo atrás e gritando desesperadamente.⁷³

⁷¹ BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Título V. Capítulo I. Seção II. Artigo 38.

⁷² Id. *ibid.*

⁷³ Menores colocam em alerta polícia no sul. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.532, 10 de novembro de 1984, p. 4.

Lucas, 17 anos, natural de Criciúma, cidade para onde retornou após sua fuga da Fucabem, localizada em Florianópolis. Quando chegou à cidade, praticou vários furtos em residências, provocando prejuízos que beiravam 15 mil cruzados. O *menor*, que teve sua prisão efetuada na *zona do meretrício*, logo foi entregue à assistente social e, por fim, retornaria à capital, mais precisamente para a Fucabem.⁷⁴

A peça que relata parte da história de Lucas, publicada no Jornal da Manhã, em novembro de 1987, apresentou novos elementos ao falar do adolescente autor de prática infracional. A começar pelo próprio fato, pois a maioria das peças tratava o assunto de forma generalizada, como *problema do menor delinquente*, sem mais informações sobre casos específicos, salvo exceções, como o caso de Daniel e dos três amigos Jorge, Antônio e Geraldo.

Nas peças dos anos 1980, os adolescentes ganhavam nome e idade e, no final da década, também fotografia, sendo importante lembrar que ao informar a identificação ela acontecia apenas pelas iniciais dos nomes dos adolescentes envolvidos. Outra informação relevante é que os adolescentes infratores de Criciúma eram enviados a Fucabem, situada na capital. A dúvida que permanece é: seriam os adolescentes infratores enviados ao Presídio Santa Augusta para aguardar o parecer do juiz de menores?

Não se encontrou, nas reportagens da década de 1980, uma resposta concreta à esta indagação. Mas os indícios apontavam para uma resposta positiva.

Voltamos à notícia de Lucas. Esta ocupava praticamente toda a página. A peça, várias vezes, fazia uso da expressão *menor* e se referia ao adolescente da seguinte maneira: o *menor* Lucas. Além disso, foi a primeira a apresentar uma fotografia vinculada à temática do adolescente autor de ato infracional (Fig. 6).

Não se tem a informação de quem eram estes adolescentes, nem se Lucas estava entre eles. Mas, ao contrário das fotografias da década de 1970, esta introduz o uso da tarja preta na divulgação de imagem relacionada a crianças e adolescentes.

⁷⁴ Menor foge da Fucabem e pratica assaltos na cidade. *Jornal da Manhã*, nº 279, 16 de novembro de 1987, p. 9.

Figura 6: Adolescentes considerados autores de ato infracional



Fonte: Jornal da Manhã, 16 de novembro de 1987.

Em outubro de 1989, foi publicada a peça “os meninos dessas ruas”, ocupando praticamente toda a página no jornal, e assim começava:

Durante o dia eles estão na Praça Nereu Ramos, no terminal de ônibus do centro ou mesmo pelas principais ruas da cidade e são pedintes. A noite, quando os boêmios se despedem dos últimos bares abertos e as luminárias da “Maison” já cansaram de piscar, eles se transformam em tomadores do alheio. [...] Os dados levantados nos distritos policiais causam alarme. Um desses da conta que na jurisdição do 1º Distrito, 85% dos roubos são praticados por menores de 18 anos [...].⁷⁵

Diferente da peça tratada na década anterior, na qual se usava a expressão “notória”, esta fez uso de fonte policial ao afirmar o percentual de infrações cometidas por adolescentes. Além disso, Romão Oliveira, autor da notícia, conversou com dois delegados da cidade sobre a questão.

A indagação foi: “*delinquentes infantis*, o que fazer com eles?” O primeiro a responder foi o delegado Ricardo Lemos Thomé:

⁷⁵ OLIVEIRA, Romão. Os meninos destas ruas. *Jornal da Manhã*, nº 1.078, 3 de outubro de 1989, p 7.

A solução para estes problemas todos são uma incógnita. O sistema de correção de menores não tem apoio, a polícia também não possui estrutura suficiente e a criminalidade aumenta. Para acabar com isso seriam necessárias três gerações. Isso se o trabalho fosse iniciado agora, sem espera.⁷⁶

Em sua fala, o delegado Adauto Souza alegava não acreditar “nesta coisa de problema social. A maioria deles são uns vagabundos que não querem trabalhar. Se não, como se justificariam os homens honestos vindos de famílias humildes. Concordo com uma justiça mais dura para que não haja tantos casos”.⁷⁷

Por fim, após as afirmações dos delegados, a peça era concluída da seguinte maneira:

Aguentava frios nas pernas, andava de tênis furado, olhava muito doce que não comia e os safanões que levei no meio das ventas, quando me atrevia a vontades, me ensinaram que o meu negócio era ver e desejar. Parasse aí.⁷⁸

A citação que encerrava a notícia, acima transcrita, diz respeito ao *Paulinho de uma perna torta*, personagem protagonista do conto que leva seu nome como título. Escrito em 1975, por João Antônio Ferreira Filho, o conto parte do livro *Leão da Chácara*, narrava a história de um menino e sua passagem pelo considerado *ciclo marginalizante*, iniciado com a atividade de engraxate, chegando até os *pequenos delitos*. Quer-se com isso demonstrar que, mesmo de maneira sutil, há uma clara preocupação com a criança e com o/a adolescente neste período. Ao assinalar esta mudança de tom no discurso nas páginas do *Jornal da Manhã*, é preciso considerar a data de publicação da notícia. Era final da década de 1980, quando a discussão sobre a infância tomava, no Brasil e no exterior, grandes proporções. A peça pode ser considerada fruto dessa discussão. Mesmo que se tratasse dos *delinquentes infantis*, a peça, ao mesmo tempo em que os responsabilizava pelos roubos, buscava um meio de isentá-los de culpa, dividindo-a com a sociedade. Da mesma maneira que fez da literatura

⁷⁶ Id. *ibid.*

⁷⁷ Id. *ibid.*

⁷⁸ Id. *ibid.*

para demonstrar parte dos sentimentos do grupo em questão para expressar suas dores, desejos e aflições.

Três facadas foi o resultado da conversa de Chuvisco e Nuno. O primeiro, o *menor*, 16 anos. O segundo, dono de um bar que levava seu nome, 49 anos. Era sábado. Faltavam dois dias para o Natal de 1989. Nuno fechou o bar e foi para casa. Apenas havia entrado, quando ouviu alguém gritando seu nome no portão. Era Chuvisco. Os dois conversaram e, sem motivo aparente, Chuvisco desferiu três golpes com uma faca. Nuno caiu; seus familiares acorreram em seu socorro. Aproveitando-se da confusão, Chuvisco fugiu do local e não foi mais encontrado.⁷⁹

A história narrada acima foi publicada em 27 de dezembro de 1989, na sessão geral do Jornal da Manhã. Uma nota curta, pouco mais de dez linhas de uma página divididas em seis colunas, encontrava-se entre outros vários registros do Primeiro e Segundo Distrito Policial da cidade. Porém, o título era exuberante e estava em letras garrafais: “Menor mata com três facadas”.⁸⁰

Alguns aspectos desta curta peça merecem ser ressaltados. Primeiro, a utilização por duas vezes da expressão *menor*: uma no título e a outra nas curtas linhas do texto. Segundo, a utilização de fontes policiais, tal como o boletim de ocorrência. E, por último, a ideia de notas curtas, uma escrita de puro registro com base em boletins de ocorrência, somente para manter informada a população. O jornalismo de cunho apenas informativo chegava ao Brasil.

2. 4 - TRABALHADOR MENOR

As reportagens que tratam das *crianças engraxates* apareceram na década de 1980 como uma continuação da década anterior. Foram encontradas três peças, publicadas no Tribuna Criciumense, a última delas datada de 1984. Em contraponto à década passada, percebem-se algumas mudanças, tais como os termos empregados ao mencionar os engraxates. Em nenhuma das peças se encontrou a expressão *menor* ou *menor engraxate*. Ao referir-se a eles, algumas vezes os/as jornalistas utilizavam apenas *engraxate*; em outras, *garotos* ou *meninos*. No entanto, o considerado *problema do engraxate* continuava o mesmo: falta de uniforme e o aglomerado na Praça Nereu Ramos, fatores que, segundo o jornal, contribuíam para uma má

⁷⁹ Menor mata três com facadas. *Jornal da Manhã*, nº 1.146, 27 de dezembro de 1989, p. 5.

⁸⁰Id. *ibid.*

impressão de quem por ali passasse. Pode-se, assim, pensar, segundo Foucault (2009), a disciplina como uma produção do discurso. O princípio do controle, de normatização foi por muitas vezes percebido no discurso jornalístico, principalmente quando se referia aos menores engraxates.

A Praça Nereu Ramos, coração da cidade, teve, no início da década de 1980, a instalação de cadeiras de engraxataria. Porém, os engraxates que trabalhavam na Praça não utilizavam uniformes e, segundo o jornal, esse era um “ponto bem negativo, que depõe contra a sofisticação do local”.⁸¹ A peça cobrava uma melhor organização das entidades e o fornecimento de uniformes, pois somente assim “estarão ajudando para que o calçadão mantenha o sentido de sala de estar da comunidade”.⁸²

Com um intervalo de aproximadamente três anos, apareceu uma segunda reportagem. Esta afirmava que o problema do uniforme estava também resolvido. Entretanto, um novo-velho problema reaparece: o “festival dos palavrões”. Segundo a peça, as pessoas que por ali passavam ficavam espantadas com o que presenciavam. E indagavam: Não haveria entidades responsáveis por esses engraxates? A resposta foi dada pelo jornal, nesta mesma peça:

Ao que parece, a responsabilidade seria da Fucabem– Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor. Pelo menos, a sua sigla está estampada nos sujos guarda-pós usados pelos engraxates. “Quem dá o pão, dá o ensino”, disse um transeunte, mas parece que a Fucabem dá apenas esse guarda-pó e a garotada que se vire.⁸³

A preocupação com o problema dos engraxates continuava. Certo dia, seu Osmar estava caminhando pela Praça Nereu Ramos. Quando resolveu sentar-se em um dos bancos para descansar, um garoto com uma maleta aproximou-se e ofereceu uma engraxada. Como ainda tinha tempo vago, resolveu aceitar. O menino sentou-se no chão, em frente a seus pés, e iniciou o trabalho. Findada a lustração, os sapatos brilhavam. André levantou-se e, estendendo a mão, cobrou o valor de Cr\$ 1.500,00 pelo trabalho realizado. Osmar negou-se a pagar, tamanho

⁸¹ Uniformes para engraxates. *Tribuna Criciumense*, nº 1.276, 23 de agosto de 1980, p. 10.

⁸² Id. *ibid.*

⁸³ O festival do engraxate no calçadão. *Tribuna Criciumense*, nº 1.406, 26 de março de 1983, p. 1.

absurdo por uma simples engraxada. André começou a falar: ladrão, ladrão... Em pouco tempo já gritava. A situação só foi resolvida quando Osmar tirou a quantia do bolso e estendeu o dinheiro para André, que, após pegar o valor, saiu em disparada.⁸⁴

A notícia, publicada em junho de 1984, serviu de base para a narração da história da qual foram protagonistas seu Osmar e André. A peça ocupava praticamente meia página, e dividia espaço apenas com outra notícia sobre desempregos. Considerando a última publicação sobre a temática, em março de 1983, observar-se-á um intervalo de tempo superior a um ano. Neste período, os engraxates desapareceram das páginas do jornal. Atribui-se isto a uma informação publicada na peça de 1984. A prefeitura havia assumido a responsabilidade sobre eles com um rigoroso controle de cadastramento. Estes trabalhavam uniformizados, cada qual em sua cadeira. Porém, o que começou a acontecer foi que garotos não cadastrados e, portanto, não uniformizados, assim como André, passaram a circular pela praça e oferecer o serviço.

Na década de 1980, tendo em consideração a situação política, social e econômica na qual o País vivia, o quadro sobre o trabalho infanto-juvenil mereceu destaque. O movimento em prol aos direitos da infância lançou uma nova ótica sobre o trabalho realizado por crianças e adolescentes. Se até este período a mão-de-obra infanto-juvenil era tolerada tanto pelo governo quanto pela sociedade, passaria, a partir de então, a ser combatida. No entanto, há um paradoxo. Se, por um lado, no contexto da década de 1980 e inícios da década de 1990 se buscava combater o trabalho infanto-juvenil. Por outro, incentivava-se o trabalho como maneira de manter corpos e mentes ocupadas, a disciplina do corpo. Conforme Foucault, através dos mecanismos da disciplina exerce-se poder sobre os corpos. “Corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil [...]” (FOUCAULT, 1993 p. 117).

A quarta e última peça selecionada para discutir esta temática tratou do que o jornal chamou de *trabalhador menor*. Publicada em 15 de novembro de 1980, também no Tribuna Criciumense, como título: “amparo ao menor trabalhador”, ilustrava uma solicitação do deputado federal Geraldo Guedes ao governo, com a qual solicitava reexame da legislação trabalhista relativa ao *menor*. Este pedido levava em consideração que, com o aumento do custo de vida, as famílias haviam

⁸⁴ Engraxates voltam a perturbar na praça. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.495, 16 de junho de 1984, p. 4.

passado a utilizar com maior frequência o trabalho das crianças e adolescentes. O deputado lançou, ainda, um pedido especial ao ministro do Trabalho para que a fiscalização não fosse tão branda, e que se desse maior valor ao trabalho do *menor*, pois, segundo ele, este já era “tão abandonado pela sua natureza, por não ter quem o ampare e o ajude com as condições que requer a dignidade humana”.⁸⁵

Diferente do considerado problema do engraxate, cujas matérias estavam mais preocupadas com a melhoria da má impressão que eles causavam na Praça Nereu Ramos, esta última peça objetivava oferecer melhores condições de trabalho ao *menor*. Isto pode ser considerado um passo em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, embora o mencionado deputado em momento algum se tenha referido a políticas públicas para que essas pessoas, na sua infância, pudessem ir à escola.

2.5 - UMA NOVA ÓTICA: A CRIANÇA EM PERIGO?

A manhã findava-se, quando duas mulheres chegaram ao hospital São José. Uma delas segurava no colo uma criança. Circularam por pouco tempo e desapareceram. Deixaram no local um menino, de aproximadamente dois anos, sem vida e a informação que residiam na Vila Manaus. Na tarde desse mesmo dia, quinta-feira, 9 de junho de 1983, o telefone da delegacia tocava. Do outro lado da linha, Sergio Alice, médico legista da Delegacia Regional, informava que havia examinado o corpo de um menino. Artur tinha dois anos e grandes hematomas na cabeça. De acordo com o médico, era preciso denunciar a violência.⁸⁶

A peça, com o título “menino aparece morto e polícia acha que foi homicídio”, foi veiculada no Jornal Tribuna Criciumense, em 11 de junho de 1983. O jornal ainda não era estruturado em seções, mas na página em que fora publicada esta notícia a temática era policial. Esta foi a primeira peça que abordou a violência física praticada contra criança, ainda que em nenhum momento a expressão apareça de forma direta. Faz-se importante ressaltar que a peça não utilizou a expressão *menor* e, não menos importante, que não mencionou o nome da vítima por completo. A notícia terminava com a afirmação de que

⁸⁵ Amparo ao trabalhador menor. *Tribuna Criciumense*, nº 1.288, 15 de novembro de 1980, p. 6.

⁸⁶ Menino aparece morto e polícia acha que foi homicídio. *Tribuna Criciumense*, nº 1.417, 11 de junho de 1983, p. 12.

investigações haviam sido iniciadas, porém, nenhuma outra matéria, que desse continuidade ao episódio, foi encontrada.

Três anos se passaram, quando então uma nova peça abordou a temática da violência física contra criança. Essa era datada de 1986. Embora não se referisse diretamente à cidade de Criciúma, foi veiculada nas páginas do *Jornal da Manhã* — cabe lembrar que este jornal circulava também nas cidades vizinhas — e foi a primeira abordagem sobre a questão violência física, inclusive ao utilizar a expressão *agressão*.

Aconteceu tudo muito rápido. Um aglomerado de pessoas. Agenor sentado ao chão. Um bocado de laranjas ainda rolavam entre os pés das pessoas. Entre murmúrios e cochichos, alguém falou: foi o padre, foi o padre. Sombrio, uma pacata cidade, vizinha de Criciúma, não foi a mesma naquela tarde do dia 19 de outubro. Agenor tinha onze anos e vendia laranjas na rodoviária da cidade. Esta funcionava, provisoriamente na parte inferior do Salão Paroquial. O padre responsável solicitou, algumas vezes, para que o menino recolhesse suas laranjas e saísse daquele local. O menino dava de ombros. O padre, ao ter seu pedido negado, se exaltou. A opinião dos presentes ao ato dividiu-se entre bofetão e empurrão. O padre, porém, negava, afirmando ter apenas gritado com Agenor. Em outra versão, fornecida por telefone ao *Jornal da Manhã*, o padre afirmou que Agenor o havia desacatado e por isso lhe dera um empurrão, não passando disso.⁸⁷

A população da cidade dividiu-se. Alguns apoiavam o padre, outros apoiavam Agenor. Os primeiros afirmam que o padre não havia feito nada ao menino, que isso não tinha importância, que já havia passado. Os segundos, ao contrário, alegavam que ele havia agredido o menino com um molho de chaves. O promotor público já havia ouvido as testemunhas e concluiu, nos laudos, que Agenor havia sofrido ferimentos leves.⁸⁸

Passada mais de uma semana, o clima na cidade de Sombrio continuava tenso; as pessoas que tinham ligação com o Centro Paroquial defendiam o padre; as pessoas encontradas no centro da cidade criticavam-no. O padre se ausentou. Alguns folhetos anônimos foram distribuídos e, nestes, a informação era que as matérias veiculadas no jornal haviam sido pagas. O jornal manifestou-se e afirmou que nenhuma delas havia sido encomendada. Pedro, pai de Agenor, recebeu

⁸⁷ Padre de Sombrio agride menor. *Jornal da Manhã*, nº 220, 25 de outubro de 1986, p. 9

⁸⁸ Padre será processado. *Jornal da Manhã*, nº 222, 28 de outubro de 1986, p. 9.

duras críticas por ter denunciado o padre, mas o caso agora não estava apenas em suas mãos: o juiz de menores havia aceitado a denúncia.⁸⁹

O dia 27 de novembro de 1986 era o dia do interrogatório, mas o padre não compareceu. O repórter, que havia ido a Sombrio para acompanhar o interrogatório que não aconteceu, aproveitou para conversar com a população. Estava sentado em um café, quando se aproximou um senhor de meia idade e afirmou conhecer uma pessoa que viajara de ônibus de Porto Alegre a Sombrio em companhia do padre. O repórter aceitou ir até essa pessoa, afinal, a confirmação da presença do padre na cidade poderia constituir um agravante, pois, segundo a notícia, o acusado estaria fugindo da lei. Ao chegar à casa do informante, este reluta, discute com o amigo que havia levado o repórter até lá. Mas ao saber que nada do que fosse divulgado o identificaria, confessou haver viajado no ônibus com o padre.

A viagem acontecera dia 26 de novembro de 1986. O ônibus havia partido de Porto Alegre às 23h00 com destino a Sombrio. Haviam chegado de madrugada, aproximadamente três horas da manhã; o padre seguira em direção à paróquia. Quando o repórter deixou o senhor de meia idade em casa, este afirmou: “Sabe, um amigo meu chegou atrasado para seu casamento e o padre colocou os dois de castigo e deixou todo mundo esperando na igreja. Assim eu acho que o meu amigo fica um pouco reparado da humilhação.”⁹⁰ E assim se encerrou a história. Nada mais sobre o caso foi publicado.

A peça que discorre sobre a morte de Artur é datada de 1983; além de única, é curta e um pouco vaga, sem muitas informações, ao contrário de Agenor, narrada em 1986, numa sequência de quatro peças, todas publicadas na seção policial, longas e pormenorizadas. Isto, provavelmente, se deu não apenas em razão da violência, mas por ela ter sido cometida por alguém que deveria, no senso comum, zelar pelo bem das pessoas. Este fato pode, também, ser atribuído aos desafetos do padre na comunidade.⁹¹ É importante considerar que nas publicações do caso de Agenor a temática não foi abordada como problema social, tendendo muito mais para “espetáculo social”. Este fato pode ser associado à questão das vendas do jornal.

Ainda sobre o caso mencionado, uma das peças fazia uso de vozes especializadas. Publicada em 28 de outubro de 1986⁹², trazia o

⁸⁹ Juiz acolhe denuncia contra padre. *Jornal da Manhã*, nº 229, 5 de novembro de 1986, p. 9.

⁹⁰ Padre não comparece ao primeiro interrogatório. *Jornal da Manhã*, nº 248, 28 de novembro de 1986, p. 9.

⁹¹ Padre será processado. *Jornal da Manhã*, nº 222, 28 de outubro de 1986, p. 9.

⁹² Id. *ibid.*

parecer do promotor público. Este afirmava não ser necessário inquérito policial, pois o laudo e a fala das testemunhas já estavam na promotoria, o que iria determinar mais agilidade no processo. Existia nesta peça outro elemento peculiar, uma fotografia. Não era a foto de Agenor, mas do promotor do caso. Provavelmente uma maneira do jornal de demonstrar para os/as leitores que a história era verídica. Compartilha-se aqui a ideia de Susan Sontag, filósofa estadunidense, que afirmou que “determinada coisa de que ouvimos falar, mas que nos suscita dúvidas, parece-nos comprovada quando dela vemos uma fotografia” (SONTAG, 1981, p. 5). A fotografia, neste caso, funcionava como uma prova; dava veracidade à notícia.

Merece ainda atenção, ao se comparar os casos de Artur e Agenor, que enquanto a primeira peça apresentou o nome completo da vítima, a segunda utilizou apenas as iniciais. Inicialmente, associou-se ao fato de que os jornais começavam a ter um maior cuidado em relação a publicações que envolviam crianças e adolescentes. Porém, este argumento perdeu sentido quando encontrada a peça seguinte. Localizada na página policial, a história de Felipe e Janice ocupava meia página e foi publicada em dezembro de 1989, no *Jornal da Manhã*.

Talvez não fosse o último capítulo, mas a história de violência a que haviam sido submetidos os irmãos Felipe e Janice estava próxima do fim. Janice tinha 15 anos e Felipe sete, quando ambos compareceram à 2ª Vara Criminal para prestar depoimento contra seus pais e outro casal: João e Regina. O pai das crianças estava detido no Presídio Santa Augusta, onde também esteve João, antes de ser transferido para um *manicômio*. A mãe das crianças aguardava o julgamento em liberdade e Regina, estava *fugitiva*. Tudo se havia iniciado no ano anterior, 1988, quando a mãe de Janice conhecera João e Regina. João tinha uma espécie de “terreiro”, no qual prestava serviços à mãe das crianças. A mãe acreditava fielmente nas palavras de João. Um dia veio a promessa de riqueza, caso fizesse tudo que ele mandasse. E ela assim fez. Cortes e queimaduras faziam parte das sessões às quais as crianças foram submetidas. Além de Felipe e Janice, ouvidos em audiência, Cristian e Camila, com 17 e 12 anos, respectivamente, também haviam sido torturados nas sessões promovidas por João na presença da família.⁹³

A peça, publicada na sessão policial do *Jornal da Manhã*, divulgou os nomes e o sobrenome das crianças e adolescentes. Além disso, também apresentava uma pequena foto de Janice. Uma

⁹³ Juiz ouve os torturados: vítimas de seus pais. *Jornal da Manhã*, nº 1.132, 6 de dezembro de 1989, p. 12.

adolescente afrodescendente, que usava uma tiara nos cabelos curtos; o rosto apoiava-se nas mãos que o cobriam parcialmente, mais precisamente até a boca, o que não impedia que ela fosse identificada. Mais uma vez, o que deveria estar em pauta era a vendagem dos jornais.

Uma última peça foi publicada em 26 de outubro de 1988, no *Jornal Tribuna Criciumense*. Esta, diferente das anteriores, apresentava dados do cenário nacional. Intitulada “Crianças continuam sofrendo agressões” afirmava:

Cerca de cem mil crianças morrem anualmente no Brasil vitimadas por espancamento. [...] De acordo com o nono princípio dos direitos das crianças, toda criança deve estar protegida pelos maus tratos e exploração. Entretanto esse direito está longe de ser respeitado. Segundo dados da Associação Brasileira de Prevenção do Abuso e Negligência na Infância, dos 51 milhões de crianças existentes no Brasil, seis milhões sofrem maus tratos, e cerca de cem mil morrem anualmente vítimas desses abusos⁹⁴

No final da década de 1980, a peça, com base em índices nacionais, mostrava uma realidade segundo a qual grande número de crianças era vítima de violência física. Em Criciúma, este contexto não deveria ser muito diferente, porém, pouco aparecia nas páginas dos jornais. Os casos que haviam se tornado notícia tinham suas peculiaridades. Violência ao extremo, caso de Artur, Felipe e Janice; e de Agenor, agredido por um padre.

Ao folhear os jornais, diferentemente da década anterior, não foi encontrada peça alguma que envolvesse a exploração sexual, nem ao menos indícios entre outros assuntos. No entanto, o número de peças que abordavam o abuso sexual aumentou. Na década de 1970, apenas uma peça havia noticiado o assunto; já em 1980, quatro, todas publicadas no *Jornal da Manhã*.

Pamela tinha três anos de idade e Daniela menos de dez quando tiveram parte de sua vida exposta no jornal. Entre as duas notícias há um intervalo de aproximadamente três anos; mas, tanto nas histórias, quanto nas peças, existiam detalhes comuns. Ambas haviam sido abusadas sexualmente por algum membro da família. Pamela,

⁹⁴ Crianças continuam sofrendo agressões. *Tribuna Criciumense*, nº 1.896, 26 de outubro de 1988, p. 1.

quando na ausência da mãe, havia sido *violentada* pelo pai na noite de segunda-feira, 23 de abril de 1984. A menina, assustada, mostrou como tudo havia acontecido. No dia seguinte, a mãe foi até a delegacia e prestou queixa contra o companheiro. A menina foi enviada para exame de corpo de delito, no qual foi constatado o estupro.⁹⁵ Daniela foi abusada pelo padrasto, também numa segunda-feira, 17 de novembro de 1986, mas somente no sábado a menina encontrou coragem para contar o fato aos familiares. A avó fez a denúncia e o padrasto foi preso na quinta-feira, 27 de novembro de 1986, dia anterior ao da publicação.⁹⁶

Era domingo, 26 de agosto de 1984. Cristiane, dez anos, tinha ganhado alguns trocados dos pais. Foi até o bar, perto da sua casa, e lá compraria algumas guloseimas. Reginaldo, que bebia com alguns amigos, percebeu a presença da menina e lhe ofereceu alguns doces; por fim, afirmou que iria acompanhá-la até sua casa. Quando Cristiane saiu do bar, Reginaldo a seguiu, pegou-a pelo braço e a carregou para um matagal. Depois de findado o ato, deixou-a na relva, aos prantos. Pessoas próximas ouviram o choro. A menina foi encaminhada ao hospital e, pela gravidade dos ferimentos, ficou internada. Na segunda-feira, Reginaldo foi preso.⁹⁷

Encontraram-se, nas três peças, alguns pontos em comum. Primeiro, a expressão estupro. Segundo, a prisão dos três violentadores. Terceiro, não-divulgação do nome das meninas; apenas as iniciais. Quarto, utilização de termos de caráter moral ao se referir ao abusador: mau-caráter, ignóbil, criminoso desqualificado, maníaco, tarado. Da mesma forma, o ato praticado: ato vil, infortúnio, ato chocante e desumano, bárbaro crime, horrendo crime.

Conforme se afirmou, eram quatro peças que tratavam de violência sexual. A última delas tinha algumas particularidades. Publicada em 28 de agosto de 1985, com a título “menor foi atacada”, a peça não apresentou nem nome, nem as iniciais do nome da menina. Ao narrar o fato acontecido com uma menina de sete anos, utilizou o verbo *atentar*, o que não deixou explícito o que havia acontecido. O possível abusador, que teve sua foto estampada ao lado do texto, foi levado à delegacia e lá permaneceu por horas. Mas como ninguém da família da menina veio denunciar o fato, ele foi solto. Dias depois, o pai da menina o procurou e lhe deu uma surra no meio da rua.⁹⁸

⁹⁵ Pai violenta filha. *Jornal da Manhã*, 26 de abril de 1984, p. 11.

⁹⁶ Estuprador trancafiado. *Jornal da Manhã*, nº 248, 28 de novembro de 1986, p. 9.

⁹⁷ Estupradores e abigeatário preso pela polícia. *Jornal da Manhã*, 1º de setembro de 1984, p. 7.

⁹⁸ Menor foi atacada. *Jornal da Manhã*, nº 98, 28 de agosto de 1985, p. 8.

Nas páginas dos jornais da década de 1980, embora as crianças e adolescentes infratores/as continuassem sendo denominados *menores com problemas de conduta*, casos tais como o de Agenor, Artur, Janice, Felipe, Pamela, Daniela e Cristiane demonstravam uma nova percepção sobre a maneira de informar sobre crianças e adolescentes. Ainda que de maneira sutil, estas começavam a ser vistas como sujeitos que necessitavam de proteção da sociedade.



CAPÍTULO III - NAS PÁGINAS POLICIAIS, CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecermos nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É tempo de travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Fernando Pessoa

3.1 - O JORNAL, O CONTEXTO: 1990

Um conjunto de novidades marcou a década de 1990. A iniciar pela ocupação do cargo da presidência da República do Brasil por um civil eleito pelo voto dos cidadãos e cidadãs. No que concerne ao público infanto-juvenil, no mês seguinte à sua posse, Fernando Collor de Melo encaminhava um projeto de reforma administrativa na qual a FNBEM passaria a ter a denominação de Fundação Centro Brasileira para a Infância e a Adolescência (CBIA) (FALEIROS, 2009, p. 81).

O início da década de 1990 fora marcado por uma nova ótica sobre a população infanto-juvenil. Este processo se iniciara com a Constituição Federal de 1988 que, por sua vez, legava às crianças e adolescentes o papel de sujeitos de direitos. Em junho de 1990, regulamentando os direitos concernentes à população infanto-juvenil, sancionados pela referida carta magna, foi promulgado, pelo Decreto Lei 8.609, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É importante lembrar que esta nova legislação “dialogava” com o que se propunha em debates nacionais e internacionais, sobretudo a Convenção sobre os Direitos da Criança aprovada pela ONU. Neste sentido, como afirmou o historiador Humberto Miranda, “o estatuto nasce das mobilizações nacionais e internacionais” (2011, p. 20).

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi um grande e decisivo passo na garantia legal dos direitos de crianças e adolescentes. Diferente dos códigos anteriores, destinados ao público infanto-juvenil, em seu artigo 1º apresentava como base a doutrina da proteção integral, que reconhecia todas as crianças e adolescentes como cidadãos e cidadãs, dignos de direitos. Era, finalmente, a libertação da menorização

na qual as crianças e adolescentes pobres estavam confinadas desde o início do século XX (ADORNO, 2009, p. 108).

Através do Estatuto da Criança e do Adolescente, foram outorgados direitos, determinadas medidas para sua garantia e penalidades em casos da violação. No que concerne aos direitos, foram organizadas cinco bases consideradas fundamentais: vida e saúde; liberdade, respeito e dignidade; convivência familiar e comunitária; educação, cultura, esporte e lazer; profissionalização e proteção no trabalho. Para que estes direitos fossem garantidos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º, reforçava a premissa já instituída no artigo 227 da Constituição de 1988:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.⁹⁹

Ainda no que tange às medidas de garantias, o Estatuto da Criança e do Adolescente estruturou um sistema com base em três eixos: promoção, defesa e controle/efetivação dos direitos. O primeiro eixo abrangia a política de atendimento aos direitos, através de políticas sociais, programas sociais e ações públicas. O segundo eixo, o poder judiciário, as polícias especializadas, o Ministério Público e os Conselhos Tutelares. Por fim, o terceiro eixo acontecia por meio de instâncias públicas colegiadas, com participação de representantes governamentais e não-governamentais, como os conselhos dos direitos da criança e adolescentes (MULLER, MORELLI, MAGER; 2011, p. 87). É na segunda parte, ou na parte intitulada de especial, que são apresentadas as normas responsáveis por reger as situações em que os direitos das crianças e adolescentes são ameaçados ou violados.

Em Criciúma, o jornal *Tribuna Criciumense* publicava, dia 29 de dezembro de 1990, a notícia de que havia sido aprovado o projeto de lei que criava o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.¹⁰⁰ No dia anterior, 28 de dezembro de 1990, era

⁹⁹ BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Título I. Artigo 4.

¹⁰⁰ Conselho dos direitos da criança e do adolescente é aprovado. *Tribuna Criciumense*, nº 2.093, 29 de dezembro de 1990, p. 3.

sancionada a Lei Municipal nº 2.514, que criava o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescentes (CMDCA) da cidade. O conselho deveria ser formado por 16 membros, oito representando órgãos públicos e outros oito representando as entidades não-governamentais da cidade. No ano seguinte, 24 de maio de 1991, tomavam posse os conselheiros com o seguinte compromisso:

Prometo cumprir com lealdade e honra, com coragem, independência e com espírito público as elevadas funções de conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Criciúma, que ora me são confiadas, nos termos da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal 2514, dedicando todo o meu esforço a promoção e a defesa dos interesses da criança e do adolescente do meu município.¹⁰¹

Dois meses após se iniciarem os trabalhos do CMDCA, na cidade de Criciúma, em julho de 1991, organizou-se uma comissão para tratar os assuntos referentes à implantação do conselho tutelar. Depois do processo de inscrição, eleição e orientação, tomavam posse as conselheiras em 23 de novembro de 1992.¹⁰² A existência do conselho tutelar era garantida pelo artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O referido artigo afirmava que o conselho tutelar deveria ser um órgão permanente e autônomo; mesmo que não jurisdicional, deveria zelar pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Em 25 de novembro de 1992, o *Jornal da Manhã* publicava a peça: “O conselho existe”, e orientava o/a leitor/a a respeito da estrutura do conselho tutelar.

São todos técnicos com graduação superior que ficarão a disposição na sede do Conselho para atender as denúncias e reclamações da população, além de tratar das políticas em favor da criança. O caso de um pai que está agredindo ou explorando seu filho menor, por exemplo, terá que ser denunciado ao Conselho, que terá pessoas

¹⁰¹ Ata CMDCA, 24 de maio de 1991, p. 1.

¹⁰² Conselho tutelar de Criciúma toma posse. *Jornal da Manhã*, nº 2.082, 24 de novembro de 1992, p. 16.

capacitadas e credenciadas para discutir o assunto e dar o encaminhamento mais adequado.¹⁰³

Ao que tudo indica, as funções do conselho tutelar foram divulgadas para os habitantes da cidade através do jornal de maneira gradativa. No ano posterior ao da sua criação, em 1993, foram atendidos mais de dois mil casos. Mas os primeiros meses de 1994 já somavam mais de 600 atendimentos; era o que divulgava a peça publicada em fevereiro de 1994.¹⁰⁴ Informava, ainda, que maus tratos, fugas, abandonos e as consideradas más condutas eram os principais motivos que levavam o conselho tutelar a agir.

Antes destes fatos, a cidade de Criciúma já apresentava uma grande preocupação com o público infanto-juvenil. O projeto Criciúma Criança, implantado em 1990, no governo municipal de Altair Guidi, do Partido Democrático Social (PDS), tinha fundamentação no artigo 227 da Constituição Federal e na Convenção sobre os Direitos da Criança. Dividido em três instâncias: aspectos filosóficos, aspectos científicos e aspectos legais, o projeto buscava mudanças no atendimento a crianças e adolescentes, pois estes deveriam ser prioridade em todos os setores municipais. Segundo o projeto, 1990 seria a década da criança.¹⁰⁵

Em julho de 1994, no governo municipal de Eduardo Moreira, Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), foi fundada a Assessoria Especial para Assuntos da Família, da Criança e do Adolescente, coordenada pelo promotor público aposentado Luiz Nery Pacheco dos Reis. Uma pesquisa realizada pela assessoria, e publicada em 1995 pelo Jornal da Manhã, informava sobre a situação de famílias pobres da cidade:

A maior cidade do sul do estado, possui cinco mil famílias sem emprego e habitação. Um contingente de 25 mil crianças de zero a doze anos está desassistida, e outro contingente composto por 15 mil adolescentes está fora dos bancos escolares e sem trabalho.¹⁰⁶

¹⁰³ O Conselho existe. Jornal da Manhã, nº 2.083, 25 de novembro de 1992, p. 2.

¹⁰⁴ Conselho atende 600 casos. Jornal da Manhã, nº 2.449, 25 de fevereiro de 1994, p. 4.

¹⁰⁵ Projeto Criciúma Criança. Janeiro de 1990 – Arquivo Histórico Municipal.

¹⁰⁶ 25 mil crianças de Criciúma vivem em condições de miséria. Jornal da Manhã, nº 2.811, 16 de maio de 1995, p. 8.

Com o intuito de mudar esta realidade, a Assessoria Especial para Assuntos da Família, da Criança e do Adolescente passou a desenvolver projetos destinados a adolescentes. Com base no programa educação pelo trabalho, a assessoria oferecia cursos como horta comunitária, jardinagem, *officeboy*, crecheira aprendiz e Criciúma rotativo. Após a frequência do curso, oferecido em parceria com o Senai e o Senac, os adolescentes eram encaminhados ao mercado de trabalho.¹⁰⁷

No campo econômico, a cidade passava pela crise do carvão. Esta, iniciada na segunda metade da década de 1980, atingia, neste período, seu ápice. Este fato era atribuído à retirada dos subsídios e garantias na compra do carvão no governo de Fernando Collor. O cenário econômico da cidade, na década de 1990, foi marcado pelo fechamento de minas, pela falência de empresas, pela privatização da Companhia Siderúrgica Nacional e, conseqüentemente, por uma drástica diminuição no quadro de trabalhadores (PHILOMENA; FOLLMANN; GONÇALVES, p. 247).

Assim como as muitas mudanças que marcaram a década de 1990, os jornais também passaram por modificações. O jornal Tribuna Criciumentense apresentou algumas alterações, sendo então organizado por seções. No início da década, as seções eram as seguintes: opinião, geral, local, regional e esportes. Com o desenrolar do tempo, foi agregando outras seções, como comunidade, política, economia, variedade, policial e esporte. Deixou de ser um semanário em 1999, passando a ser diário.

O Jornal da Manhã, na década de 1990, tinha publicações diárias. A divisão por seções não apresentava páginas permanentes, mas seguia a ordem: opinião; em pauta; política; geral; economia; grafite, com Ney Lopes, apresentava a agenda de festas, viagens, dicas de finais de semana; variedades, com a programação da TV, resumo de novelas, horóscopo e cinema; esporte; sociais com Beverly Costa; No final da década, a capa do jornal ganhava cor, e nesta nova capa colorida as chamadas aconteciam por seção. Outra novidade podia ser conferida nos últimos anos da década: um caderno especial com dicas de saúde, cuidados com o corpo e moda, publicado semanalmente, às sextas-feiras.

Toda esta mobilização, seja internacional, nacional e municipal, em defesa da criança e do adolescente, acabou por se refletir nas páginas dos jornais da cidade. Na década de 1990, foram

¹⁰⁷ SCHUSTER. Ana Sofia. Assessoria especial completa dois anos de trabalho junto ao adolescente. Jornal da Manhã, n° 3.141, 29 e 30 de junho de 1996, p. 10 e 11.

encontradas 288 peças que tratavam da temática da infância e adolescência, quase alcançando o dobro das décadas anteriores, se somadas. Destas, 251 foram publicadas no Jornal da Manhã e apenas 37 no jornal Tribuna Criciumense. Deve-se, porém, salvaguardar as devidas proporções, pois, enquanto o Jornal Tribuna Criciumense publicava no máximo 54 edições no período de um ano, o Jornal da Manhã publicava, anualmente, 300 edições, em média.

A década de 1990 foi marcada por fotografias, principalmente nas peças do Jornal da Manhã. Neste trabalho, a fotografia não foi pensada como algo meramente ilustrativo. Assim como a narrativa escrita, a fotografia apresenta um discurso, e este é, também, carregado de sentido. Nos jornais, o texto escrito torna-se um meio influente ao interpretar uma fotografia, ou seja, o primeiro acaba por moldar a conduta do leitor/a em relação ao segundo. Porém, tem-se que estar ciente que, como afirma a historiadora Silvia Helena Zanirato, “isso não significa, de modo algum, que a foto possua uma leitura mais ou menos simples do que o texto escrito(...) pois ambos são produtos de transformações discursivas e são elementos textuais que se apoiam em processos cognitivos do leitor” (2005, p. 8).

Por fim, no que se refere às temáticas relacionadas ao público infante-juvenil, apareceram por oito vezes nas capas do jornal na década de 1990. Dentre as que mais tiveram publicações, estão as associadas a instituições de atendimento ao público infante-juvenil, com 78 peças, seguidas pelas de crianças em situação de risco, com 67 peças e, por fim, as infrações praticadas pelo público infante-juvenil, com 54 peças.

3.2 - INFÂNCIA ABANDONADA E A INFÂNCIA ABRIGADA

Se, na década anterior, se podia perceber uma maior preocupação com o *menor abandonado*, a década de 1990 iniciava-se com a afirmação de que, “mesmo vivendo em abrigos, trabalhando de biscate ou simplesmente pedindo esmolas para sobreviver, as crianças pobres mantêm os mesmos sonhos infantis, e brilho nos olhos também”.¹⁰⁸ Esta era a chamada de capa para a notícia “O sonho de quem é abandonado”. O texto, assinado por João Batanolli, ocupava meia página, na parte superior, destaque dentre as outras. Esta peça, em homenagem ao dia das crianças, apresentava a realidade de crianças, que, longe do considerado ideal da infância, eram abandonadas. A peça,

¹⁰⁸ BATANOLLI, João. O sonho de quem é abandonado. *Jornal da Manhã*, nº 1.383, 13 e 14 de outubro de 1990, p. 11.

publicada no Jornal da Manhã, apresentava três contextos distintos: as *crianças abrigadas*, os *meninos engraxates* e as *meninas esmoleiras*, mas no geral prevalecia a ideia de infância abandonada. Em seu início, a peça focalizava a vivência e os sentimentos desta parcela da população infanto-juvenil.

Mesmo no paraíso infantil de sonhos e cores, as injustiças de uma sociedade de contrastes são evidentes. Enquanto uma parcela da população de crianças do município desfrutavam ontem das regalias proporcionadas pela data em sua homenagem, distantes das comemorações familiares e dos presentes muitas crianças internadas em abrigos, ou perambulando pelas ruas não escondiam as marcas do trabalho ou da dor precoce. Mesmo assim seus olhos ainda conservavam o brilho ingênuo de quem ainda acredita na vida e alimenta sonhos.¹⁰⁹

João Batanolli, em sua matéria, buscava expressar que, mesmo vivendo diferente do considerado ideal da infância, estas, as *abandonadas*, também tinham sonhos, fantasias, desejos. Afinal, eram, assim como as outras, crianças. Diferente das peças anteriores, esta não utilizou em nenhum momento a expressão *menor*. Como era um especial do dia das crianças, o autor foi em busca das que chamou de *crianças abandonadas*. Primeiro, visitou o Abrigo dos Menores, onde encontrou cerca de 20 crianças que comemoravam o seu dia com um grande bolo e depois assistiram televisão. O segundo momento deu-se na Praça Nereu Ramos, quando conversou com dois adolescentes, ambos de 13 anos, que, mesmo no seu dia, não pararam de trabalhar. O último momento aconteceu em meio à movimentação de um *shopping*. Lá ele observou, durante algum tempo, um grupo de crianças. Eram quatro, duas meninas e dois meninos, um grupo de irmãos afrodescendentes. Esses, segundo a peça, eram *esmoleiras/os*.

A peça apresentava, também, duas fotografias. A primeira mostrava a imagem de um grupo de crianças assistindo televisão; era o retrato dos *meninos abrigados* no AME. A segunda fotografia (Fig. 7) era de duas meninas na comemoração do dia da criança.

¹⁰⁹ BATANOLLI, João. O sonho de quem é abandonado. *Jornal da Manhã*, nº 1.383, 13 e 14 de outubro de 1990, p. 11.

Figura 7: Meninas dividiram um crepe em comemoração ao dia das crianças



Fonte: Jornal da Manhã, 13 e 14 de outubro de 1990. Fotografia Ulisses Job.

A imagem de duas meninas afrodescendentes, Nicole e Natalia, provavelmente irmãs gêmeas, pois tinham a mesma idade, dez anos, foram registradas ao dividirem um crepe. A fotografia, acrescida da legenda “comer um crepe que nem sabia o que era, é o presente do dia das crianças,”¹¹⁰ pode ser interpretada como um misto de esperança e compaixão. Talvez uma tentativa de tirar o peso da expressão *menor*, que essas crianças carregavam sobre seus ombros.

O caminhar até aqui permitiu, através dos jornais, conhecer parte do mundo destas crianças. Porém, tem-se a convicção de que foi a partir da ótica dos adultos que as crianças e adolescentes se tornavam notícia. Esta peça apresentava uma novidade. Antes de apontá-la, é preciso compartilhar a afirmação de Ponte, em relação às crianças. Segundo a jornalista, as crianças estão, nos periódicos, “mais para serem vistas, do que para serem ouvidas” (2005, p. 15). Exatamente em sentido contrário, nesta peça, diferente das peças anteriores, as crianças ganhavam voz pela primeira vez. Tiveram espaço para falar dos seus sonhos, desejos e sentimentos.

O primeiro a falar foi Raul, um adolescente com 13 anos, que vivia no Abrigo de Menores. Raul afirmava: “às vezes estou feliz, às vezes estou triste. Eu acho que é o mundo que me deixa triste. Aqui é

¹¹⁰ BATANOLLI, João. O sonho de quem é abandonado Jornal da Manhã, nº 1383, 13 e 14 de outubro de 1990, p 11.

tudo bom. Mas, se eu pudesse compraria sapatos novos para todos”.¹¹¹ O segundo a ganhar voz foi Carlos, que exercia o ofício de engraxate, também com 13 anos. Carlos, ao explicar os problemas que enfrentava nas ruas afirmou: “Se eu pudesse mudar o mundo, eu acabaria com a miséria, com a ladroagem, com a fome, com a judiaria que os grandes fazem com os pequenos”.¹¹² Por último, encontram-se as afirmações das irmãs Nicole e Natália. A primeira descreve o cotidiano vivenciado junto com os irmãos. Segundo a menina, “todos os dias nós saímos da Vila Manaus e vamos para Içara, Próspera e Cocal do Sul pedir esmola para levar comida para casa”.¹¹³ Natália completou a afirmação da irmã: “hoje pegamos metade do dinheiro ganho e gastamos para nós. Eu nunca tinha comido esse negócio”.¹¹⁴ A peça era assim finalizada:

Miserável ou não, as crianças todas são iguais, todas unidas pelos laços da fantasia, da ilusão, que parece lhes fazer esquecer seus problemas imediatos e se exilarem num mundo especial e encantado onde mesmo com dor e fome a esperança resiste”.¹¹⁵

Ao não utilizar a expressão *menor*, o autor retirava dos ombros das crianças o fardo de uma construção histórica: abandono moral e econômico. Surgia, assim, uma preocupação com a infância abandonada em seus direitos básicos.

A próxima peça, datada de dezembro de 1994, tem como título: “Crianças carentes serão encaminhadas”. A notícia apresentava uma parceria entre a Afasc, o Conselho Tutelar, a prefeitura, e a Polícia Civil e a Militar, na elaboração de um projeto para o “menor carente, que vive em situação de risco na Rodoviária de Criciúma”.¹¹⁶ O projeto consistia em “tirar o adolescente da prostituição, das drogas e evitar a prática de furtos”.¹¹⁷ O trabalho seria de responsabilidade do educador social que o iria encaminhar a um centro de apoio. Neste local, ele/ela receberia atendimento psicológico, médico, pedagógico e de assistentes

¹¹¹BATANOLLI, João. O sonho de quem é abandonado. *Jornal da Manhã*, nº 1.383, 13 e 14 de outubro de 1990, p. 11.

¹¹² Id. *ibid.*

¹¹³ Id. *ibid.*

¹¹⁴ Id. *ibid.*

¹¹⁵ Id. *ibid.*

¹¹⁶Crianças carentes serão encaminhadas. *Jornal da Manhã*, nº 2.679, 2 de dezembro de 1994, p. 7.

¹¹⁷ Id. *ibid.*

sociais para que, através de um trabalho de conscientização, pudesse retornar à sociedade.

No canto inferior da página, uma peça pequena, dessas que poderiam passar despercebidas aos olhos de um/a leitor/a apressado/a, apresentava as expressões empregadas ao se referirem às crianças e aos adolescentes em situação de rua. O título utilizava o termo *criança carente* e a reportagem, às vezes, fazia uso da expressão *criança e/ou adolescente*; em outras, *menor carente*. Este fato, percebido desde meados da década de 1980, demonstra que os discursos veiculados em âmbito nacional e internacional circulavam. Merece grande destaque esta peça, pois foi a primeira vez em que, nas páginas do Jornal da Manhã, se observa o emprego da expressão “situação de risco” associada à *prostituição*, uso de drogas e prática de furtos.

A proposta para resolver o problema, como mostrou o fragmento transcrito no parágrafo anterior, era a retirada destas crianças e adolescentes das ruas. Somente o educador social virou realidade. Afirma-se isto com base em algumas das peças de 1995, que tratavam da exploração sexual infanto-juvenil, nas quais se mencionavam os educadores sociais.

Ainda no Jornal da Manhã, em setembro de 1995, foi publicada a peça “Antigo prédio da HM é refúgio para menores”. O tom que prevalece é totalmente ao contrário das apresentadas neste espaço. Seu início, marcado por uma pitada de sensacionalismo:

Um cenário de destruição pode ser visto por quem se arriscar a entrar no prédio onde funcionava a antiga HM Auto Center. Há quatro anos em poder do Banco Itaú, para pagamento de dívidas, o prédio está totalmente abandonado e serve de abrigo para um grupo de menores que vive na rua. Estas pessoas utilizam o local para pernoitar e cheirar cola de sapateiro.¹¹⁸

A peça denunciava um incêndio provocado pelas crianças e adolescentes em situação de rua que utilizavam o local para dormir. Em dias de frio, esses *menores* faziam pequenas fogueiras, o que, provavelmente, acabou resultando no incêndio. Com a chegada dos bombeiros, os *menores* fugiram do local. A peça contava, ainda, com a fala de alguns moradores/as próximos. Estes/as informaram que “o

¹¹⁸Antigo prédio da HM é refúgio para menores. *Jornal da Manhã*, nº 2.905, 2 e 3 de setembro de 1995, p 5.

grupo passava a noite fazendo baderna e até se prostituindo nas proximidades”.¹¹⁹ Toda a representação social de caráter negativo, ausente nas duas peças anteriores, foi colocada em cena, a começar pela utilização da expressão *menor*.

No dia anterior ao desta publicação, realizada pelo Jornal da Manhã, o Jornal Tribuna Criciumense publicava em suas páginas a mesma notícia, porém, com outra conotação. “Problema do menor infrator deixa perplexa a população de Criciúma”, era o título da chamada de capa, acompanhada de um pequeno texto, uma fotografia e a indicação da página três para a matéria. Ao folhear o jornal, encontra-se uma peça que ocupa a página inteira, que contava ainda com quatro fotografias. Na peça, pode-se perceber certa dualidade ao tratar a temática em questão. Ao mesmo tempo em que revelava ser o *menor com desvio de conduta* um problema social, utilizava a expressão *patologia social*. Mesmo utilizando a expressão *menores* ao referir-se às crianças e adolescentes em situação de rua, a peça cobrava a garantia de direitos como mostra o fragmento:

Muito embora a Constituição Federal estabeleça que a educação é um direito de todos e um dever do estado e da família, dezenas de menores continuam totalmente marginalizados, sem lar, sem escola, sem saúde, sem trabalho e sem a menor perspectiva de uma condição de vida compatível com a dignidade humana. Os nossos governantes, desgraçadamente, se mantêm insensíveis, negligenciando suas obrigações em relação ao atendimento da população infanto-juvenil.¹²⁰

Além das cobranças por melhores condições de vida, como: educação, saúde, habitação, a peça reivindicava uma instituição que pudesse oferecer a estas crianças e adolescentes condições de reintegração social. Ainda segundo a peça, o assessor especial para assuntos a família de Criciúma, Luiz Néry Pacheco dos Reis, havia enviado um projeto para o governo do estado que continuava sem repostas. Na opinião do referido assessor, o ideal para a resolução deste problema seria:

¹¹⁹Id., *ibid.*

¹²⁰ Problema do menor infrator deixa perplexa a população de Criciúma. *Tribuna Criciumense*, nº 2.385, 1 de setembro de 1995, p. 3.

A implantação de um estabelecimento especializado, e coordenado por uma equipe de terapeutas, psicólogos e pedagogos. [...] A ressocialização do menor infrator passaria necessariamente pela sua internação num estabelecimento deste nível, e não pela sua reclusão, como atualmente vem acontecendo.¹²¹

A partir dessa citação, pode-se perceber uma mudança de tonalidade no discurso jornalístico. O adolescente, autor de ato infracional, embora continuasse sendo visto como um problema social, tinha seus direitos reconhecidos. É possível perceber, também, uma maior preocupação quanto à questão de sua detenção, como mostrou a fala do assessor Luiz Néry. Esta peça, assim como a notícia das irmãs Natália e Nicole, dava espaço e voz aos considerados *menores com desvio de conduta*.

A repórter Marisa Medeiros foi em busca destas pessoas para entender os motivos que os haviam levado a morar nas ruas de Criciúma naquele período. A notícia ressaltava que a lei não permitia que os nomes destes infantes fossem publicados, razão por que foram identificados por pseudônimos que eles próprios haviam escolhido. Antes de partir para os depoimentos, é importante ressaltar que na matéria estas “falas” não foram transcritas de maneira direta. Dentre as outras histórias veiculadas pelo jornal Tribuna Criciumense, destaca-se a de Fabiano:

Fabiano, de 13 anos, é mais uma vítima deste submundo, e conta que resolveu sair de casa, pouco tempo depois que seu pai faleceu. A mãe dele que mora no bairro Tereza Cristina, casou-se com outro homem, e segundo Fabiano, trata-se de um verdadeiro marginal. [...] Relata que foi obrigado a sair de casa por que o padrasto queria que ele andasse pelas ruas pedindo esmolas e praticando furtos, e que quando não conseguia dinheiro era espancado. Não suportando os maus-tratos abandonou tudo e foi se juntar a outros meninos e meninas que, como ele, não tem onde morar ou eram vítimas de violência por parte da própria família. Apesar disso Fabiano ainda sonha com um

¹²¹ Id. *ibid.*

lar, mas bem estruturado e com seu retorno a escola, para que no futuro seja um grande homem. Ele é um tipo de menino de rua que pensa positivamente.¹²²

Se, por um lado, a peça se dirigiu aos adolescentes que se encontravam em situação de rua como *menores com problemas de conduta*, por outro, mostrou que estes tinham perspectiva de mudar de vida.

A legenda “roubar e dormir na rua para não ser espancado em casa” talvez tivesse a intenção de passar para o leitor parte do drama vivido por estes adolescentes, apesar das infrações que cometiam. As outras duas fotografias apresentam os prédios abandonados que serviam de abrigo para pernoite dos adolescentes. Uma delas mostrava o interior do local, com colchões e roupas espalhadas pelo chão. A fotografia parecia aumentar o teor do drama vivido por estes adolescentes.

A infância abrigada surgiu nas páginas dos jornais em meados de 1980, mas é na década de 1990 que ela ganhou destaque. Antes de prosseguir com as edições dos jornais com o tema abrigo, é importante que se ressalte o vínculo religioso referente aos dois abrigos que funcionavam neste período na cidade. O Abrigo do Menor era vinculado à Igreja Católica. Por sua vez, o Lar Vida Nova era administrado pela Abadeus, instituição ligada à Assembleia de Deus. Porém, esta particularidade não era exclusiva da cidade de Criciúma, mas parte do contexto nacional.

Em estudo realizado sobre abrigos, a dupla de autoras, constituída pela economista Enid Rocha Andrade da Silva e a arquiteta Simone Gueresi de Mello, pesquisou as principais características institucionais destas entidades. Como resultado, apontaram que 67,2% dos abrigos possuíam vínculo ou orientação religiosa. Ainda segundo as autoras, não era surpreendente que um grande número de abrigos afirmasse manter algum vínculo ou orientação religiosa, “uma vez que, no Brasil, os cuidados com os órfãos e abandonados foram assumidos desde o final do século XVIII pelas irmandades e pelas Santas Casas de Misericórdia” (2004, p. 77).

Voltamos aos abrigos da cidade de Criciúma. Iniciamos com o Abrigo do Menor, tema para nove peças, das quais sete no Jornal da Manhã e outras duas no Jornal Tribuna Criciumense. Desde pequenas peças, de parágrafo único, a notícias que ocupavam páginas inteiras.

¹²² Problema do menor infrator deixa perplexa a população de Criciúma. *Tribuna Criciumense*, nº 2.385, 1 de setembro de 1995, p. 3.

Foram selecionadas quatro peças. Três destas, publicadas no *Jornal da Manhã*, no espaço de um mês, entre setembro e outubro.

A primeira se localiza no espaço destinado à carta do leitor, datada de 9 de setembro de 1991. O texto, composto de três longos parágrafos, pode ser considerado extenso para o espaço ao qual se destinava. Seguem-se alguns trechos desta carta:

Como bom criciumense, muito embora, de uma tradição cigana, acompanho passo a passo todos os movimentos da cidade. Nos idos de 74/75 [...] foi construído no Morro Cechinel, um complexo esportivo [...] que já deram muita alegria aos munícipes. Hoje revendo o quadro, me deparo, com forte indignação, com o que realmente acontece no local, onde fica situado o Abrigo de Menores. [...] Esta taba (que pode ser assim chamada) abriga menores de várias faixas etárias e até mulheres que já passaram pela zona do meretrício, e não tendo onde ficar foram para lá cuidar das “crianças”. Não tenho nada contra ninguém, mas a forma como esses menores se portam, todos os dias, causam náuseas até nas pessoas que chegam de fora para uma visita cordial. [...] Maiores desocupados, traficantes de drogas e até sequestradores (livro de registro do 1º DP) passaram pelo mal falado abrigo e as injustiças continuam acontecendo. [...] Para conferir, é somente os órgãos da imprensa de Criciúma, tomarem partido e saírem em busca de uma solução, caso contrário, mais marginais serão formados em plena cidade criança e na barba de todos.¹²³

Esta carta, de teor totalmente moral, foi assinada pelo jornalista Jango de Cordes, de caráter muito diferente das peças da década de 1990 sobre o mesmo tema. O jornalista, ao escrever seu texto, fez uso de expressões pejorativas ao se referir às crianças e adolescentes abrigados naquela instituição. Esta publicação desencadeou duas outras. A primeira, datada de 13 de setembro de 1991, dois dias após a publicação anterior. Ocupava também o espaço da carta do leitor. Não

¹²³ CORDES, Jango. Abr(i)(e)g(o)(a). *Jornal da Manhã*, nº 1.648, 09 de setembro de 1991, p. 4.

diferente da anterior, era extensa, fato que levou a seleção dos trechos considerados mais interessantes:

[...] Nós do Conselho do Abrigo do Menor da Criciúma [...] lemos com pesar o artigo publicado [...] do dia 09/09/91, a qual percebemos a desinformação veiculada pelo senhor Jango [...] Por isso vimos a este jornal para fazermos uso do direito de resposta que temos e informar o senhor Jango e demais leitores deste jornal, um pouco da realidade do abrigo. Desde 1984, o abrigo acolhe meninos vindos de várias partes do nosso município, de municípios vizinhos e até de outros estados. Veem, ou porque não tem família; por abandono de pai e mãe; por dificuldade financeira de família numerosa; por extrema miséria; e alguns são filhos de mães que residem no meretrício, pois lá não é o melhor lugar para estas crianças, embora ninguém lhes tire o direito de ficar com suas mães, que apesar da vida que levam como meretrizes, amam seus filhos. [...] O terreno não é nosso, é verdade, mas não temos para onde ir. Ou será que a população se disporia a ficar com essas crianças, digo, cada família assumir um menino para lhes ensinar “bons hábitos” e assim não causar “náuseas” aos visitantes [...]. O abrigo não é uma “taba” [...],e, no entanto o abrigo já serviu para aliviar a consciência de muita gente, pois longe do centro eles não representam uma ameaça aos nossos “municípios”. [...] Eles não são marginais, como dizem algumas madames no salão de beleza. Aliás, é preciso ter coragem suficiente para chamar uma criança de dois ou três anos de marginal. E o Estatuto da Criança e do Adolescente inclusive, prevê penalidade aos que assim se referirem as crianças, pois elas não são objetos de medidas judiciais, elas são sujeitos de direito. São cidadãos, iguais aos filhos seus.¹²⁴

¹²⁴ MAFRA, Neuza. As condições do abrigo do menor. *Jornal da Manhã*, nº 1.652, 13 de setembro de 1991, p. 4.

Esta carta-resposta foi assinada por Neuza Mafra, coordenadora da Pastoral do Menor e secretária do Abrigo do Menor. Talvez ao mencionar as *madames*, a autora tivesse a intenção de afirmar que uma parte da classe média/alta da cidade compartilhava dos valores de Jango de Cordes em relação à infância pobre ou considerada infratora. O texto de Neuza Mafra foi redigido a partir da ótica da salvaguarda de direitos dos infantes.

A terceira peça do conjunto foi publicada em outubro de 1991. Foi, também, uma resposta à carta do jornalista Jango de Cordes, do mês anterior, de parte do Jornal da Manhã, que propunha conferir a situação do abrigo e das crianças e adolescentes que lá se encontravam acolhidos. Com uma chamada que ocupava praticamente toda a capa do jornal, compunha-se de uma fotografia e da frase: “Abrigo do Menor: a triste realidade para as crianças”.¹²⁵ Na fotografia, que foi também utilizada junto à notícia, estavam oito crianças apoiadas em uma grade. Mas com um olhar mais atento, é possível ver que se tratava do portão do abrigo, que aparecia no fundo da imagem. A matéria muito se assemelhava à última publicada na década anterior pelo Jornal Tribuna Criciumense. Embora apresentasse um novo endereço para o Abrigo de Menores, localizado no Bairro Mina do Mato, um bairro próximo ao centro da cidade, as outras informações eram semelhantes às de 1988: o abrigo sobrevivia através de doações e a situação continuava precária.

Uma peça publicada em junho de 1995 trazia a história de Diego, 12 anos, onze dos quais vividos na instituição. A notícia apresentou a informação de que o menino chegara ao abrigo com um ano de idade, pois fora abandonado pela mãe. Este frequentava a quarta série e afirmou que depois de completar dezoito anos esperava ter destino semelhante ao dos outros meninos que haviam deixado a instituição: trabalhar e pagar a moradia com o próprio esforço.¹²⁶ O ano de publicação da matéria era 1995, portanto de cinco anos após a instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Este, por sua vez, afirmava que o abrigo é uma “medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.¹²⁷ Sendo assim, o abrigamento deveria perdurar enquanto a criança ou o adolescente estivesse ainda sob ameaça ou em situação de violação dos direitos. O

¹²⁵ Sem auxílio financeiro a difícil situação no abrigo. *Jornal da Manhã*, nº 1675, 11 de outubro de 1991, p 1

¹²⁶ MACHADO, Arilson. Abrigo faz trabalho de orientação e educação. *Jornal da Manhã*, nº 2858, 11 de junho de 1995, p 6.

¹²⁷ BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Capítulo II, Título II. Artigo 101.

que levaria Diego a permanecer tanto tempo em um abrigo? Algumas possibilidades podem ser inferidas. Primeiro, o não-retorno à família pode ser associado à negativa da mãe em aceitá-lo. Neste caso, deveria Diego ser encaminhado a uma família substituta, mas o fator idade pode ter sido um agravante, como o havia sido em casos semelhantes. Sendo assim, não restaria ao menino sorridente, que tinha sua foto estampada nas páginas do jornal, outra coisa senão esperar completar 18 anos.

A segunda instituição de acolhimento mencionada nas páginas dos periódicos foi o Lar Vida Nova. Esta era resultado da fusão de outras duas instituições: o Centro Evangélico de Proteção e Educação às Crianças (Cepec), que funcionava desde 1994¹²⁸, e o Lar das Meninas, cujo funcionamento se iniciou em 1996¹²⁹, ambas eram administradas pela Associação Beneficente Abadeus.¹³⁰ Foram encontradas 18 peças que versavam sobre campanhas e feiras para a construção de uma nova sede. Apenas duas destas peças tratavam diretamente das crianças acolhidas na instituição.

A primeira, datada de agosto de 1997, descrevia o contexto das adolescentes abrigadas no Lar das Meninas. Estas, com idade entre 12 e 18 anos, contavam em sua trajetória o uso de drogas e a *prostituição*, como era o caso de Vitória, de 16 anos. Eis parte de sua história de vida:

Que depois de ter um filho aos 14 anos, sair de casa aos 15 e passar oito meses se prostituindo. [...] Eram três programas que a menor costumava fazer por “noite de plantão” o saldo do serviço era uma média de R\$ 100,00 [...] a maioria do dinheiro era gasto com crack e cocaína.¹³¹

¹²⁸ Abadeus comemorou 35 anos de fundação. *Tribuna Criciúmensis*, nº 2.369, 12 de maio de 1995, p. 3.

¹²⁹ Casa das meninas entra em funcionamento. *Jornal da Manhã*, nº 3.070, 4 e 5 de abril de 1996, p. 12.

¹³⁰ A Associação Beneficente Abadeus é uma entidade filantrópica, fundada em primeiro de abril de 1960, por membros da Assembleia de Deus de Criciúma. A entidade tem a finalidade de prestar assistência social, promover a autonomia do cidadão e o desenvolvimento social e educacional. No início de seus trabalhos, a instituição atendia à população por meio de ações emergenciais como: campanhas do agasalho, medicação e realização do sopão comunitário. Em 1994, deu início ao programa de abrigo, o Cepec. Nesse, fundado em 2008, atendeu a 1.445 crianças e adolescentes. Desde 1997, a instituição oferece cursos de qualificação profissional, visando a emancipar as famílias. Fonte: www.abadeus.com.br (Acesso em: 30 ago. 2012).

¹³¹ RODRIGUES, Tatiana. Entidade abriga adolescentes carentes. *Jornal da Manhã*, nº 3.475, 5 de agosto de 1997, p. 3.

A segunda matéria foi publicada em janeiro do ano seguinte, 1998, com o título “crianças tem apoio em lar provisório”. Nesta peça, ao contrário da anterior, nenhum caso era tratado especificamente, mas se limitava ao contexto geral do atendimento. Segundo a notícia, o atendimento visava “garantir abrigo, educação e segurança a meninas de zero a 12 anos de idade e meninos de até seis anos, vítimas da desestrutura familiar ou carência social”.¹³² A peça apresentava ainda a informação de que, na época, se encontravam abrigadas 21 crianças.

Ambas as peças, publicadas no Jornal da Manhã, foram assinadas pela jornalista Tatiana Rodrigues. É possível perceber, na leitura das notícias, que a jornalista fez uso constante da expressão criança e adolescente. Porém, ao referir-se a Vitória, caso narrado na primeira peça, utilizou o termo menor, dando margem à interpretação de que o termo estivesse associado ao fato de Vitória *se prostituir*. Aliás, este é outro ponto que merece destaque, a peça continuava a utilizar a expressão *prostituição*, mesmo que a publicação tenha ocorrido quatro anos após a indicação de se substituir a expressão *prostituição infantil* por *exploração sexual infanto-juvenil*.

Na utilização das fotografias das crianças e adolescentes em situação de acolhimento - diferente das fotografias das crianças apresentadas nas páginas policiais, seja em função da prática do ato infracional, ou por serem vítimas de algum tipo de abuso – não há, em geral, qualquer cuidado para preservar a imagem das crianças.

Foram, no total, 28 peças, uma da Casa do Caminho, nove do Abrigo de Menores e 18 referentes à Abadeus. Destas, nove utilizam fotografias com as crianças abrigadas; cinco delas apresentam duas fotografias, o que totaliza 14 fotografias. Apenas três das 14 encontradas não possibilitavam identificar as crianças e adolescentes. Se estas crianças em situação de acolhimento, ou a maioria delas, eram as mesmas ou ao menos vivenciavam situação semelhante à das que haviam estado em situação de risco, por que a diferente apresentação de suas imagens?

Atribui-se este fato a duas questões. A primeira está vinculada à situação de acolhimento: a criança no abrigo, mesmo que momentaneamente, estaria longe da situação de risco, não havendo assim necessidade de proteger sua imagem. A segunda, e mais provável, poderia ser associada às campanhas realizadas em prol dos abrigos. Assim como a fotografia de Nicole e Natália, as meninas que dividiam

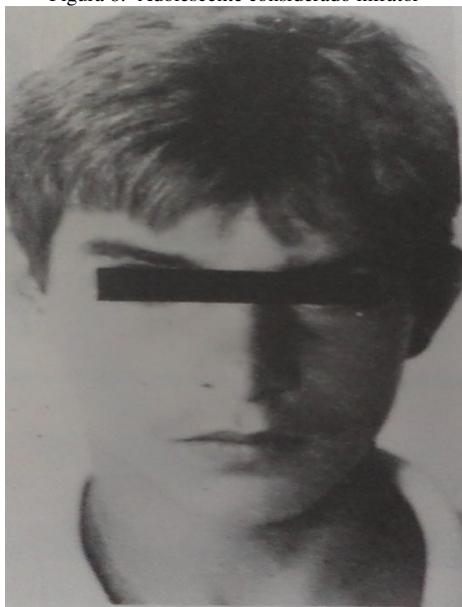
¹³² Idem.Ibid.

um crepe, estas fotografias, que tratavam a temática das instituições de acolhimento, tinham o objetivo de sensibilizar o/a leitor/a.

3.3 - ADOLESCENTE INFRATOR

A reportagem sobre Chuvisco, que havia ferido o comerciante Nuno em 1989, mencionada anteriormente, marcou o início da utilização da imagem do adolescente infrator nas páginas policiais. Nesta peça, o adolescente tem os olhos cobertos por uma tarja preta para dificultar sua identificação.

Figura 8: Adolescente considerado infrator



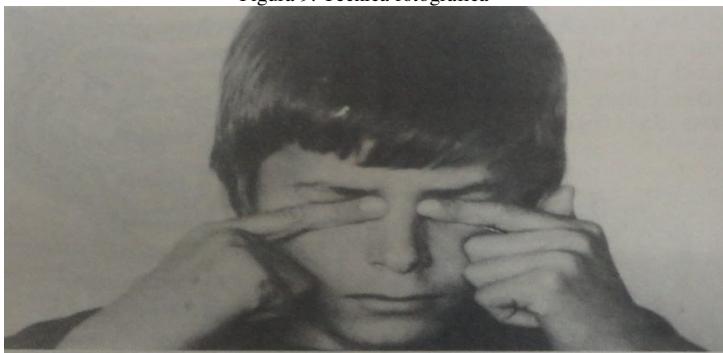
Fonte: Jornal da Manhã, 4 de janeiro de 1990. Fotografia: Ulisses Job.

A matéria sobre o caso de Chuvisco apresentava algumas características das peças do final da década de 1980. Era noticiado um caso específico utilizando as iniciais dos nomes para identificar os adolescentes. Mas um ponto que merece destaque nesta primeira peça da década de 1990 sobre a temática da infração é a não-utilização do termo *menor*, mesmo tratando-se de um adolescente considerado infrator.

Mudanças lentamente se operavam no discurso jornalístico veiculado na cidade. Todavia, isto ainda pode ser considerado uma exceção frente aos outros casos noticiados. Até o final da década de 1990, os adolescentes autores de ato infracional continuaram sendo chamados *menores* nos jornais de Criciúma.

Constata-se que outra técnica foi utilizada para preservar a identidade do adolescente infrator no que tange à fotografia: o uso dos dedos sobre os olhos. Essa foi a técnica exposta na introdução deste trabalho ao descrever a fotografia de Ratinho, o amigo de Carolina. Abaixo exemplo de sua utilização.

Figura 9: Técnica fotográfica



Fonte: Jornal da Manhã, 7 de junho de 1990.

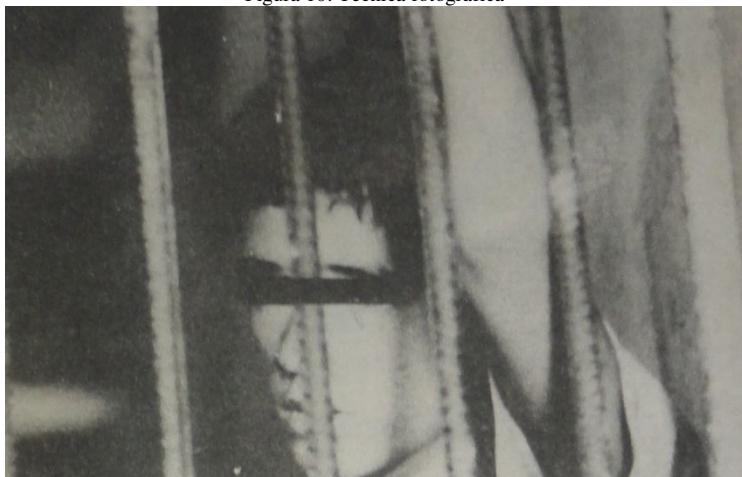
Era quarta-feira, último dia do mês de janeiro, quando Ronaldo, 13 anos, caminhava pelas ruas do centro da cidade. Observou um automóvel com os vidros abertos. Aproximou-se e percebeu que no interior havia uma bolsa. Abriu a porta do veículo e a apanhou.

Naquela mesma noite, Ronaldo foi ao jogo de futebol entre Criciúma e Grêmio e lá gastou boa parte do dinheiro da bolsa. Na manhã do outro dia, dirigiu-se ao banco para trocar o cheque. Na instituição bancária, foi preso pela polícia, pois a dona da bolsa já havia denunciado o furto.¹³³

A história de Ronaldo foi narrada na peça publicada em fevereiro de 1990. A fotografia do adolescente utilizava a tarja preta nos olhos para evitar a identificação do mesmo. Porém, uma particularidade pode ser percebida nesta imagem. O menino estava atrás de grades.

¹³³ Menor preso em banco. *Jornal da Manhã*, nº1.176, 3 e 4 de fevereiro de 1990, p. 11.

Figura 10: Técnica fotográfica



Fonte: Jornal da Manhã, 3 e 4 de fevereiro de 1990.

A legenda afirmava que o *menor* estava numa das celas do Presídio Santa Augusta. O delegado Abenur Rodrigues tentaria uma solicitação junto ao juiz para que o *menor*, como é chamado na peça, ficasse no presídio por cinco dias, como permite a lei, e depois tentaria conduzi-lo à Fucabem, em Florianópolis. Esta peça apenas confirmava o que já acontecia nas décadas anteriores: os adolescentes autores de ato infracional continuavam a ser enviados ao Presídio Santa Augusta. Cabe destacar que, além da expressão *menor*, o termo pejorativo *larapiozinho* foi também utilizado.

Somente a partir de 1996 é que se percebeu um cuidado maior, por parte dos jornais, nas publicações que envolviam os adolescentes autores de prática infracional. É provável que este fato esteja associado a uma maior fiscalização prevista no artigo 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O artigo previa uma punição a qualquer meio de comunicação que divulgasse, sem autorização, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial, referente a criança ou adolescente a quem se atribuísse ato infracional.¹³⁴

Assim como o caso de Ronaldo, a maioria das peças que noticiavam os adolescentes “pegos” em flagrante em práticas de infração ou casos reincidentes informava que eles eram encaminhados ao Presídio Santa Augusta. Essa prática ganhou evidência na década de

¹³⁴BRASIL. Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990. Título VII. Capítulo II. Artigo 247.

1990. Isto, porém, não significa que um número maior de adolescentes tenham sido enviados àquela instituição. Mas, apareceu uma nova maneira de noticiar as infrações no Jornal da Manhã, iniciada no final da década de 1980 e que ganhou maior proporção na década posterior: os casos específicos.

A notícia “Polícia prende gang de menores”, publicada em 15 de agosto de 1990, era destaque no Jornal da Manhã. Não apenas por ser a única notícia na página policial, dividindo espaço apenas com publicidades, mas principalmente pela chamada de capa: “cinco menores, de idade entre oito e treze anos, foram presos no dia de ontem por arrombamento em uma loja no centro da cidade”.¹³⁵ Esta chamada vinha acompanhada de uma fotografia, a maior da capa, deixando-a em evidência.

Figura 11: “Gang mirim”



Fonte: Jornal da Manhã, 15 de agosto de 1990. Fotografia: Rafael Neves.

Ricardo, Talita, Rafael, todos com oito anos, Diego, 13 anos e Patrick, 11 anos, faziam parte da *quadrilha de menores*, noticiada na peça do dia 15 de agosto de 1990. Passava da meia noite quando o grupo entrou em uma papelaria, separava em sacos o material que seria levado. O grupo não conseguiu concluir o ato, pois foi surpreendido pela polícia. Foram levados/a para a Delegacia da Mulher e lá permaneceram até que, no final da tarde, os membros da *gang mirim*, foram encaminhados ao Juizado de Menores da cidade.¹³⁶

¹³⁵ Polícia prende quadrilha de menores. *Jornal da Manhã*, nº 1.334, 15 de agosto de 1990, p. 1.

¹³⁶ Id. *ibid.*

Esta peça apresenta uma série de singularidades. Na fotografia, as crianças estão de costas, sendo impossível visualizar suas faces, ou de qualquer modo indentificá-las. Esta imagem é o oposto das fotografias apresentadas até o momento, nas quais os rostos dos adolescentes eram retratados de frente e muito de perto. O cuidado maior em relação a estas crianças deve estar associado à faixa etária. A última particularidade, esta também associada à questão da idade. Diferente dos outros adolescentes, estes foram encaminhados ao Juizado de Menores. Outra especificidade referente à temática do adolescente infrator, esta associada ao fato de uma menina ser identificada como infratora.

Em seu artigo 2º, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu uma divisão etária entre crianças e adolescentes: no primeiro grupo estão os indivíduos com até 12 anos de idade incompletos e, no segundo, aqueles/as que tenham entre 12 e 18 anos de idade. A divisão entre esses dois grupos, tendo por base a faixa etária, é importante no que tange à questão da infração. Para as crianças, que fazem parte do primeiro grupo, são destinadas apenas as medidas de proteção. As do segundo grupo, os/as adolescentes, quando infratores, não podem ser responsabilizados/as penalmente, por isso a eles só podem ser aplicadas medidas socioeducativas, e essas devem ter em vista a reinserção social e o fortalecimento de vínculo familiar.

Assim, de acordo com a nova legislação, Ricardo, Talita, Rafael e Patrick eram considerados crianças. A estes deveriam ser destinadas apenas medidas de proteção. Aos outros personagens, incluindo Diego, a autoridade competente poderia aplicar medidas com base no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, internação em estabelecimento educacional.¹³⁷

Onze matérias foram publicadas em três meses sobre Hélio, então com 17 anos. A primeira, publicada em 13 de fevereiro de 1993, apontava o adolescente como principal suspeito do assassinato de um empresário da cidade.¹³⁸ As peças que seguem narravam o desenrolar dos fatos, a começar pela viagem do delegado Abenur Rodrigues para Porto Alegre, cidade na qual se acreditava que Hélio se escondesse.¹³⁹ De fato, lá foi encontrado e confessou o assassinato. Por

¹³⁷ BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Artigo 112.

¹³⁸ Menor consegue escapar. *Jornal da Manhã*, n.º 2145, 13 e 14 de fevereiro de 1993, p. 16.

¹³⁹ Polícia prende menor. *Jornal da Manhã*, n.º 2.147, 16 de fevereiro de 1993, p. 16.

não existir em Criciúma uma instituição que pudesse abrigá-lo, o juiz decretou que ele ficaria em uma cela, por cinco dias, até que o inquérito fosse realizado.¹⁴⁰ Embora a peça não informe, é provável que Hélio tenha sido enviado ao Presídio Santa Augusta, assim como os outros adolescentes autores de prática infracional da cidade. Oito dias após o assassinato do empresário, Hélio seguia para a capital do estado de Santa Catarina, onde foi internado no Centro de Internação Provisória (CIP)¹⁴¹. Sua permanência no CIP foi curta, apenas 15 dias, quando fugiu em 26 de fevereiro.¹⁴² Dez dias após a fuga, Hélio retornou ao CIP, por vontade própria.¹⁴³ Após passar mais de quarenta dias no CIP, deixou Florianópolis e partiu rumo a Criciúma. Deveria ele comparecer ao Fórum da cidade mensalmente.¹⁴⁴ A última notícia que se encontrou sobre Hélio foi do seu envolvimento no furto de um carro seguido de um arrombamento de um supermercado, localizado em uma cidade vizinha de Criciúma.¹⁴⁵

Tiago apareceu diversas vezes nas páginas dos jornais, pois tinha várias passagens pelo Primeiro e Segundo Distrito Policial, assim como pela Delegacia da Mulher. “Ele era o terror dos comerciantes do centro da cidade.”¹⁴⁶ Segundo a peça publicada em novembro de 1993, aos sete anos de idade iniciou sua vida no *submundo do crime*. Aos 12 anos já era conhecidíssimo da polícia, com várias passagens em decorrência de furtos e arrombamentos. Várias peças narravam os feitos de Tiaguinho, que, mesmo com tantos crimes, nunca fora recolhido a um estabelecimento de reeducação para reintegrá-lo à sociedade.¹⁴⁷

Tiaguinho e Hélio tinham algo em comum; apareceram em diversas peças jornalísticas. A veiculação destas notícias, além de manter os leitores informados sobre cada caso, pode ser entendida de outra maneira. Tiaguinho, Hélio e suas histórias, ao menos as noticiadas nas páginas dos jornais, tornaram-se uma espécie de estandarte na crítica

¹⁴⁰ Caso Kiko: menor é confessa e é preso. *Jornal da Manhã*, nº 2.148, 17 de fevereiro de 1993, p. 16.

¹⁴¹ Caso Kiko: menor é levado para capital. *Jornal da Manhã*, nº 2.149, 18 de fevereiro de 1993, p. 4.

¹⁴² Caso Kiko: menor foragido. *Jornal da Manhã*, nº 2.162, 8 de março de 1993, p. 16.

¹⁴³ Menor que matou Kiko Alamini volta ao CIP. *Jornal da Manhã*, nº 2.171, 18 de março de 1993, p. 4.

¹⁴⁴ Caso Kiko: menor está solto. *Jornal da Manhã*, nº 2.199, 24 e 25 de abril de 1993, p. 16.

¹⁴⁵ Menor que matou Kiko Alamini rouba veículo e supermercado. *Jornal da Manhã*, nº 2.204, 30 de abril de 1993, p. 4.

¹⁴⁶ Menor pratica furtos e atemoriza comércio. *Jornal da Manhã*, nº 1.695, 11 de novembro de 1991, p. 4.

¹⁴⁷ Os Rodriguinhos de nossas ruas. *Jornal da Manhã*, 30 de novembro de 1994. Edição 2.677, p. 2.

à impunidade “oferecida” pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, questão que vinha sendo discutida desde 1992.¹⁴⁸ Abaixo, um fragmento, retirado de um editorial do *Jornal da Manhã*, do período em que o caso de Hélio era noticiado.

Ele (Hélio) é réu confesso, não apenas um acusado. Mas, como é menor, tem apenas 17 anos, não pode ser preso. Ficaré em liberdade. É importante contar que esse jovem não é primário, já teve passagem pela polícia. Não se deve condenar ninguém de forma precipitada, nem no calor das situações. Mas esse caso deve motivar uma discussão sobre as leis que amparam aqueles que ainda não completaram 18 anos, independente da gravidade dos crimes ou infrações que tenham cometido. O assunto é polêmico, mexe com princípios cultivados nos últimos tempos por inspiração das comissões e organizações de defesa da criança e do adolescente, mas a sociedade não pode se omitir. Tem a obrigação de discutir o assunto com responsabilidade. Até para se evitar injustiças.¹⁴⁹

Na edição dos dias 20, 21 e 22 de fevereiro foi publicada a peça “Estatuto é contestado”. Nela se apresentavam algumas vozes especializadas no atendimento ao público infanto-juvenil da cidade. Para Viviane Schultz, assistente social do Conselho Tutelar, faltava estrutura condizente na cidade para que o Estatuto da Criança e do Adolescente pudesse ser aplicado. O delegado Adauto de Souza afirmou que muitos dos adolescentes considerados infratores conheciam a legislação muito bem, melhor que muitos policiais e se escondiam atrás dela para praticar seus atos. Por fim, a promotora da Vara da Infância, Jayne Bandeira, afirmava que o Ministério Público e o Judiciário não estavam preparados para aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois este estava muito aquém da realidade da cidade, embora depois tenha reforçado os aspectos positivos da lei.¹⁵⁰

Inúmeras peças afirmavam que na cidade de Criciúma não existiam instituições que realizassem o atendimento aos adolescentes autores de atos infracionais. Estas peças se somavam às denúncias e

¹⁴⁸ Estatuto traz impunidade diz Abenur. *Jornal da Manhã*, nº 2002, 17 de agosto de 1992, p 5.

¹⁴⁹ Menor e o crime. *Jornal da Manhã*, nº 2148, 17 de fevereiro de 1993, p 2.

¹⁵⁰ Estatuto traz impunidade. *Jornal da Manhã*, nº 2151, 20, 21 e 22 de março de 1993, p 3.

críticas de adolescentes retidos no presídio da cidade. A peça datada de agosto de 1994 tinha como chamada de capa “menores são soltos por falta de lugar adequado”, em letras garrafais. Esta noticiava o caso de cinco adolescentes detidos em 21 de julho, provavelmente no presídio da cidade. A polêmica girou em torno de sua liberação no início do mês de agosto. A juíza Gabriela Coral os liberou mediante termo de responsabilidade dos pais. Segundo a mesma peça, os adolescentes foram responsáveis por furtos, que totalizavam 22 carros, realizados no primeiro semestre de 1994.¹⁵¹ Desta vez, a crítica à impunidade veio através de duas charges.

Figura 12: Detenção de menores



Fonte: Jornal da Manhã, 8/8/1994

Figura 13: Detenção de menores



Fonte: Jornal da Manhã, 10/8/1994.

Dois anos após a charge de Marcos Sônego, foi publicada, no jornal da Manhã, uma notícia-denúncia. Esta situação discutiria o inverso da questão da impunidade. Desde a década de 1970 encontram-se nas peças indícios de que o adolescente autor de prática infracional era enviado ao Presídio Santa Augusta. Porém, foi somente em 1996 que uma matéria tratou especificamente do caso. Abaixo o fragmento:

Embora a legislação penal determine que os menores infratores não possam permanecer detidos juntamente com presos adultos, está determinação não está sendo respeitada em Criciúma. Seis menores estão presos no presídio

¹⁵¹ Menores são soltos por falta de lugar adequado. *Jornal da Manhã*, nº 2.581, 3 de agosto de 1994, p. 10.

Santa Augusta. Quatro meninos encontram-se na cela 30, cela de castigo, e duas meninas foram alojadas nas celas das mulheres. A cela 30 foi considerada pelo Judiciário e por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil como desumana, pelas péssimas condições. A cela de correção não possui ventilação, colchões e banheiro adequado, apenas uma torneira e um vaso sanitário no chão. Os quatro adolescentes ganharam dois colchonetes para dormir.¹⁵²

Seis anos após a instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente, os adolescentes da cidade ainda eram enviados para o presídio. A peça, ao que parece, denunciava uma situação que estava próxima de se equacionar. A notícia seguinte afirmava: “Dentro de seis meses o município contará com um Centro de Internação Provisória para menores infratores de alto risco ou portadores de desvio de conduta”.¹⁵³ Após esta publicação nenhuma outra notícia-denúncia sobre o envio de adolescentes às celas do presídio Santa Augusta. É possível pensar que tal medida tenha sido colocada em prática. Porém, deve-se considerar a possibilidade de que a discussão tenha apenas sido retirada das pautas do jornal.

3.4 - O MENOR TRABALHADOR VERSUS EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Na década de 1990, o problema dos engraxates permanecia sem solução. A reclamação desta peça era a mesma de décadas atrás. Iniciava com a afirmação de que estava atendendo a reclamações de inúmeras pessoas que haviam passado por situação semelhante à de seu Osmar, em meados dos anos de 1980. Se o cliente achasse o valor cobrado pelo serviço alto e não quisesse pagar, passaria pela mesma situação vexatória de ser acusado de ladrão. O jornal *Tribuna Criciumense* mostrava-se indignado com tal situação e foi buscar informações junto ao Centro do Menor Profissional sobre “esse roubo

¹⁵² Menores são presos na cela 30 do Santa Augusta. *Jornal da Manhã*, n° 3.083, 20 e 21 de abril de 1996, p. 9.

¹⁵³ ROSA, Jane da. Cinco jovens são detidos em flagrante roubando o hemocentro regional. *Jornal da Manhã*, n° 3.084, 22 de abril de 1996, p. 5.

em plena luz do dia”¹⁵⁴. Na instituição, que coordenava os serviços dos meninos, obtiveram a resposta de que os engraxates selecionados pelo programa usavam uniforme azul e que qualquer reclamação deveria ser feita junto ao Centro, que tomaria as providências devidas.

No ano seguinte, 1992, uma nova peça sobre a polêmica do preço cobrado para engraxar sapatos. A peça “engraxates continuam a explorar no centro da cidade” apresentava uma nova denominação: *quadrilha dos engraxates*. Os preços cobrados pelos meninos da denominada “quadrilha” chegavam a CR\$ 7.000,00, ou seja, sete vezes mais do que o preço já considerado alto. Abaixo, fragmento da notícia:

Os engraxates que utilizam a Praça Nereu Ramos para trabalhar dignamente em busca do pão de cada dia, estão sendo prejudicados por quadrilha de engraxates, que muito bem instruídos, passaram a usar esta prática para explorar os fregueses na cobrança exorbitante por uma engraxada.¹⁵⁵

Nesta peça, os engraxates ligados ao CMT eram considerados profissionais honestos, que tinham seu trabalho atrapalhado por essa *quadrilha*. Ao cobrar preços exorbitantes, ameaçavam com palavras de baixo calão, afastando a freguesia dos profissionais do Centro do Menor Trabalhador.

Além dos engraxates, ainda no início da década de 1990, as páginas dos jornais apresentavam notícias que justificavam o dito popular “Cabeça vazia oficina do diabo”. As duas peças foram publicadas no mês de agosto de 1990. Cada uma delas em um jornal. A primeira foi veiculada pelo jornal da Manhã nos dias 18 e 19; a segunda, três dias depois, pelo Jornal Tribuna Criciumense. Ambas tratavam sobre o discurso do vereador Astor dos Santos, Partido Democrático Social (PDS), ao assumir uma cadeira no Legislativo no município de Criciúma. Ele defendia a ideia de que o *menor* deveria trabalhar.

Segundo Astor dos Santos, na notícia publicada no Jornal da Manhã, poucas empresas contratavam *menores* devido à pressão dos sindicatos. De acordo com o vereador, era necessário rever isso, pois nenhuma empresa pagaria o salário mínimo de um trabalhador à um

¹⁵⁴ Engraxates fazem miséria no centro da cidade. *Tribuna Criciumense*, nº 2.170, 21 de dezembro de 1991, p. 1.

¹⁵⁵ Engraxates continuam a explorar no centro da cidade. *Tribuna Criciumense*, nº 2.220, 22 de julho de 1992, p. 1.

menor. Para o vereador, “enquanto eles trabalham, além do salário, não tem tempo de pensar em drogas e prostituição”.¹⁵⁶ Já a notícia publicada no jornal *Tribuna Criciunense* evidenciou o fato de que o vereador estava orientando os membros dos sindicatos de cada categoria para que colocassem cláusulas em suas convenções com o intuito de garantir trabalho ao *menor*, mesmo que com redução salarial.¹⁵⁷

Em dezembro do ano seguinte, 1991, foi a vez do vereador Valdemir Rosso, Partido Democrático Social (PDS), manifestar-se no *Jornal da Manhã*, sobre a questão do *menor* no mercado de trabalho. O vereador elogiava a iniciativa do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que tinham aberto vagas para empregar adolescentes entre 12 e 18 anos. Estes seriam contratados para quatro horas de trabalho e receberiam um salário mínimo. Além disso, deveriam frequentar a escola no contraturno. Os adolescentes seriam selecionados através da Afasc e do Bairro da Juventude.¹⁵⁸

A ideia do trabalho para os adolescentes em situação de rua foi também adotada pela prefeitura de Criciúma. Esta era a informação presente na peça publicada em 3 de agosto de 1994. Com o título “meninos de rua ganham trabalho”, explicava o funcionamento do Programa Social Educação para o Trabalho. O programa consistia em profissionalizar 17 *meninos de rua*, com idade compreendida entre 14 e 18 anos. As aulas aconteceriam no pátio de obras da prefeitura. Na instituição, eles tinham lições de carpintaria, marcenaria, serralheria, oficina de máquinas, ganhavam duas refeições diárias e um salário mínimo mensal. Depois de seis meses, equivalente ao período de estágio, seria feita uma avaliação e, se considerados aptos, encaminhados para o trabalho em algumas empresas ou continuariam no pátio de obras, porém como funcionários públicos.¹⁵⁹

Se na década de 1980 a utilização da mão-de-obra infanto-juvenil passou a ser combatida, na década de 1990 se tornou mais evidente. Aos poucos, o discurso de que os *menores* deveriam ser ocupados pelo trabalho, para que o corpo e a mente não estivessem à disposição dos vícios das ruas, que persistiu até o início da década de 1990 tornaram-se página virada nos jornais *Tribuna Criciunense* e

¹⁵⁶ Vereador quer emprego para menores. *Jornal da Manhã*, nº 1.337, 18 e 19 de agosto de 1990, p. 3.

¹⁵⁷ Astor quer manutenção de emprego a menores. *Tribuna Criciunense*, 22 de agosto de 1990, p. 7.

¹⁵⁸ Rosso elogia contratação de menores. *Jornal da Manhã*, nº 1.715, 5 de dezembro de 1991, p. 2.

¹⁵⁹ Menores de rua ganham trabalho. *Jornal da Manhã*, nº 2.581, 3 de agosto de 1994, p. 6.

Jornal da Manhã. A grande virada foi marcada a partir de 1995, quando a exploração do trabalho infanto-juvenil ganhou forte destaque e se tornou parte da agenda midiática. Foram encontradas dez peças que trataram do tema, publicadas a partir desse ano, fato associado ao lançamento do Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, implementado pelo governo federal. O ideário da erradicação foi divulgado no Brasil pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo o historiador Eduardo Maricato Riciardi:

Desde sua criação, a OIT buscou regulamentar o trabalho infanto-juvenil. Em um primeiro momento, do final da década de 1910 a metade da década de 1935, estabeleceu o idade mínima para o trabalho em quatorze anos, sendo aumentada para quinze após as crises financeiras dos anos de 1930. Em seguida, a OIT elaborou uma série de Convenções de caráter médico-protetivo para o trabalho de crianças e adolescentes. Com a Convenção 138, de 1973, a OIT se voltou para a “efetiva abolição” do trabalho infanto-juvenil (2010, p. 61).

No Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança, seguiram os princípios da convenção 138 da OIT. Ainda segundo Riciardi, a convenção 138 da OIT foi o “primeiro instrumento a visar a efetiva erradicação do trabalho infanto-juvenil” (2010, p. 5).

“Estudar para quê? É difícil chegar à universidade. A maioria para no meio do caminho”.¹⁶⁰ Esta frase explicava a decisão de Wagner, de 14 anos, de abandonar a escola e dedicar-se em tempo integral ao emprego na olaria. Wagner trabalhava oito horas por dia, recebia a quantia de R\$ 160,00 para colocar e retirar os tijolos de dentro do forno. A realidade de Fernando era muito semelhante, porém, ele ainda continuava na escola, motivo de seu salário ser a metade do valor pago a Wagner. Junior recolhia papelão das ruas e recebia por este serviço o valor semanal de R\$ 10,00. Ele afirmava que mesmo com o trabalho não

¹⁶⁰ RODRIGUES, Tatiana. Necessidade antecipa o ingresso no mercado de trabalho. *Tribuna Criciumense*, nº 2.666, 26 de julho de 1999, p. 6 e 7

ia abandonar a escola e que o dinheiro ajudava a sustentar os seus irmãos.¹⁶¹

A história de Wagner era semelhante à de muitos meninos e meninas, que trocavam a escola pelas olarias, principalmente em Morro da Fumaça, cidade vizinha de Criciúma. A preocupação com estas crianças e adolescentes, somados à das crianças e adolescentes que trabalhavam na agricultura, resultou na busca pela erradicação do trabalho infanto-juvenil em toda a região sul do estado de Santa Catarina. A primeira peça que abordou a temática é de 1995, aliás, primeira e única neste ano. Intitulada “Ofensiva contra o trabalho infantil”, a peça, publicada no *Jornal da Manhã*, apresentou o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, criado em 1990, que tinha por objetivo criar alternativas para que essas crianças não fossem exploradas. A peça denunciava existirem, na Região Carbonífera, crianças de seis anos trabalhando em olarias em Morro da Fumaça, bem como crianças trabalhando em fábricas de calçados na região de Araranguá.¹⁶²

No ano de 1996 nada se encontrou sobre a temática. Já em 1997, há cinco. Com exceção das duas primeiras, que são editoriais, as outras três foram peças de grande destaque. Todas publicadas no *Jornal da Manhã*. Duas delas ocupavam a página inteira do jornal com chamadas na capa, assim como também fizeram uso de fotografias.

Na quinta-feira, dia 3 de julho de 1997, foi realizado na cidade de Criciúma um encontro para discutir a exploração do trabalho infantil. O seminário, que abriu debate estadual sobre o assunto, divulgava uma pesquisa realizada nos dois últimos anos. Eis os dados apresentados pela matéria:

Em pesquisa realizada em 1995 e 1996, 12% da mão de obra das olarias de Morro da Fumaça e outras cidades da região, é formada por crianças e adolescentes. (...) Esse número alcança quase 70 trabalhadores. Deste universo, 65% realiza jornada de trabalho superior a oito horas e 74% não estudam¹⁶³.

¹⁶¹ Embora os jornais tenham focado em algumas atividades específicas (trabalho em olarias, agricultura, engraxates), cabe destacar que outras atividades laborais eram realizadas por crianças e adolescentes na cidade de Criciúma e região.

¹⁶² Ofensiva contra o trabalho infantil. *Jornal da Manhã*, n.º 2.875, 29 e 30 de julho de 1995, p. 6.

¹⁶³ Ocupação infantil na região preocupa Ministério do Trabalho. *Jornal da Manhã*, n.º 3.448, 4 de julho de 1997, p. 5.

Passados três dias do encontro, no dia 7 de julho de 1997, o jornal da Manhã estampava em sua capa a chamada: “Crianças têm o dia nas olarias” com esta fotografia.

Figura 14: Adolescentes trabalhando em olaria



Fonte: Jornal da Manhã, 7 de julho de 1997. Fotografia: Edson Gregório.

A fotografia¹⁶⁴ mostrava o trabalho realizado por adolescentes nas olarias da cidade de Morro da Fumaça. A temática da exploração do trabalho infanto-juvenil, das outras temáticas que envolviam situação de risco, não utilizava tarja preta ou outras estratégias para evitar a identificação dos adolescentes. Assim como, seus nomes também foram publicados no decorrer do texto.

A peça fornecia, ainda, informações sobre trabalho, que funcionava em um sistema chamado “Ganha de acordo com o que pode carregar”, pois:

Mesmo trabalhando as mesmas oito horas diárias e seis dias por semana, as mulheres recebem em média R\$ 20,00 a menos que os homens, enquanto os salários dos jovens e das crianças tem o decréscimo em torno de R\$ 50,00.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Fotografia com intervenção da pesquisadora, dificultando a identificação dos adolescentes.

¹⁶⁵ SCHUSTER, Ana Sofia. Trabalho infantil reacende polêmica. *Jornal da Manhã*, nº 3.450, 7 de julho de 1997, p 3.

A justificativa alegada para o diferencial do valor do salário é que mulheres, crianças e adolescentes carregavam menos peso nos carrinhos do que os homens.

No dia seguinte, o *Jornal da Manhã* publicou outra peça, intitulada: “Fornos de olarias substituem as escolas”¹⁶⁶ - que apresentava a história de Jorge, de 12 anos de idade. Ele morava com sua família: pai, mãe e mais dois irmãos mais novos, em uma casa cedida pela olaria na qual o pai trabalhava. Embora, inicialmente, se afirmasse que Jorge apenas ajudava o pai, no decorrer da conversa percebeu-se que o menino fazia parte do grupo das 70 crianças que trabalhavam nas olarias da região.

No último ano da década entrou em pauta outra preocupação referente à exploração do trabalho infanto-juvenil: o trabalho na agricultura. Em maio de 1999, a peça “entidades querem coibir o trabalho infantil na lavoura” afirmava que, apesar de não se saber o número de crianças e adolescentes que trabalhavam na agricultura, o problema não era incomum na região, principalmente no plantio de fumo.¹⁶⁷

O *Jornal Tribuna Criciumense* publicou, dia 26 de julho de 1999, um especial de duas páginas sobre a temática da exploração do trabalho infanto-juvenil. A peça associou a necessidade financeira ao ingresso prematuro destas crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Apresentava, além das olarias e da agricultura, outra categoria que abrangia o trabalho infanto-juvenil: os *subempregos*. Catadores de material reciclável, meninos cuidadores de carros, ajudantes de construtora civil, realizavam atividades que o jornal definia como subempregos. Apontava, ainda, uma pequena redução da mão-de-obra infanto-juvenil, fato associado à intensa fiscalização do Ministério do Trabalho.¹⁶⁸

Segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, a partir de 1999 passou a vigorar, alterada pela emenda constitucional nº 20, em dezembro de 1998, uma nova idade mínima para o trabalho. Esta determinava a proibição de qualquer trabalho para indivíduos com idade inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz, com idade superior a 14 anos. (2004, p. 14). Por isto, o ano de 1999 foi marcado pela divulgação do Programa de

¹⁶⁶ Idem. *Ibidem*.

¹⁶⁷ Entidades querem coibir trabalho infantil na lavoura. *Jornal da Manhã*, nº 4.021, 11 de maio de 1999, p. 8.

¹⁶⁸ RODRIGUES, Tatiana. Necessidade antecipa o ingresso no mercado de trabalho. *Tribuna Criciumense*, nº 2.666, 26 de julho de 1999, p. 6 e 7.

Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - Peti. Este aconteceria, inicialmente, nos municípios de Içara, Morro da Fumaça, Sangão e Treze de Maio. O Peti consistiria em fornecer uma bolsa de R\$ 25,00 para cada criança que frequentasse o programa e a escola.¹⁶⁹

Nas matérias relativas ao trabalho, em nenhum momento a expressão *menor* foi utilizada. Certamente haviam sido redigidas tendo por norte os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. Outro fator que não pode deixar de ser citado é que as crianças e adolescentes, no labor da agricultura e das olarias, repetiam a história dos seus pais. O trabalho chegava cedo, a escola ficava pra trás...

3.5 - CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RISCO: ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL

Era um pouco mais de uma hora da manhã. Os quatro homens, a poucos metros do local onde trabalhavam, foram abordados por Maria Helena e Regina. As meninas ofereceram um “programa” que incluía sexo oral. Os homens ficaram surpresos e comunicaram à polícia. As meninas, ao perceberem a denúncia, evadiram-se. Regina e Maria Helena eram irmãs. As meninas tinham aproximadamente 14 e sete anos. Elas já eram conhecidas pela polícia e tinham um “ponto fixo” na Avenida Centenário.¹⁷⁰

Na década de 1990, as páginas dos jornais mostravam a história de algumas meninas e adolescentes que tinham vida semelhante à de Maria Helena e Regina. Antes deste período, algumas reportagens já haviam abordado a temática da exploração sexual infanto-juvenil, mas poucas de maneira direta. Grande parte das reportagens apenas citava a prostituição entre os delitos e as práticas cometidas pelos chamados *menores*.

A primeira peça que versava sobre o tema, de maneira direta, é de 24 de janeiro de 1992, apresentada com o título “pai obriga filha a prostituir-se”. Embora o título apenas fizesse referência a uma filha, no decorrer a notícia fornecia a informação de que o desempregado *aliciava* duas filhas e duas sobrinhas. O pai das meninas, desempregado, as levava a pontos estratégicos, locais que facilitassem a visualização dos corpos das adolescentes. Após a denúncia, o pai recebeu voz de prisão.

¹⁶⁹ Projeto quer tirar crianças da lavoura. *Jornal da Manhã*, nº 4.066, 3 e 4 de julho de 1999, p. 5.

¹⁷⁰ Um problema sem solução. *Tribuna Criciumense*, nº 2.446, 8 de novembro de 1996, p. 13.

Esta foi feita por um cidadão que, inconformado com a cena, ligou para o Primeiro Distrito Policial.¹⁷¹

Anterior a esta data, não havia exploração sexual? A resposta é: sim, isso já acontecia. Na década de 1970, somente uma peça noticiou o envolvimento das chamadas *menores* com a prostituição. Todavia, se isso já acontecia, por que os jornais lhe davam tão pouca ênfase? Podemos responder essa pergunta de duas maneiras, mas que acabam por se entrelaçar. A primeira resposta pode ser associada a que esses fatos não eram considerados um problema social. E a segunda, em função do que previa o Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com o artigo 5º da referida lei, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.¹⁷² A partir deste novo contexto, a exploração sexual de crianças e adolescentes passou a ser vista como um problema social.

Violência sexual é um termo amplo. Ao relacionar o termo com as práticas sofridas pelo público infanto-juvenil, podem-se apontar as possíveis ramificações: pornografia, tráfico para fins sexuais e exploração sexual infanto-juvenil, incesto, estupro e abuso sexual. Essas formas de violência podem ser categorizadas em dois grupos distintos: a violência sexual comercial e a não-comercial. O primeiro grupo está vinculado a fins lucrativos; já o segundo grupo é formado por violências sexuais que não visam a lucro, sendo denominados apenas abuso sexual. Foram encontradas 47 peças que tratavam da violência sexual; destas, nove versavam sobre exploração sexual infanto-juvenil e 38 sobre abuso sexual.

Na década de 1990, foram encontradas nove peças que abordavam a temática da exploração sexual infanto-juvenil. Três dessas peças são de 1992, e o restante, pós-1993, concentradas principalmente pós-1995. Isto pode ser associado à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da prostituição infanto-juvenil, de 1993. Com sua instauração, além da divulgação nacional, eclodiram ricas discussões sobre o assunto, dentre elas a substituição da expressão prostituição infantil para exploração sexual infanto-juvenil.

Thalita, uma menina que aos dez anos idade foi notícia no *Jornal da Manhã* do dia 12 de junho de 1992, pois vinha sendo obrigada por sua mãe a manter relações sexuais. Em menos de seis meses, havia

¹⁷¹ Pai obriga filha prostituir-se. *Jornal da Manhã*, nº 1749, 24 de janeiro de 1992, p 10.

¹⁷² BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Título I. Artigo 3.

sido abusada por 18 homens diferentes. Soraia, a mãe, cobrava 50 mil cruzeiros e acompanhava a menina durante a relação sexual. A situação foi descoberta por uma denúncia anônima. A mãe e uma tia da menina foram presas em flagrante, assim como o homem que estava com Thalita naquele momento.¹⁷³

As peças que noticiavam este caso e o das quatro meninas são anteriores à criação da CPI. As expressões utilizadas ao referir-se à exploração sexual à qual as meninas eram submetidas, foram, nas peças: *favorecimento e indução à prostituição*. Pode-se perceber um extremo cuidado com a não-divulgação dos nomes das crianças e adolescentes, assim como também a não-utilização de fotografias delas.

A história das meninas Maria Helena e Regina foi divulgada com o título “Até agora um problema sem solução”.¹⁷⁴ Nela se sugeriu uma nova ferramenta: a utilização de vozes especializadas, ou, como diria Foucault (2009), detentoras do poder-saber. Especialistas da área ou pessoas que trabalhavam no atendimento a este segmento eram convidadas a falar. A peça em questão apresentou a fala de uma conselheira tutelar, que abordou a questão da reintegração social e familiar dessas meninas:

Fazendo uma análise mais profunda dessa questão, a conselheira Ana Emilia Koche Nunes Cruz, observa que se torna muito difícil a reintegração social dessas menores, por que geralmente são oriundas de famílias desestruturadas. Muitas delas foram estupradas pelos padrastos ou pelo próprio pai, e são forçadas a se prostituírem para auxiliar no orçamento doméstico. “Para lidar com essa situação, há necessidade de gente especializada nessa área, e o Conselho Tutelar não tem se quer, uma psicóloga. Os leigos podem colaborar, mas a solução do problema é muito mais complexa do que se possa imaginar.”¹⁷⁵

Depois da “voz” da Conselheira, o delegado Adauto de Souza, afirmou que:

A prostituição infantil é muito mais uma questão social, do que um problema da alçada da polícia.

¹⁷³ Doméstica prostitui filha. *Jornal da Manhã*, nº 1.949, 12 de junho de 1992, p. 6.

¹⁷⁴ Um problema sem solução. *Tribuna Criciumense*, nº 2.446, 8 de novembro de 1996, p. 13.

¹⁷⁵ Id. *ibid.*

Partindo dessa premissa, entende que as instituições existentes no município e que atuam nessa área devem ser melhor estruturada para atender essa demanda”.¹⁷⁶

Esta peça ganhou destaque no Jornal Tribuna Criciumense, a começar pela chamada da capa, que ocupava praticamente meia página do jornal. Em letras garrafais, o título: “Prostituição infantil: um problema sem solução”, datada de 1996. Mesmo após três anos da realização da CPI, a notícia continuava a utilizar a expressão *prostituição*. Na manifestação das conselheiras tutelares, a expressão “exploração da prostituição infanto-juvenil” continuava a ser utilizada. A matéria, de página inteira, apresentava duas fotografias. Selecionou-se esta fotografia:

Figura15: Prostituição infantil: um problema sem solução



Fonte: Jornal Tribuna Criciumense, 8 de novembro de 1996.

A fotografia da capa, assim como as outras duas, foram dotadas de pequenos cuidados para evitar possíveis identificações. Foram utilizadas duas técnicas diferentes: a fotografia de costas e as tarja preta nos olhos. O mesmo cuidado se estendeu também à não-divulgação dos nomes; apenas as iniciais apareciam no decorrer do texto. A matéria, em que as adolescentes vítimas de exploração sexual eram chamadas de *menores*, terminava com a concepção de que a *prostituição infantil* era um problema social, como afirmou, no fragmento acima transcrito, o delegado Adauto de Souza.

Doze dias após esta publicação no jornal Tribuna Criciumense, o Jornal da Manhã, dia 20 de novembro de 1996, noticiava: “DM

¹⁷⁶ Id. *ibid.*

registra aumento nos casos de prostituição e infração de menores”. Assim como a publicação no jornal Tribuna Criciumense, a peça falava sobre o *problema da prostituição infantil* e do quão difícil seria encontrar uma solução para o considerado problema.

Segundo o delegado Adauto de Souza, “*blitzen*” haviam sido feitas durante o mês de outubro, sendo as adolescentes enviadas de volta à família ou encaminhadas ao Lar das Meninas. Esta instituição, coordenada por Shirlei Guimarães, era responsável pelo atendimento de meninas com *problemas familiares* e de *prostituição*. As opiniões, do delegado e da coordenadora da instituição, eram unânimes ao afirmar que o problema estava longe do fim e atribuíam isso ao fato de que, mesmo depois de instaladas no Lar das Meninas, elas fugiam e retornavam às ruas da cidade.¹⁷⁷

A última peça sobre o tema datava de março de 1998, no Jornal da Manhã, e se apresentava sob o polêmico título: “Menores vendem corpo para alimentarem o vício do crack”.¹⁷⁸ A peça, como mostra o próprio título, utilizou a expressão *menor* ao referir-se às adolescentes. Ao contrário das matérias anteriores, esta se referia a um contexto geral sobre *menores prostitutas* “que vendem o corpo por R\$ 10,00, R\$ 15,00 e depois pagam a mesma quantia por uma pedra de crack”.¹⁷⁹ A notícia apontava, ainda, a atuação de educadores sociais, responsáveis por alertar sobre o vírus da AIDS, assim como sobre a distribuição de preservativos.

Atrelada à discussão da exploração sexual infanto-juvenil, estava a questão do abuso sexual. Nas décadas anteriores, cinco peças noticiavam casos de abusos sexuais; quatro delas na década de 1980 e apenas uma na década de 1970. A década de 1990 era marcada por 38. É importante ressaltar que nos jornais a expressão violência sexual foi utilizada dependendo do contexto. Podemos dividi-las em dois grupos: As expressões estupro, moléstia e crimes sexuais foram utilizadas em situações em que o fato se havia consumado, entendendo-se por isso penetração vaginal ou anal; Enquanto as expressões abuso e assédio sexual só apareciam quando as práticas se limitavam à observação do corpo nu, ao toque e, em alguns casos, incluíam o sexo oral.

¹⁷⁷ DM registra aumento nos casos de prostituição e infrações de menores. *Jornal da Manhã*, nº3.259, 20 de novembro de 1996, p. 7.

¹⁷⁸ RODRIGUES, Tatiana. Drogas e sexo nas noites da Centenário. *Jornal da Manhã*, nº 3.674, 28 e 29 de março de 1998, p. 10.

¹⁷⁹ Id. *ibid.*

Foram 38 peças encontradas sobre a temática na década de 1990. A maioria, publicada no início da década, com maior frequência no ano de 1990. Abaixo, quadro com os números:

Quadro 2: Abuso sexual na imprensa na década 1990

	Abuso Sexual	
	Jornal da Manhã	Tribuna Criciumense
1990	13	—
1991	5	—
1992	—	—
1993	3	—
1994	2	—
1995	5	—
1996	—	—
1997	1	—
1998	7	—
1999	1	1

Fonte: Quadro elaborado contendo informações sobre as peças que abordaram a temática do abuso sexual encontradas no Jornal Tribuna Criciumense e no Jornal da Manhã na década de 1990, organizado de maneira anual.

Janeiro findava-se. Faltavam dois dias para o mês seguinte, quando Jéssica virou notícia nas páginas do Jornal da Manhã. Segundo a matéria, desde os sete anos ela escondia uma situação que muito a torturava.

Aos 15 anos, o caso veio à tona. Jéssica estava em casa na companhia da mãe, dos irmãos e um dos seus tios, quando seu padrasto chegou armado de um cassete e avançou sobre ela. Rasgou sua saia e gritava para que ela tirasse a roupa ali, na frente dele e de todos os outros. Ao perceber a desobediência da garota, empurrou-a para o quarto, onde, aos gritos, afirmava que manteria com ela relações sexuais. O tio desarmou o padrasto. Na delegacia, Jéssica afirmou que, desde os sete anos, vinha sendo *molestada*, que o padrasto chegara a lhe oferecer uma quantia em dinheiro para que o ato ficasse somente entre eles.¹⁸⁰

Assim como Jéssica, tantas outras crianças e adolescentes tiveram parte de sua história publicada nas páginas dos jornais. Pelo quadro, pode-se perceber que foram 13 peças encontradas somente no ano de 1990; destas, apenas três não responsabilizavam o pai ou o

¹⁸⁰Tentava de estupro há oito anos. *Jornal da Manhã*, nº 1.170, 27 e 28 de janeiro de 1990, p. 5.

padrasto por violência sexual. Outras duas apontavam pessoas próximas da família e apenas em um dos casos o abuso foi cometido por um estranho. Destas 13, nenhuma noticiou o nome da vítima; fez apenas uso das iniciais para evitar a identificação da infante. Porém, ao divulgar o nome dos abusadores ou da mãe que fizera a denúncia, inutilizava-se o objetivo inicial deste cuidado, que era não possibilitar a identificação da criança. Apenas numa das matérias a criança não foi identificada, divulgando-se somente o nome do abusador, que, sem vínculo com a vítima, deixava protegida sua identidade.¹⁸¹

Dentro da temática do abuso sexual, nesse primeiro ano da década de 1990 em quatro peças não há fotografias de vítimas, apenas as do abusador. Em outras duas notícias, aparecia a foto da delegada responsável.

Figura 16: Vítimas de abuso sexual



Fonte: Jornal da Manhã, 31 jan. 1990.

Figura 17: Vítimas de abuso sexual



Fonte: Jornal da Manhã, 10 nov. 1990.

A seleção destas duas fotografias se deveu ao fato de as peças terem optado pela utilização da imagem das adolescentes vítimas. Pode-se perceber que o intervalo de tempo entre elas não é muito grande, e que duas edições cuidaram em preservar a identidade das adolescentes. Das duas, o cuidado tomado na última edição pareceu mais apropriado, principalmente pelo fato de a legenda reforçava que a vítima estava de costas.

Em 1991, foram encontradas cinco peças que abordavam o assunto. Destas, duas noticiavam o desenrolar de um mesmo caso: o caso de Ligeirinho, pai de duas crianças, Laís e Laila, com seis e sete anos. Os três viraram notícia em abril de 1991, nas páginas do Jornal da

¹⁸¹ Pedreiro tenta estuprar menina de cinco anos. *Jornal da Manhã*, nº 1.364, 20 de setembro de 1990, p. 11.

Manhã. Ligeirinho havia forçado suas duas filhas a *contatos íntimos e masturbação*. As crianças, assustadas com toda a situação, narraram o fato à mãe, que denunciou o companheiro. Laís e Laila foram enviadas para exame de corpo de delito, mas não apresentaram rompimento himenal. Não se havendo consumado o fato, Ligeirinho foi preso por atentado violento ao pudor.¹⁸² O ano de 1991 foi marcado por abusos realizados por estranhos, com exceção do caso citado. Apenas duas peças apresentavam fotografias, mas dos abusadores.

Em 1994, há duas peças que abordam a temática. Uma destas apresentava a história de Jeferson, 11 anos, morador de uma cidade vizinha. O adolescente vinha com frequência a Criciúma. Era final de fevereiro. Como nos outros dias em que vinha à cidade, o garoto entrou em um bar e pediu um prato de comida. O garçom lhe deu o prato e ofereceu-lhe um refrigerante. Após terminar de alimentar-se, o garçom solicitou que Jeferson fosse até o banheiro, localizado nos fundos. Jeferson dirigiu-se até lá e o garçom entrou logo atrás, obrigando-o a tirar a roupa. Jeferson foi encaminhado ao hospital, onde permaneceu por três dias. Foi constatada esfoliação no dorso nasal, na orelha esquerda e na região anal. No início de março, quatro garçons do estabelecimento foram levados à delegacia para que Jeferson fizesse o reconhecimento. Realizada a identificação, deu-se entrada no processo que acusava o abusador de atentado violento ao pudor.¹⁸³

É necessário aqui discorrer sobre a questão das relações de gênero. Assim como as meninas que foram noticiadas nas peças anteriores, Jeferson também havia sido estuprado, porém, de acordo com o artigo 213, do Código Penal de 1940, era considerado estupro somente se o ato sexual, mediante violência, tivesse sido praticado contra pessoa do sexo feminino. O caso de Jeferson se encaixaria no artigo 214, que caracterizava o atentado violento ao pudor, que consistia na prática de constranger alguém mediante violência ao ato sexual.¹⁸⁴ É preciso destacar que o Código Penal sofreu alteração em 2009, e nesta, o artigo 213 passava a se aplicar a pessoas de ambos os sexos.¹⁸⁵

Cinco peças que tratavam da temática foram encontradas em 1995. Dessas, apenas uma apresentava fotografia, e era a do acusado.

¹⁸² “Ligeirinho” é preso pela polícia por manter relações sexuais com duas filhas. *Jornal da Manhã*, nº 1521, 06 e 07 de abril de 1991, p 13.

Delegado envia para fórum o caso de “Ligeirinho”. *Jornal da Manhã*, nº 1530, 17 de abril de 1991, p 13.

¹⁸³ Menor é violentado por garçom. *Jornal da Manhã*, nº 2459, 09 de março de 1994, p 5.

¹⁸⁴ Código Penal 1940.

¹⁸⁵ Alteração Código Penal, Lei nº 12.015, 2009.

Foi uma das peças em que utilizaram pela primeira vez o termo abuso sexual, publicada em agosto, com o título “pai é preso por ter abusado sexualmente da própria filha”. Nesta matéria, é possível entender a maneira como o jornal diferenciava as expressões *abuso sexual* e *estupro*: “Ele é acusado de abusar sexualmente de sua filha de 10 anos. O exame de corpo de delito realizado não confirmou estupro, mas a menina vinha sendo molestada por seu pai há vários meses”.¹⁸⁶ Nas páginas dos jornais, portanto, a diferença entre abuso sexual e estupro consistia em penetração ou não.

Os três últimos anos da década de 1990 somavam dez peças, mas uma única publicou a foto (Fig. 18), a de Madalena, de treze anos.

Figura 18: Menina vítima de abuso



Fonte: Jornal da Manhã, 31 de março de 1999. Fotografia: Lucídio Macarini.

De costas, Madalena foi fotografada para compor a notícia: “promotor arquiva processo que acusa integrante da (igreja) Universal”. Na peça, o promotor público afirmava haver arquivado o processo que acusava o obreiro da Igreja Universal por estupro, pois não se verificara crime, nem violência. “A menina era de menor, mas já tinha ciência do que estava acontecendo e não foi forçada a nada”.¹⁸⁷

O caso teve um arquivamento duvidoso, pois Madalena tinha idade inferior a 14 anos, o que deveria caracterizar crime de estupro.

¹⁸⁶ Pai é preso por abusar sexualmente da própria filha. *Jornal da Manhã*, nº 2.892, 18 de agosto de 1995, p. 8.

¹⁸⁷ Promotor arquiva processo que acusa integrante da universal. *Jornal da Manhã*, nº 3986, 31 de março de 1999, p 23.

Retorna-se aos dados do quadro 2 apresentado. No início da década de 1990, o número de notícias é maior que no final da mesma década, tendo seu ápice no ano de 1990. Inicialmente, chegou-se a cogitar na possibilidade de que o índice de violências praticadas contra crianças e adolescente houvesse diminuído em Criciúma e região. Porém, a matéria “Vítimas da própria família”¹⁸⁸, publicada no Jornal Tribuna Criciumense, afirmava que a Delegacia da Mulher registrava, em média, dois casos por mês em 1999. Como muitos dos casos aconteciam entre as quatro paredes do lar da criança e do/da adolescente, não havia denúncia. Para alertar a comunidade, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) promoveu uma mobilização com palestras e panfletagens naquele ano. Esta ação, que aconteceu na Praça Nereu Ramos, tinha o intuito de alertar, conscientizar e incentivar a sociedade para que se denunciasse qualquer ato suspeito, tendo em vista que as crianças e os/as adolescentes vítimas desse tipo de abuso em geral não o faziam.¹⁸⁹

Outros pontos devem ser mencionados em relação às notícias a respeito do abuso sexual. As peças dividiam-se em utilizar a expressão *menor* ou *filha*. Alguns ainda usavam as expressões: *adolescente* ou *menina*. As matérias jornalísticas utilizavam, na construção dos textos, as informações dos boletins de ocorrência e recorriam, com frequência, a termos médicos e à legislação.

Com exceção de uma peça, todas as demais foram publicadas no Jornal da Manhã. Fica então a pergunta: produzia o Jornal da Manhã um jornalismo de denúncia ou um jornalismo de cunho sensacionalista? A quantidade de matérias remete a pensar que o abuso sexual tenderia, nas páginas desse jornal, a ser tratado muito mais como “espetáculo” do que como problema social. Afinal, precisava de vendagem para sobreviver. No entanto, pode-se contrapor que, quanto maior o número de casos publicados, maior seria a conscientização das pessoas de que era preciso denunciar ações impróprias ou abusivas, com os infantes como vítimas.

3.6 - EDUCAR OU PUNIR? CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA

Letícia tinha apenas nove anos quando teve sua foto estampada na capa do Jornal da Manhã. A menina, com um sorriso

¹⁸⁸ Vítimas da própria família. *Tribuna Criciumense*, nº 2705, 27 de setembro de 1999, p 4.

¹⁸⁹ Id. Ibid.

tímido, não aparecia nas páginas de variedades ou na coluna social. Tinha parte de sua história narrada nas páginas policiais do dia 12 de abril de 1990. Dona de belos olhos claros, ofuscados pelo inchaço e pelos hematomas, havia sido vítima de agressão física. Encontrava-se sob a guarda de Luiza e Otávio fazia oito meses. Sua rotina consistia em acordar às seis horas da manhã, realizar todas as tarefas domésticas, e somente depois disso ir à escola. A reportagem não faz menção à família biológica, nem mesmo aos motivos que a levaram a uma família substituta.¹⁹⁰

Os espancamentos, na versão da menina, eram constantes e por motivos variados. O fato foi comprovado por depoimentos de vizinhos e vizinhas. Algumas vezes apanhava por não conseguir terminar a limpeza da casa antes de ir à escola; em outras, por fazer xixi na roupa e, em algumas situações, era agredida por Luiza, que descontava nela a raiva que sentia após as brigas com Otávio. As agressões iam de tapas, chutes, safanões, beliscões, empurrões contra a parede, até tentativas de estrangulamento, queimaduras de cigarro nos braços e pernas. A situação só foi descoberta após a menina ter sido encaminhada ao Hospital Santa Catarina por conta das agressões. Luiza e Otávio foram chamados para prestar depoimentos. Luiza negou tudo, enquanto Otávio afirmou nunca ter presenciado tais cenas entre Letícia e Luiza. Ao serem indagados sobre os hematomas da menina, afirmaram não saber de sua procedência. Foi aberto inquérito contra o casal, enquanto Letícia ficava na expectativa de uma nova família que se responsabilizaria por sua guarda.¹⁹¹

A história acima narrada se baseou em duas peças jornalísticas. Nas duas, foi veiculado o retrato da menina. Estas não foram as únicas vezes que sua foto apareceu nas páginas do jornal (Fig. 19).

A foto de Letícia¹⁹² apareceu no Jornal da Manhã cinco vezes sem nenhuma tarja preta, ou outra técnica que lhe preservasse a identidade. As primeiras, foram em matérias que noticiavam a agressão sofrida. Uma das fotos aparecia na matéria e outra na capa. Também apareceu em capa e na matéria intitulada “Cresce violência à mulher e ao menor,”¹⁹³ publicada em outubro do mesmo ano. A expressão

¹⁹⁰ Detida mãe torturadora. *Jornal da Manhã*, n° 1.231, 12 de abril de 1990, p. 7.

¹⁹¹ AGNE, Carlos. Menor incrimina tutora. *Jornal da Manhã*, n° 1.235, 18 de abril de 1990, p. 12.

¹⁹² Fotografia com intervenção da pesquisadora, dificultando a identificação da criança.

¹⁹³ Cresce violência contra mulher e ao menor. *Jornal da Manhã*, n° 1.380, 10 de outubro de 1990, p. 10 e 11.

utilizada em seu caso foi *violência e maus tratos*, enquanto a menina era chamada de *menor*.

Figura 19: Agressões contra menina



Fonte: Jornal da Manhã, 18 de abril de 1990. Fotografia: Rafael Neves

Catarina trabalhava como operadora de máquinas, no período das 13h30 às 22h00. Neste espaço de tempo, Paulo, seu companheiro, era responsável pelos cuidados das crianças: Jeferson, cinco anos, e Gislaine, um ano. Uma noite, ao chegar do trabalho, Catarina encontrou Jeferson febril e gemendo de dor.

Ao verificar as condições do menino, percebeu um ‘galo’ em sua testa e a mão direita inchada e roxa. No caminho do hospital, indagou que havia acontecido. Jeferson disse à mãe que tinha caído do sofá. No hospital foi medicado. Para sua mão foi providenciada uma tala, pois havia fraturado três dedos. No dia seguinte, Catarina comentou com o companheiro sobre o estado de Jeferson. Paulo confessou ter agredido o filho e que havia utilizado um pedaço de madeira para sua realização, porém não achava que tivesse agredido com tanta intensidade. Como o caso foi considerado de grande gravidade, as autoridades tentaram destituir o *pátrio poder*, pois o pai era violento e a mãe, conivente com a agressão. Em seu depoimento, na Delegacia de Proteção à Mulher, Paulo afirmou:

No dia do fato tinha participado de uma festa com alguns amigos e que havia ingerido muitas cervejas, e na saída, a cada bar que passava tomava umas cachacinhas, quando ficou meio zozno. Por volta das 19h chegou em casa e

deparou com seus filhos, a menina, de um ano e Jeferson, de cinco anos brincando na sala, onde espalharam arroz, feijão, açúcar e café. Como já estava “a mil por hora” armou-se de um pedaço de vara e passou a agredir o menor, comentando que ele era o homem da casa e não podia fazer aquela sujeira toda.¹⁹⁴

No final de julho, foi efetuada a prisão preventiva de Paulo, que aguardaria o julgamento detido. A reportagem, construída com base no boletim de ocorrência, utilizou o depoimento da mãe da criança: “Quando seu filho tinha apenas oito meses de idade, teve a clavícula fraturada por um golpe dado pelo pai. Em outra ocasião, numa surra com um pedaço de madeira, Paulo quase provocou a surdez em Jeferson, que sofreu rompimento do tímpano.”¹⁹⁵

Embora as matérias sejam publicações anteriores à instituição do Estatuto, a discussão sobre os direitos das crianças e adolescentes, principalmente as relativas à proteção integral, já vinha sendo discutida desde a década de 1980. Estas discussões lançaram luz sobre a violência infantil e suas variadas formas: física, moral, psicológica e sexual, negligência. O que anteriormente se considerava um problema restrito ao âmbito familiar passou a ser considerado, com maior ênfase, como problema público e social.

Assim como as peças anteriores, a fotografia de Jeferson também foi publicada junto com a notícia (Fig. 20)

Figura 20: Menino agredido pelo pai



Fonte: Jornal da Manhã, 23/5/1990. Fotografia: Ulisses Job.

¹⁹⁴ Mais um pai agride o filho. *Jornal da Manhã*, n° 1.263, 23 de maio de 1990, p. 7.

¹⁹⁵ Preso homem que tortura filho. *Jornal da Manhã*, n° 1.324, 2 e 3 de agosto de 1990, p. 12.

Segundo Assis e Deslandes (2006), violência física se associa à ideia do poder de uma pessoa sobre a outra em uma relação socialmente construída, no caso da violência intrafamiliar - pais/mães e/ou padrasto/ madrasta sobre os/as filhos/as.

Deve-se considerar que no Brasil a violência física foi, durante muito tempo, socialmente aceita como método de disciplina e educação. Este fato pode ser associado ao número de peças encontradas, pequeno se comparado – tomando como referência a década de 1990 - às matérias dedicadas a outras temas. Só ganhou espaço nas páginas dos jornais quando as marcas e os danos causados no corpo da criança ou do/a adolescente eram de considerável gravidade. Nos três casos aqui comentados, a violência chegou a extremos, tanto que Letícia e Jeferson precisaram ser hospitalizados, fator que deu origem à denúncia.

Jeferson foi espancado por seu pai; Letícia, pela mãe adotiva. Os agressores eram responsáveis pelas crianças e, em suas falas, alegavam que era preciso educar. O pai de Jeferson confirmou o espancamento, afirmando: “tapinha não resolve nada, eu tinha que deixar marcas para ele aprender”.¹⁹⁶ Assim como a utilização como uma maneira de educar, outro fato merece atenção: a questão da convivência da família com o agressor. A mãe de Jeferson afirmou em seu depoimento que sabia dos fatos, relatando, inclusive, serem constantes as agressões.

Situação contrária teria acontecido no caso de Letícia. A mãe garantiu nunca ter agredido a menina; Já o pai afirmou que nunca havia presenciado a nenhuma cena de agressão. E ambos não sabiam explicar os hematomas e marcas de cigarro espalhadas pelo corpo da menina.

Ainda em 1990, no último mês do ano, uma nova peça tratava da violência física. Uma denúncia anônima, através de um telefonema, fez com que a polícia chegasse a Olivia, 14 anos, que confirmou as agressões por parte do pai, e revelou que, na agressão mais recente, ele fizera uso de uma faca. A menina foi encaminhada ao promotor de justiça. Para a delegada Lucinei Dias, as denúncias aconteciam, pois “a divulgação do Estatuto estava colaborando”.¹⁹⁷

Em 1994, o *Jornal da Manhã* noticiava o caso de Vitor. O menino tinha um ano e meio quando sofreu uma agressão por parte da mãe. Ele chorava muito quando a mãe foi até a cozinha, pegou uma faca

¹⁹⁶ Mais um pai agride o filho. *Jornal da Manhã*, nº 1.263, 23 de maio de 1990, p. 7.

¹⁹⁷ Menor de 14 anos é agredida pelo pai. *Jornal da Manhã*, nº1.429, 8 e 9 de dezembro de 1991, p. 12.

e amputou o pênis do filho. O fato aconteceu em Orleans, cidade onde a família residia. A mãe foi encaminhada ao Presídio Santa Augusta; o filho, ao hospital Joana de Gusmão, em Florianópolis. A mãe afirmou que “a criança estava chorando muito e ela fez o que fez”.¹⁹⁸ Ao contrário das peças anteriores, esta não divulgou a fotografia da criança, mas divulgou a foto da agressora.

A última peça sobre a questão foi publicada em agosto de 1998. Era a história de Sofia, dois meses, que chegava ao hospital carregada nos braços da mãe. Ao dar entrada no hospital, a menina já não mais respirava. A mãe afirmou que a menina havia passado mal em decorrência de uma vacina tomada no dia anterior. No exame médico, ficou constatado que a morte da pequena Sofia era resultado de um espancamento. A mãe continuou com a versão da vacina; o laudo da necropsia confirmava a versão do médico.

A mãe de Sofia, Ana Clara, tinha 16 anos e era casada com Donato, agricultor, 28 anos. Ana Clara, em seu depoimento ao delegado, afirmou que Donato não era pai de Sofia e que espancava a menina constantemente. “Ele jogou a menina para cima, fazendo com que batesse a cabeça no teto”¹⁹⁹, mas as agressões não paravam por aí. Socos, banhos de água gelada, quanto maior o choro mais as agressões tomavam intensidade. A menina apresentava traumatismo craniano, hemorragia intracraniana e nasal e muitos hematomas pelo corpo.

Esta peça apresentou um novo elemento. O uso de uma imagem na qual não apareciam a criança-vítima ou agressor, mas ao mesmo tempo remetia ao fato narrado, com a situação vivida.

Tais peças, e, respectivas fotografias, deveriam ter seguido o artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que afirma:

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais²⁰⁰.

¹⁹⁸ Mãe que castrou o filho está no presídio. *Jornal da Manhã*, nº2.541, 17 de junho de 1994, p. 7.

¹⁹⁹ CANDIDO, Rogério. Criança sofre espancamento e morre. *Jornal da Manhã*, nº3.794, 15 e 16 de agosto de 1998, p. 22.

²⁰⁰ Artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Figura 21: Criança sofre espancamento



Fonte: Jornal da Manhã, 15 e 16 de agosto de 1998.

Em primeiro momento, a única peça que estaria seguindo os princípios do Estatuto seria a que noticia o caso de Sofia (Fig. 22). Outro fato pode ser considerado na publicação da história de Sofia. Esta foi a única peça que não utilizou o termo *menor*. As outras utilizavam a expressão *menor e filha/o*. Todas as histórias têm um ponto em comum: a dramaticidade da narração, o que pode ser entendido como uma maneira de sensibilizar o/a leitor/a a fazer com que o assunto promovesse o debate social.

Tal reação aconteceu nos casos de Letícia e Jeferson. A repercussão dos casos foi comentada nas ruas de Criciúma, segundo o Jornal da Manhã, assim como se provocaram inúmeras ligações sobre a possibilidade de adotar a ambos. O jornal cumpria sua missão de, além de informar, denunciar.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Historiador é, antes de mais nada, olhar: não isolado ou irônico, mas o olhar vivo de quem, por sua presença ou intervenção, advém a visibilidade.

François Hartog

Retorno ao caso da pequena Carolina, a menina das ruas da cidade de Criciúma. Sua história, narrada na introdução deste trabalho, como lá mesmo se afirmou, é fictícia. Talvez ao fazer com que Carolina cruzasse a pontezinha da Praça do Congresso, ou sentasse em um dos bancos da Praça Nereu Ramos e de lá ficasse a observar as gigantes bolas luminosas, tivesse eu emprestado a ela minhas memórias da cidade, as lembranças de minha infância que, assim como boa parte dos personagens desta narrativa histórica, também vêm de meados da década de 1980 e 1990, em minha cidade. O período da infância de Carolina e a minha decorreram no mesmo contexto temporal e territorial. Seria possível afirmar que tenhamos tido as mesmas experiências?

É provável que ela e eu tenhamos partilhado algo em comum, algo além de morar na mesma cidade e ter idade semelhante. Talvez o mesmo encantamento pela pontezinha da Praça do Congresso, pelas luminárias da Praça Nereu Ramos ou pelo quiosque de doces da rodoviária. Mas é provável que nossas semelhanças comuns terminem por aí. Crianças vivem de maneiras diferentes, não só por habitar diferentes contextos geográficos. As diferenças são afetadas por categorias de classe, gênero, geração, raça/etnia, entre tantas outras peculiaridades em relação ao cotidiano de cada criança, o que permite afirmar que as infâncias são plurais, aqui ou acolá.

Neste trabalho, propus-me entender como as experiências das crianças e adolescentes, em sua maioria pobres, foram noticiadas pela mídia impressa de minha cidade. Como os diversos discursos - o judiciário, o médico, o do senso comum - foram absorvidos pelos dois jornais: o Jornal Tribuna Criciumense e o Jornal da Manhã. Seria essa uma infância perigosa ou uma infância em perigo?

No decorrer destas três décadas, notei rupturas e continuidades na maneira como os jornais noticiavam questões relativas à infância e à adolescência. Encontrei temas diversos; às vezes, como matéria periférica; em outras, como página principal. As crianças e adolescentes, porém, estavam lá o tempo todo.

Como é comum no ofício da pesquisa histórica, encontrei nas fontes algo que, num primeiro olhar, divergia um pouco de minha ideia inicial. A hipótese inicial era de que seria possível percorrer, pelas páginas dos jornais, um trajeto que levaria de uma extremidade, na década de 1970, caracterizada por uma infância perigosa, ao extremo oposto na década de 1990, assinalada como infância em perigo. Bastaria, então, partir do início do trajeto - infância perigosa -, trilhar por este caminho retilíneo e chegar ao ponto de chegada - uma infância em perigo. Porém, havia uma pedra no meio do caminho: a hipótese de que o discurso midiático, com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mudaria de maneira drástica. Isto, porém, não foi alcançado. O que também não significa que o discurso não se tenha alterado ou sofrido mudanças.

Os movimentos e os debates sobre os direitos das crianças e adolescentes respingavam sobre a imprensa local. É evidente, porém, que a ótica sobre a população infanto-juvenil não pode ser interpretada de uma mesma maneira por ambos os periódicos. Percebi, igualmente, , semelhanças e diferenças, ora mais evidentes, ora mais contidas, de acordo com cada jornal e cada período.

No cenário dos anos 1970, quando o País era governado pelo Regime Civil-Militar, só o jornal *Tribuna Criciumense* era publicado. Nesse período, em relação ao público infanto-juvenil, ainda estava em vigor o primeiro Código de Menores, que, além de uma maneira de regularizar o trabalho realizado por crianças e adolescentes, havia sido articulado com o intuito de normalizar uma infância “fora da norma”. Foi por este ideal de normalização que se firmaram as noções de *menor abandonado* e de *menor delinquente*, às quais depois se somaram as de *menor trabalhador*, na figura do menor engraxate, os personagens principais das páginas do *Tribuna Criciumense* no período em questão.

Neste contexto, o discurso referente à *marginalização do menor*, divulgado pela Funabem, se refletia no discurso midiático do *Tribuna Criciumense*. Era fácil perceber, nas peças, a presença de um ciclo marginalizante: *menor abandonado*, *menor pedinte*, *menor delinquente*. Esta preocupação, que se destinava ao *menor abandonado*, deveria, segundo o jornal, ter seu ciclo interrompido. Já o discurso relativo ao *menor delinquente* se pautava na necessidade de um local em que ele passaria por um processo de reintegração social. Em ambos os casos, era necessário tirá-los das ruas. Ou, quem sabe, reformulando a pergunta, não seria deixar a rua livre deles?

O contexto da década de 1980 foi marcado por inúmeros movimentos sociais. Dentre estes, destaco os movimentos em prol do

público infanto-juvenil. A década, assim, foi marcada por forte reivindicação de uma nova ótica sobre crianças e adolescentes. Era necessário que passassem a ter direito à cidadania. No final da década, com a Constituição Federal de 1988, ao menos legalmente, foram reconhecidos como sujeitos de direito.

Embora o País estivesse passando por um período de muitas mudanças, o Tribuna Criciumense continuava com a mesma preocupação da década anterior: a má impressão que os *menores* causavam à imagem da cidade. A demanda por *criança engraxate* não foi deixada de lado, mas a ela se somou outra, a do *menor pedinte*. Todas elas, independente de como se designassem, eram crianças que necessitavam de disciplina, normatização, para que no futuro não se tornassem, como apontam as peças, *marginais*.

Por outro lado, além de publicar um dos primeiros casos de violência contra uma criança, caso de Artur, o Tribuna Criciumense mostrou uma preocupação com os menores abrigados e a busca por doações. Da mesma maneira, pude perceber uma leve inquietação em relação aos *menores com problemas de conduta* quando o jornal reivindicava um local para que fossem internados, com a intenção de que pudessem ser reintegrados à sociedade, proposta completamente diferente de os enviar, sem mais, ao presídio da cidade. Os reflexos do contexto da década de 1980 podem ser sentidos, de maneira bem tímida, nas páginas desse jornal, mas isso não lhe diminui a ambiguidade; continua inseguro quanto a classificar a criança e o adolescente entre ser perigo e estar em perigo. Não era diferente com as instituições, divididas entre o velho dilema de ou tirar estas crianças e adolescentes das ruas ou livrar deles a rua.

Em meio a este redemoinho de acontecimentos, nascia, em 1983, o Jornal da Manhã. Comparado ao Tribuna Criciumense, vinha claramente com outro foco, concretamente visível, em suas matérias, nas quais apresentava o *menino de rua*, e em sua campanha de Natal pelo *menor carente*. Parecia ter maior preocupação com a criança. Este fato também pode ser percebido, mesmo que de maneira muito mais discreta, quando trata dos problemas do adolescente com o ato de prática infracional. Exemplo disso foi a peça “os meninos dessas ruas”. Ao mesmo tempo em que apresentava crianças e adolescentes como *tomadores do alheio*, a notícia concluía com os sentimentos, desejos e a consciência de que para eles só era permitido olhar. Esta maneira pode ser interpretada como talvez a mais eficaz para levar a sociedade a assumir sua parcela de culpa. Porém, é preciso ressaltar que, em sua maioria, a questão ligada aos *menores com problema de conduta* não era

retratada desta maneira. O que aparece no jornal é *delinquência infantil*, categoria em que eram enquadrados os adolescentes autores de prática infracional, o que não é sinônimo de problema social.

Por fim, os casos de violência física e sexual, considerados sob nova ótica, foram, em sua maioria, publicados no Jornal da Manhã. Suas páginas revelam neste período, embora não tão explicitamente, uma divisão em dois blocos: *crianças*, de um lado, e *adolescentes infratores*, de outro. Pode-se afirmar, por tal divisão, que às crianças e aos adolescentes também se atribuía um caráter dual nas páginas do Jornal da Manhã, ambiguidade centrada entre ser *menor e criança*.

Nos anos 1990, aumentaram as notícias sobre as temáticas associadas ao público infanto-juvenil. A explicação mais lúcida a respeito foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, associada a uma nova ótica, a dos anos finais da década de 1980. Se, na década de 1970, só havia em Criciúma o jornal Tribuna Criciumense, na década de 1990 já se podia contar com o Jornal da Manhã e suas análises. De fato, das 288 peças encontradas, 251 foram publicadas neste jornal.

O Tribuna Criciumense continuava, na década de 1990, tentando solucionar o problema do adolescente engraxate. Parecia que sua ótica sobre o público infanto-juvenil não tinha mudado em comparação às décadas anteriores. Porém, algumas peças devem ser repensadas. A primeira versava sobre o *problema do menor infrator*; a segunda, sobre *prostituição infantil*. Ambas as temáticas haviam sido consideradas, nas matérias, como problemas sociais. Entretanto, o emprego do termo *menor* pode eventualmente indicar uma mudança de ótica do jornal em relação às *crianças pobres da cidade*.

Já o Jornal da Manhã, com a peça o “sonho de quem é abandonado”, retirava o peso da menoridade dos ombros das *crianças e adolescentes pobres da cidade*. Estes ganhavam pela primeira vez o direito de contar seus sonhos, desejos, medos. Era uma nova ótica sobre as crianças pobres e/ou abandonadas que se consolidava nas páginas do novo jornal.

Há uma segunda peça a se pensar. Era a notícia que apresentava a elaboração de um projeto para crianças e adolescentes que viviam na rodoviária da cidade. O que importa é que, também pela primeira vez, se usa a expressão *situação de risco* associada aos casos de *prostituição e furto*. Esta pode ser considerada uma confirmação do novo olhar sobre o público infanto-juvenil, que aborda casos de violência física e sexual, além da exploração do trabalho infanto-juvenil. O contrário também é possível em relação ao *adolescente autor de*

prática infracional. Este era, geralmente, interpretado de maneira dual, visão muito semelhante à do Tribuna Criciumense em relação ao público infanto-juvenil na década de 1970: enorme preocupação com a imagem da cidade e com a proteção à população, muito mais do que com a dos adolescentes.

Em uma análise sincrônica, podem-se perceber nos dois jornais: discursos diferentes, temáticas diferentes, maneiras antagônicas de noticiar um mesmo fato e, por fim, diferentes óticas em relação ao público infanto-juvenil. Porém, além dessas diferenças, também há afinidades: a preferência pelo contexto local; textos quase sempre curtos, sem assinatura e sem continuidade.

Crianças e adolescentes no Tribuna Criciumense eram apresentados/as, em grande maioria do recorte temporal, com um caráter ambíguo: ao mesmo tempo estavam em perigo e eram um perigo. É possível afirmar que pouco importavam os riscos que os ameaçavam; mais que sua situação de pobreza, abandono ou delinquência, importava o risco que significavam para a rua, para a população e a imagem da cidade. Importa ressaltar que, como o sol que, escapando pela fresta da janela de um quarto, ilumina uma pequena parte de seu interior, ao final do período estudado, os reflexos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda que timidamente, começavam a despontar no jornal.

O Jornal da Manhã apresentava uma nova perspectiva ao olhar para as crianças e adolescentes pobres da cidade de Criciúma. Introduzia alterações e um novo figurino ao lidar com o público infanto-juvenil. Ao que tudo indica, principalmente na década de 1990, teria abraçado a sua causa. Mas seria este um jornalismo de causa, que assumia sua parcela de responsabilidade social, ou sua verdadeira intenção, ao abordar a temática da infância pelo valor sentimental, tinha por objetivo conquistar leitores, perseguindo, portanto, uma visão comercial? Na verdade, o Jornal da Manhã era um misto destas duas possibilidades. Ao mesmo tempo em que apresentava os problemas associados ao público infanto-juvenil, buscava seu espaço no mercado da informação, pois era preciso conquistar leitores. Não se deve, porém, menosprezar o significado social de suas publicações, assim como o debate social que provocava.

Atualmente, no Brasil, é mais pronunciada e visível uma nova ótica sobre a população infanto-juvenil, mas é inegável que muitos discursos se cruzem, se afrontem, se conflitem. Isto nos permite afirmar que continuamos vivendo em um país dual, no qual crianças e adolescentes são destinados ao trabalho precoce, apesar das políticas públicas de erradicação do trabalho infanto-juvenil. Estão assegurados

direitos à saúde, à alimentação, à educação, mas todos os dias crianças e adolescentes morrem nas filas de hospitais, passam fome e é cada vez maior o índice de abandono escolar. Continua o embate entre redução ou manutenção da inimputabilidade penal; continuam as violências - física e sexual – cometidas contra crianças e adolescentes; são constantes as denúncias contra tais práticas. Infelizmente, estes caminhos ainda precisam ser vencidos para que o abismo entre a lei e a realidade possa diminuir. Afinal, criança não é risco; é oportunidade.

REFERÊNCIAS

1 - JORNAIS

A vez dos engraxates. *Jornal Tribuna Criciumense*, n° 819, 10 de abril de 1971, p. 1.

Abadeus comemorou 35 anos de fundação. *Jornal Tribuna Criciumense*, n° 2.369, 12 de maio de 1995, p.3.

Abrigo de menores de Criciúma atende 16 crianças. *Jornal Tribuna Criciumense*, n° 1.500, 7 de julho de 1984, p. 5

Abrigo de menores pede socorro. *Jornal Tribuna Criciumense*, n° 1871, 18 de junho de 1988, 9.

AGNE, Carlos. Menor incrimina tutora. *Jornal da Manhã*, n° 1,235, 18 de abril de 1990, p. 12.

Amparo ao trabalhador menor. *Jornal Tribuna Criciumense*, n° 1.288, 15 de novembro de 1980, p.6.

Antigo prédio da HM é refúgio para menores. *Jornal da Manhã*, n° 2905, 02 e 03 de setembro de 1995, p.5.

Aposentado: abuso sexual contra menina. *Jornal da Manhã*, n° 2.199, 24 e 25 de abril de 1993, p. 7.

Astor quer manutenção de emprego a menores. *Jornal Tribuna Criciumense*, 22 de agosto de 1990,

BATANOLLI, João. O sonho de quem é abandonado. *Jornal da Manhã*, n° 1383, 13 e 14 de outubro de 1990, p. 11.

CANDIDO, Rogério. Criança sofre espancamento e morre. *Jornal da Manhã*, n°3.794, 15 e 16 de agosto de 1998, p. 22.

Casa das meninas entra em funcionamento. *Jornal da Manhã*, n° 3070, 4 e 5 de abril de 1996, p. 12.

Caso Kiko: menor é confessa e é preso. *Jornal da Manhã*, n° 2.148, 17 de fevereiro de 1993, p. 16.

Caso Kiko: menor é levado para capital. *Jornal da Manhã*, n° 2.149, 18 de fevereiro de 1993, p.4.

Caso Kiko: menor está solto. *Jornal da Manhã*, n° 2.199, 24 e 25 de abril de 1993, p. 16.

Caso Kiko: menor foragido. *Jornal da Manhã*, n° 2.162, 8 de março de 1993, p. 16.

Conselho atende 600 casos. *Jornal da Manhã*, n° 2.449, 25 de fevereiro de 1994, p 2.

Conselho dos direitos da criança e do adolescente é aprovado. *Jornal Tribuna Criciumense*, n° 2.093, 29 de dezembro de 1990, p. 3.

- Conselho tutelar de Criciúma toma posse. *Jornal da Manhã*, nº 2.082, 24 de novembro de 1992, p. 16.
- CORDES, Jango. Abr(i)(e)g(o)(a). *Jornal da Manhã*, nº 1.648, 9 de setembro de 1991, p. 4.
- Cresce violência contra mulher e ao menor. *Jornal da Manhã*, nº 1380, 10 de outubro de 1990, p. 10 e 11.
- Crianças carentes serão encaminhadas. *Jornal da Manhã*, nº 2.679, 2 de dezembro de 1994, p. 7.
- Crianças continuam sofrendo agressões. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1896, 26 de outubro de 1988, p. 1.
- Crianças voltam a pedir esmolas. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.300, 7 de fevereiro de 1981, p. 9.
- Criciúma poderá contar com asilo para menores. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 870, 18 de março de 1972, p. 12.
- Crise pode acarretar em mais demissões. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.614, 17 de agosto de 1985, p. 1.
- Delegacia do menor e da mulher completa dez anos em Criciúma. *Jornal da Manhã*, nº 3.866, 7 e 8 de novembro de 1998, p. 22.
- Delegado envia para fórum o caso de “Ligeirinho”. *Jornal da Manhã*, nº 1.530, 17 de abril de 1991, p. 13.
- Detida mãe torturadora. *Jornal da Manhã*, nº 1.231, 12 de abril de 1990, p. 7.
- Dizelda diz que menor não deve receber esmolas. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1602, 07 de agosto de 1985, p. 6.
- Dizelda: assumo problema do engraxate. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.195, 12 de novembro de 1977, p. 1.
- DM registra aumento nos casos de prostituição e infrações de menores. *Jornal da Manhã*, nº 3259, 20 de novembro de 1996, p. 7.
- Doméstica prostitui filha. *Jornal da Manhã*, nº 1.949, 12 de junho de 1992, p. 6.
- Engraxate também tem vez. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 769, 1º de maio de 1970, p. 14
- Engraxate. *Jornal Tribuna Criciumense*, 27 de outubro de 1973, p. 5.
- Engraxates sem farda. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 949, 7 de setembro de 1973, p. 9.
- Engraxates continuam a explorar no centro da cidade. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 2.220, 22 de julho de 1992, p. 1.
- Engraxates fazem miséria no centro da cidade. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 2.170, 21 de dezembro de 1991, p. 1.
- Engraxates não criarão mais problemas. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.023, 15 de fevereiro de 1975, p. 12.

- Engraxates voltam a criar problemas. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.185, 27 de agosto de 1977, p. 9.
- Engraxates voltam a perturbar na praça. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.495, 16 de junho de 1984, p. 4.
- Engraxates voltam a preocupar. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1176, 25 de junho de 1977, p. 8.
- Entidades querem coibir trabalho infantil na lavoura. *Jornal da Manhã*, nº 4.021, 11 de maio de 1999, p. 8.
- Esmoleres retornam a Criciúma. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1278,06 de setembro de 1980, p. 1.
- Espancada com cordas. *Jornal da Manhã*, nº 1.243, 27 de abril de 1990, p. 8.
- Estabelecimento para recuperar menores. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1109, 13 de março de 1976, p. 8.
- Estatuto traz impunidade diz Abenur. *Jornal da Manhã*, nº 2.002, 17 de agosto de 1992, p. 5.
- Estatuto traz impunidade. *Jornal da Manhã*, nº 2.151,20, 21 e 22 de março de 1993, p. 3.
- Estuprador trancafiado. *Jornal da Manhã*, nº 248, 28 de novembro de 1986, p. 9.
- Estupradores e abigeatário preso pela policia. *Jornal da Manhã*, 1º de setembro de 1984, p. 7.
- GOEDERT, Bruno David. Menor: a face empobrecida de Deus. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.769, 18 de abril de 1987, p. 5.
- Herói ou bandido? *Jornal da Manhã*, nº 110, 12 de outubro de 1985, p. 4.
- Juiz acolhe denuncia contra padre. *Jornal da Manhã*, nº 229, 5 de novembro de 1986, p. 9.
- Juiz ouve os torturados: vítimas de seus pais. *Jornal da Manhã*, nº 1.132, 6 de dezembro de 1989, p. 12.
- LIMAS, Janine. Instituição oferece chance aos jovens. *Jornal da Manhã*, nº3.443, 28 e 29 de junho de 1997, p. 3.
- MACHADO, Arilson. Abrigo faz trabalho de orientação e educação. *Jornal da Manhã*, nº 2858, 11 de junho de 1995, p. 6.
- Mãe que castrou o filho está no presídio. *Jornal da Manhã*, nº 2.541, 17 de junho de 1994, p. 7.
- Máfia da esmola invade Criciúma. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1484, 02 de maio de 1984, p. 1.
- MAFRA, Neuza. As condições do abrigo do menor. *Jornal da Manhã*, nº 1.652, 13 de setembro de 1991, p. 4.

Mais um pai agride o filho. *Jornal da Manhã*, nº 1.263, 23 de maio de 1990, p. 7.

Marginalização do menor. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.038, 31 de maio de 1975, p. 12.

Mendicância ainda é um grave problema no Sul. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.392, 13 de novembro de 1982, p. 10.

Mendicância atinge proporções alarmantes. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 497, 30 de janeiro e 6 de fevereiro de 1965, p. 1.

Mendigagem e prostituição de menores. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 875, 8 de abril de 1972, p. 3.

Menino aparece morto e polícia acha que foi homicídio. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.417, 11 de junho de 1983, p. 12.

Menor é violentado por garçom. *Jornal da Manhã*, nº 2.459, 9 de março de 1994, p. 5.

Menor carente: Comissão discutirá proposta de municipalização. *Jornal da Manhã*, nº 130, 25 de dezembro de 1985, p. 6.

Menor consegue escapar. *Jornal da Manhã*, nº 2.145, 13 e 14 de fevereiro de 1993, p. 16.

Menor de 14 anos é agredida pelo pai. *Jornal da Manhã*, nº 1.429, 8 e 9 de dezembro de 1991, p. 12.

Menor e o crime. *Jornal da Manhã*, nº 2.148, 17 de fevereiro de 1993, p. 2.

Menor é preso ao roubar uma loja. *Jornal da Manhã*, nº 1276, 7 de junho de 1990, p. 9.

Menor engraxate não é problema da Afasc. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.195, 19 de novembro de 1977, p. 1.

Menor estupra menina. *Jornal da Manhã*, nº 2.151, 20, 21, 22 e 23 de fevereiro de 1993, p. 16.

Menor foge da Fucabem e pratica assaltos na cidade. *Jornal da Manhã*, nº 279, 16 de novembro de 1987, p. 9.

Menor foi atacada. *Jornal da Manhã*, nº 98, 28 de agosto de 1985, p. 8.

Menor mata três com facadas. *Jornal da Manhã*, nº 1.146, 27 de dezembro de 1989, p. 5.

Menor pratica furtos e atemoriza comércio. *Jornal da Manhã*, nº 1.695, 11 de novembro de 1991, p. 4.

Menor preso em banco. *Jornal da Manhã*, nº 1.176, 3 e 4 de fevereiro de 1990, p. 11.

Menor que matou Kiko Alamini rouba veículo e supermercado. *Jornal da Manhã*, nº 2.204, 30 de abril de 1993, p. 4.

Menor que matou Kiko Alamini volta ao CIP. *Jornal da Manhã*, nº 2171, 18 de março de 1993, p. 4.

- Menores colocam em alerta polícia no sul. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.532, 10 de novembro de 1984, p. 4.
- Menores com problema de conduta. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.261, 3 de maio de 1980, p. 3.
- Menores continuam preocupando. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 964, 29 de dezembro de 1973, p. 3.
- Menores de rua ganham trabalho. *Jornal da Manhã*, nº 2.581, 3 de agosto de 1994, p. 6.
- Menores praticam delito e continuam impunes. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 926, 31 de março de 1973, p. 4.
- Menores preocupam as autoridades. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 951, 22 de setembro de 1973, p. 8.
- Menores são presas ao roubar em uma loja. *Jornal da Manhã*, nº 1.382, 12 de outubro de 1990, p. 9.
- Menores são presos na cela 30 do Santa Augusta. *Jornal da Manhã*, nº 3083, 20 e 21 de abril de 1996, p. 9.
- Menores são soltos por falta de lugar adequado. *Jornal da Manhã*, nº 2.581, 3 de agosto de 1994, p. 10.
- Menores viram cidade do avesso. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 972, 23 de fevereiro de 1974, p. 9.
- O Conselho existe. *Jornal da Manhã*, nº 2.083, 25 de novembro de 1992, p. 2.
- O festival do engraxate no calçadão. *Tribuna Criciumense*, nº 1.406, 26 de março de 1983, p. 1.
- O menor abandonado. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.256, 20 de janeiro de 1979, p. 8.
- O menor delinquente em Criciúma. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1154, 22 de janeiro de 1977, p. 1.
- Ocupação infantil na região preocupa Ministério do Trabalho. *Jornal da Manhã*, nº 3.448, 4 de julho de 1997, p. 5.
- Ofensiva contra o trabalho infantil. *Jornal da Manhã*, nº 2.875, 29 e 30 de julho de 1995, p. 6.
- OLIVEIRA, Romão. Os meninos destas ruas. *Jornal da Manhã*, nº 1.078, 3 de outubro de 1989, p. 7.
- Os Rodriguinhos de nossas ruas. *Jornal da Manhã*, 30 de novembro de 1994. Edição 2.677, p. 2.
- Padre de Sombrio agride menor. *Jornal da Manhã*, nº 220, 25 de outubro de 1986, p. 9.
- Padre não comparece ao primeiro interrogatório. *Jornal da Manhã*, nº 248, 28 de novembro de 1986, p. 9.

Padre será processado. *Jornal da Manhã*, nº 222, 28 de outubro de 1986, p. 9.

Pai é preso por abusar sexualmente da própria filha. *Jornal da Manhã*, nº 2892, 18 de agosto de 1995, p. 8.

Pai obriga filha prostituir-se. *Jornal da Manhã*, nº 1.749, 24 de janeiro de 1992, p. 10.

Pai violenta filha. *Jornal da Manhã*, 26 de abril de 1984, p. 11.

Pedintes invadem Criciúma. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.463, 10 de dezembro de 1983, p. 9.

Pedreiro processado por engravidar filha. *Jornal da Manhã*, 22 e 23 de maio de 1993, p. 5.

Pedreiro tenta estuprar menina de cinco anos. *Jornal da Manhã*, nº 1.364, 20 de setembro de 1990, p. 11.

PINHEIRO, Osmar. Menor poderá ganhar liberdade em 45 dias. *Jornal da Manhã*, nº 2.151, 20, 21 e 22 de março de 1993, p. 3.

Polícia prende menor. *Jornal da Manhã*, nº 2.147, 16 de fevereiro de 1993, p. 16.

Polícia prende menores ladrões. *Jornal da Manhã*, nº 1.157, 11 de janeiro de 1990, 13.

Polícia prende quadrilha de menores. *Jornal da Manhã*, nº 1.334, 15 de agosto de 1990, p. 1.

Presídio não recupera menores. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.101, 17 de janeiro de 1976, p. 10.

Preso homem que tortura filho. *Jornal da Manhã*, nº 1.324, 2 e 3 de agosto de 1990, p. 12.

Problema da mendicância deverá ser solucionado. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 688, 28 de setembro de 1968, p. 1.

Problema do engraxate não foi resolvido. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1203, 07 de janeiro de 1978, p. 1.

Problema do engraxate se agrava. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 1.210, 4 de março de 1978, p. 1.

Problema do menor infrator deixa perplexa a população de Criciúma. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 2.385, 1º de setembro de 1995, p. 3.

Projeto quer tirar crianças da lavoura. *Jornal da Manhã*, nº 4.066, 3 e 4 de julho de 1999, p. 5.

Promotor arquiva processo que acusa integrante da universal. *Jornal da Manhã*, nº 3.986, 31 de março de 1999, p. 23.

Ratinho é detido. *Jornal da Manhã*, nº 1.151, 4 de janeiro de 1990, p. 5.

RODRIGUES, Tatiana. Necessidade antecipa o ingresso no mercado de trabalho. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 2.666, 26 de julho de 1999, p. 6 e 7.

_____. Crianças tem apoio em lar provisório. *Jornal da Manhã*, nº3604, 5 de janeiro de 1998, p. 3.

_____. Drogas e sexo nas noites da Centenário. *Jornal da Manhã*, nº 3674, 28 e 29 de março de 1998, p. 10.

_____.Entidade abriga adolescentes carentes. *Jornal da Manhã*, nº 3475, 05 de agosto de 1997, p. 3.

ROSA, Jane da. Cinco jovens são detidos em flagrante roubando o hemocentro regional. *Jornal da Manhã*, nº 3.084, 22 de abril de 1996, p. 5.

Rosso elogia contratação de menores. *Jornal da Manhã*, nº 1.715, 5 de dezembro de 1991, p. 2.

ROSSO, Olindo. Crianças. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 761, 7 de março de 1970, p. 8.

Roubaram moto e roupas e acabaram presos. *Jornal da Manhã*, nº 1.287, 20 de junho de 1990, p. 12.

SCHUSTER, Ana Sofia. Fornos de olarias substituem as escolas. *Jornal da Manhã*, nº 3.451, 8 de julho de 1997, p. 3.

_____. Trabalho infantil reacende polêmica. *Jornal da Manhã*, nº 3450, 07 de julho de 1997, p. 3.

_____.Assessoria especial completa dois anos de trabalho junto ao adolescente. *Jornal da Manhã*, nº 3.141, 29 e 30 de junho de 1996, p. 10 e 11.

Sem auxílio financeiro a difícil situação no abrigo. *Jornal da Manhã*, nº 1675, 11 de outubro de 1991, p. 1.

Tentava estupro há oito anos. *Jornal da Manhã*, nº 1.170, 27 e 28 de janeiro de 1990, p. 5.

Um problema sem solução. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 2.446, 8 de novembro de 1996, p. 13

Uniformes para engraxates. *Tribuna Criciumense*, nº 1.276, 23 de agosto de 1980, p. 10.

Vereador quer emprego para menores. *Jornal da Manhã*, nº 1.337, 18 e 19 de agosto de 1990, p. 3.

Vítimas da própria família. *Jornal Tribuna Criciumense*, nº 2.705, 27 de setembro de 1999, p. 4.

“Ligeirinho” é preso pela polícia por manter relações sexuais com duas filhas. *Jornal da Manhã*, nº 1.521, 6 e 7 de abril de 1991, p. 13.

25 mil crianças de Criciúma vivem em condições de miséria. *Jornal da Manhã*, nº 2.811, 16 de maio de 1995, p. 8.

2 - LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto lei nº 2.848, 1940.

_____. Decreto lei n.º 17. 943 A, de 12 de outubro de 1927.

_____. Decreto Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979.

_____. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988.

_____. Decreto Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Decreto Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009.

3 - OUTROS:

Projeto Criciúma Criança. Janeiro de 1990 – Arquivo Histórico Municipal.

Ata CMDCA 1991–1999.

4 - BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Domingos. *No bico da cegonha: histórias de adoção e da adoção internacional no Brasil*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2002.

ADORNO, Sergio. Criança: a lei e a cidadania. In: RIZZINI, Irene. *A criança no Brasil hoje*. Desafio para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de Santa Ursula, 1993; p. 103–111.

ACKERMANN, Silvia Regina. *Um espaço e muitas vidas*. Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis na década de 1940. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História; Bauru/SP: Edusc, 2007.

_____. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. 2009. Disponível em:

http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/o_tecelao_dos_tempos.pdf

ALVES, Fábio Lopes, GUARNIERI, Ivanor Luiz. A utilização da imprensa escrita para a escrita da História: diálogos contemporâneos. In: *Revista brasileira de ensino de jornalismo*. Brasília: v.1, nº 2, ago./nov. 2007. p. 30-53.

ANTONIO, Sonete Terezinha de Canto. Avenida Centenário: o “S” da desapropriação. In: GONÇALVES, Gesiel da Silveira (Org.). *Aconteceu*

no século XX: momentos que movimentaram Criciúma. 2003; p 115–120.

ARAUJO, Anelise Rodrigues Machado de. *Vítimas do descaso, objetos da ilegalidade: o tráfico de crianças para adoção através das páginas do Jornal Diário Catarinense.* (1985–1990) Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. 2010. Monografia em história.

Disponível em: <http://www.pergamum.udesc.br/dados-bu/000000/000000000000F/00000FB3.pdf>

AREND, Silvia Maria Fávero. *Histórias de abandono: infância e justiça no Brasil (Década de 1930).* Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

_____. O direito da convivência familiar: em foco o Estatuto da Criança e do Adolescente. In: MIRANDA, Humberto. *Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios.* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011; p. 91–106.

_____. De exposto a menor abandonado: uma trajetória jurídico-social. In: VENANCIO, Renato Pinto (Org.). *Uma história social do abandono de crianças: De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX.* São Paulo: Alameda, 2010. p. 339–359.

_____. A lei e a construção da noção de menor: em cena os relatórios sociais (Florianópolis, 1930 – 1940) In: SCHREINER, Davi Félix; PEREIRA, Ivonete. AREND; Silvia Maria Fávero. (Org.). *Infâncias Brasileiras: experiências e discursos.* Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, p 95– 11.

_____. Por uma História da Infância no Brasil: Desafios e perspectivas. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília (Orgs.). *História da infância em Pernambuco.* Recife: UFPE - Universidade Federal de Pernambuco, 2007 a. p. 19 – 29.

_____. Legislação Menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis 1930 – 1945). *Caderno Espaço Feminino*, v.17, n.1, jan./jul. 2007 b. p. 269-292.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família.* 2ª ed. São Paulo: LCT, 1981.

AREND, Sílvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo e Argumento*. Revista do PPGH/UDESC. Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009. p. 201–216, Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/705/608>

AUGUSTINHO, Aguinaldo. *Praça Nereu Ramos: o coração de Criciúma*. Florianópolis: Ed. Samec, 2007.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. *O menor e a ideologia de segurança nacional*. Belo Horizonte: Veja-Novos Espaço, 1985.

BOEIRA, Daniel Alves. Modernidade e criminalidade na Primeira República: os patronatos agrícolas e a ressocialização da delinquência juvenil. In: SCHREINER, Davi Félix; PEREIRA, Ivonete. AREND; Sílvia Maria Fávero. (Org.). *Infâncias Brasileiras: experiências e discursos*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009, p. 35–47.

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnes e TERTART, Philippe. *Questões para história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999; p. 127 -130.

BORGES, Ângela. *Família, Gênero e Gerações*. São Paulo: Paulinas, 2007.

BORGES, Nilson. A Doutrina da Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*; p 13-42.

CAMPOS, Emerson César de. Estrangeiros em Casa: (re)sentimentos, impressões e identificações produzidas pelos emigrantes brasileiros clandestinos nos Estados Unidos, quando de volta para Santa Catarina (1995-2005) *ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – 2007. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0258.pdf>

CAPELATO, Maria H. Rolim. *A Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto; Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*, São Paulo: Edusc, 1999. p.7–37.

CHAVES, Maria Terezinha. 1964: Estado Militar. In: GONÇALVES, Gesiel da Silveira(Org.). *Aconteceu no século XX: momentos que movimentaram Criciúma*. 2003; p 65 – 72.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2009; p. 33–96.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*; p. 167–205.

FILHO, Archimedes Napolini. *Criciúma, orgulho de cidade: Fragmentos da história de seus 120 anos*. Criciúma: Ed do autor, 2000.

FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo, Editora Cortez, 1995.

_____. *Ser mulher, mãe e pobre*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 2. ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

_____. *A ordem do discurso*. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. *Microfísica do poder*. 17. ed. São Paulo: editora Graal, 2002.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, Agnes e TERTART, Philippe. *Questões para história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 103-117.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR. *Política nacional do bem-estar do menor em ação*. Rio de Janeiro: FUNABEM, 1973.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. “Uma história dos conceitos: Problemas teóricos e práticos”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 5, nº 10, 1992. p. 134-146.

_____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da História do Tempo Presente. In: PORTO JÚNIOR, Gilson (Org.). *História do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2007. p 31–45.

LIMA, Ivan. *A Fotografia é a sua Linguagem*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In:

PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto. 1996; p. 129-145.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Democratização brasileira: memória histórica e narrativa da imprensa (1974-1990). *Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas*, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.anpuh-sc.org.br/encontro2012/uploads/simposio-02-trabalho-14.pdf>

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. Imprensa e cidade. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____; _____. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi(Org.). *Fontes Históricas*. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

MACEDO, Fábio; *Filhos no mundo: história sobre adoção internacional em Santa Catarina (Brasil, 1990-2006)*. 2007. Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Curso de História. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis.

MACHADO, Agilmar; TORRES, Osvaldo. *História da comunicação no Sul de Santa Catarina*. Criciúma/SC: BTC, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 2006.

MENDONÇA, Valéria Nepomuceno Teles de. O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: duas décadas depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: MIRANDA, Humberto (Org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 223 – 234.

MIRANDA, Antônio Luiz; SELAU, Mauricio da Silva. *Bairro da Juventude: 50 anos de história: a filantropia na poeira do carvão*. Criciúma: Editora MIRANDA, Humberto Unesc, 2003.

MIRANDA, Humberto. Introdução a Leitura. In: (Org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011; p. 17–21.

MORELLI, Ailton José. *A criança, o menor e a lei: uma discussão em torno do atendimento infantil e da noção de inimizabilidade*. Dissertação de Mestrado em História, Assis: UNESP, 1996.

_____. MÜLLER Verônica Regina. MAGER, Miryam. Crianças do Brasil: Percursos históricos para a conquista de direitos. In: MÜLLER, Verônica Regina. (Org.) *Crianças dos países de língua portuguesa: histórias, culturas e direitos*. Maringá: EDUEM, 2011, p. 63–106.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Infância operária e acidente de trabalho em São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto. 1996; p. 112-128.

_____. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010; p. 259 – 288.

_____. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. In: *Revista Brasileira de História*. v. 19 n.37 São Paulo Set. 1999.

MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: Algumas reflexões. In: PORTO JÚNIOR, Gilson (Org.). *História do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2007; p. 17 – 29.

NASCIMENTO, Dorval. 2004, p. 390 In: FILHO, Alcides Goulart. *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004; p. 383 – 394.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. *Das ruas ao internato: experiências infantis: Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis (1950-1972)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica. São Paulo/SP.

PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez. 2004. p.199-223.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL

PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *O que é o menor*. Editora Brasiliense, 1985.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>>

PEREIRA, Ivonete. *Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia*: Florianópolis - 1900/1940. 2006. Tese (Doutoramento em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

PHILOMENA, Gerson Luis de Boer; FOLLMANN, José Ivo;

GONÇALVES, Teresinha Maria. *Aspectos da cultura do carvão em Criciúma (SC): a história que não se conta*. Disponível em: www.unisinos.br/revistas/index.php/historia/article/.../htu.../1011

PINHEIRO, Ângela. *Criança e adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade*. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2005.

PONTE, Cristina. *Crianças em notícia: A construção da infância pelo discurso jornalístico*. (1970-2000). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2005.

_____. *Para entender notícias: Linhas de análise do discurso jornalístico*. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. *Teias entre jornalismo e sociedade nas notícias sobre os mais novos*. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/novosite/pdfs/158864240191548030327800801507662547632>

PRIORE, Mary Del. Introdução. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto. 1996; p. 7 – 9.

RABELO, Giani. A longa resistência: a luta contra a privatização da CSN em Santa Catarina. In: FILHO, Alcides Goulart (Org.). *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2004; p. 293 – 318.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001.

RICIARDI, Eduardo Maricato. *Proteger a infância, preservar trabalhadores: os discursos da organização internacional do trabalho acerca da erradicação do trabalho infante-juvenil (1919-1990)* -

Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis. Monografia em história. 2010.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*, p. 3 –50.

_____. Entre a História e Jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès;

TÉTART, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*, p 119–126.

RIZZINI, Irene. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Crianças e Menores, do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil (1830 – 1990). In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2009. p. 97–151.

_____. *Deserdados da sociedade: os meninos de rua da América Latina*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1995.

_____. *A Criança no Brasil Hoje*. Rio de Janeiro: Univ. Santa Úrsula, 1993.

_____; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

_____. (Org.) *Olhares sobre a criança no Brasil*. Séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária, 1997.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. *Criança não é risco, é oportunidade*. Rio de Janeiro. USU Ed. Universitária, 2000.

_____; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____; _____. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 376-406.

ROUSSEAU, Henry. A História do Tempo Presente, vinte anos depois. In: PORTO JÚNIOR, Gilson (Org.). *História do tempo presente*. São Paulo: EDUSC, 2007. P. 277-296.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p 210–230.

SCHEINTVAR, Estela. Conselho tutelar e práticas de assistência no contexto dos 20 anos do ECA. In: MIRANDA, Humberto (Org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente: conquistas e desafios*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 25–37.

SCHUCH, Patrice. Os direitos da criança na encruzilhada: os princípios da igualdade versus os princípios da diferença. In: SCHREINER, Davi Félix; PEREIRA, Ivonete. AREND; Silvia Maria Fávero. (Org.). *Infâncias Brasileiras: experiências e discursos*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009. p. 257–277.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 16, n. 2.1990. p. 15-22.

SILVA, Enio Rocha Andrade; MELLO, Simone Guerese de. Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC: características institucionais, forma de organização e serviços ofertados. In: *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/Conanda, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985. In: FERREIRA, Jorge;

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. p. 243–282.

SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Ed. Arbor, 1981.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. Fotografia jornalística e mídia Impressa: formas de apreensão. In: *Revista FAMECOS*, nº 27, ago. 2005. p. 125–138.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. In: *Revista Brasileira de História*, n. 37, v.19, set. 1999. p. 35-58.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2009. p. 287–321.

WARSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, v.19, nº 37. São Paulo: ANPUH, 1999. p. 103-124.

ZANIRATO, Silvia Helena. A documentação foto-jornalística na pesquisa histórica. In: *Trajetos: Revista de História UFC*. Fortaleza: UFC, v. 2, nº 4, 2005. Disponível em: [Http://dc178.4shared.com/doc/XfWdVAMM/preview.html](http://dc178.4shared.com/doc/XfWdVAMM/preview.html)